

**O DESEMPREGO DE INDIVÍDUOS COM
FORMAÇÃO SUPERIOR: A EMIGRAÇÃO COMO
UMA POSSÍVEL SOLUÇÃO**

por

Sabrina Lopes

Dissertação de Mestrado em Economia e Administração de
Empresas

Orientada por:

Professor Doutor Carlos José Cabral Cardoso

2013

Nota biográfica

Sabrina Lopes nasceu no dia 21 de outubro de 1988 em Sursse na Suíça, país onde viria a passar parte da sua infância.

Em 1996 mudou-se para uma aldeia no concelho de Valpaços no norte de Portugal onde permaneceu até 2007, ano em que ingressou no ensino superior, mais concretamente no Curso de Economia na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, passando por isso a viver na cidade de Vila Real. Concluída a Licenciatura em Economia em 2010, Sabrina decide aprofundar os seus conhecimentos e incluir na sua formação uma vertente relacionada com a gestão candidatando-se para tal ao Mestrado em Economia e Administração de Empresas da Faculdade de Economia da Universidade do Porto nesse mesmo ano.

Perante a admissão nesse mesmo mestrado passou a viver em Vila Nova de Gaia, permaneceu nessa cidade até à data do seu casamento no verão de 2012 onde adquiriu o apelido Castro passando a chamar-se Sabrina Lopes Castro desde então.

De momento reside em Vila Nova de Famalicão e frequenta ainda o mestrado em Economia e Administração de Empresas ao mesmo tempo que procura o seu primeiro emprego na área, uma vez que até à data apenas frequentou uma ação de formação no Banco Espírito Santo e trabalhou em empregos não relacionados com a formação académica.

Agradecimentos

A realização desta dissertação e todo o meu percurso académico não teriam corrido da mesma forma sem as ajudas fundamentais daqueles com quem me cruzei ao longo dos últimos anos.

Para começar não poderia iniciar os meus agradecimentos mencionando outros que não os meus pais, a eles devo tudo, por terem demonstrado o seu apoio incondicional em todas as minhas decisões e todos os meus projetos. Não teria sido possível chegar até aqui sem o seu suporte, quer financeiro, quer emocional, por isso o meu muito obrigada por todos os sacrifícios feitos em prol dos meus sonhos.

Em segundo lugar, quero aqui demonstrar o meu profundo agradecimento ao meu irmão e ao meu marido que sempre se mostraram dispostos a ajudar no que fosse necessário e sempre tiveram uma palavra de apoio quando as coisas pareciam mais difíceis de alcançar durante todo o percurso académico, especialmente na elaboração desta dissertação.

Expresso também a minha gratidão a todos os amigos e familiares que me ajudaram com a distribuição de inquéritos e com a recolha de algumas referências bibliográficas. Obrigada Lisandra Sousa, Pedro Soares, Patrícia Teixeira, Leonel Almeida, Catarina Neves e primos Hugo Paço e Tânia Barroso. Quero ainda destacar aqui as ajudas importantes das minhas amigas Simone Machado e Stephanie Tavares, foram essenciais nos momentos mais complicados e já mais esquecerei a vossa ajuda e disponibilidade, muito obrigada mesmo.

Em termos académicos devo um enorme agradecimento ao Professor Doutor Francisco Diniz da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que tomando conhecimento do meu tema de dissertação me indicou uma parte das referências bibliográficas consultadas, e como não podia deixar de ser, o meu agradecimento ao meu orientador, Professor Doutor Carlos José Cabral Cardoso, por ter aceitado orientar esta dissertação e pela disponibilidade demonstrada durante este projeto.

Muito obrigada a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para tudo o que fiz e essencialmente para aquilo que sou.

Resumo

O desemprego é um problema que afeta muitas pessoas, incluindo jovens e pessoas qualificadas. Também a emigração é cada vez mais comum e cada vez mais entre os jovens e os mais qualificados, o que pode configurar o que habitualmente se designa por fuga de cérebros.

A emigração tem várias consequências mas a maioria dos autores aponta mais desvantagens que vantagens para os países de origem. Se o desemprego e a emigração já são preocupantes por si só, o cenário piora quando estes coexistem em níveis elevados numa economia, sobretudo quando falamos de indivíduos com formação superior, pois representam uma maior perda de capital humano.

Estando Portugal numa fase em que grande parte dos recém-formados não consegue entrar no mercado de trabalho, é importante analisar a atual situação deste segmento da população e perceber se existe o risco de muitos jovens abandonarem o nosso país e tentar antecipar quais os problemas que daí surgiriam.

Com esse objetivo realizaram-se inquéritos, às portas dos centros de emprego, a 100 pessoas desempregadas com formação superior. Foram-lhes colocadas questões quanto à situação de desemprego e quanto às suas perspetivas futuras, principalmente em relação à possibilidade de emigrar. A análise das respostas obtidas permitiu concluir que os jovens graduados veem na emigração uma boa possibilidade para conseguirem ultrapassar a situação de desemprego.

A possibilidade de emigrar é maior entre os homens. A maioria dos inquiridos pensa emigrar sozinho e independentemente da área de formação ou do tipo de desemprego a probabilidade de emigrar é sempre elevada.

A grande maioria escolhe países de destino mais desenvolvidos que Portugal. No entanto, a grande maioria pretende voltar a Portugal no futuro.

Assim, este estudo conclui que pode vir a ocorrer um elevado nível de fuga de cérebros num futuro próximo e recorrendo às ideias dos diversos autores citados na revisão da literatura tenta-se identificar as principais consequências e as possíveis formas de evitar ou remediar este fenómeno.

Palavras-chave: Desemprego, Emigração, Fuga de Cérebros.

Abstract

The unemployment is a problem which affects many people, including young and qualified people. Also the emigration option is more and more common among young and skilled people, what the literature describes as “brain drain”.

The emigration has various consequences, but most authors indicate more disadvantages than advantages for the countries of origin. If unemployment and emigration are a concern per se, the scenario becomes even worse when the individuals are young and highly educated, in which case the phenomenon represents a considerable loss of human capital.

Currently in Portugal, most of the newly graduated people aren't capable to enter the labour market. A study is required to examine the risk of many young people abandoning the country and explore the possible implications of that demographic trend.

To examine these issues, a survey was conducted in Job centres asking a sample of 100 unemployed people with higher education about their employment prospects, and consideration of emigration as an option. The findings suggest that the respondents regard the emigration as an attractive alternative to their current unemployment status.

The emigration prospect is stronger among the masculine respondents. Most of them consider doing it on their own regardless of their training area and type of unemployment.

The vast majority choose destination countries more developed than Portugal, most of them plan to return to Portugal sometime in the future.

This study concludes that Portugal is facing a possible brain drain phenomenon in the near future. Based on the literature, the main implications are discussed, as well as the policy measures to prevent the negative impact of the brain drain.

Key words: Unemployment, Emigration, Brain Drain.

Índice de conteúdos

Nota biográfica	iii
Agradecimentos	iv
Resumo	v
Abstract.....	vi
Índice de conteúdos	vii
Índice de tabelas.....	ix
Índice de gráficos.....	xi
Lista de abreviaturas e siglas	xii
1. Introdução	1
2. Revisão da Literatura	3
2.1. Desemprego: um flagelo para toda a sociedade.....	3
2.1.1. Os níveis de desemprego na Europa e em Portugal	3
2.1.2. O desemprego juvenil.....	9
2.1.3. O desemprego em jovens com formação superior	19
2.2. A emigração em Portugal e no mundo	25
2.2.1. Os movimentos migratórios: destinos e fluxos	25
2.2.2. O perfil dos novos emigrantes	31
2.2.3. Obstáculos que dificultam a emigração e causas que a incentivam	42
2.2.4. Vantagens e desvantagens da emigração.....	45
2.3. A fuga de cérebros	49
2.3.1. Definição do fenómeno e causas que o incentivam.....	49
2.3.2. Consequências da fuga de cérebros	56
2.3.3. Fluxos migratórios de indivíduos altamente qualificados	64
3. Expetativas para o futuro: um estudo sobre os portugueses qualificados desempregados.....	68
3.1. Objetivos, metodologia e amostra.....	68
3.1.1. Objetivos do estudo	68

3.1.2. Metodologia utilizada	70
3.1.3. Definição e caracterização da amostra	72
3.2. O desemprego e a fuga de cérebros em Portugal	77
3.2.1. A situação atual dos graduados portugueses	77
3.2.2. A emigração como fuga ao desemprego	88
4. Conclusão.....	105
Referências.....	112
Anexos	118
Anexo A: Inquérito	119

Índice de tabelas

Tabela 1 - Número de desempregados em Portugal (unidade: milhar de indivíduos).....	4
Tabela 2 - Evolução dos indicadores sobre o emprego e o desemprego para Portugal (unidade: milhar de indivíduos)	5
Tabela 3 - Número de desempregados em Portugal, por duração da procura de emprego e por género (unidade: milhar de indivíduos)	6
Tabela 4 – Número de desempregados em Portugal, por tipo de desemprego e por género (unidade: milhar de indivíduos)	7
Tabela 5 - Taxa de desemprego juvenil na União Europeia	11
Tabela 6 - Taxa de desemprego em Portugal, por grupo etário e por género	12
Tabela 7 - Taxa de desemprego em Portugal: total e por grupo etário	14
Tabela 8 - Taxa de desemprego em Portugal, por género	15
Tabela 9 - Taxa de desemprego juvenil (15-24 anos) em Portugal, por nível de escolaridade	17
Tabela 10 - Taxa de desemprego em Portugal, por nível de escolaridade completo.....	20
Tabela 11 - Emigração portuguesa por destinos, 1950-1988.....	25
Tabela 12 - Número de emigrantes portugueses: total e por tipo de emigração.....	28
Tabela 13 - Número de emigrantes portugueses: por tipo de emigração e por grupo etário	32
Tabela 14 – Proporção de jovens migrantes que vivem com os pais, por grupo etário..	35
Tabela 15 - Proporção de migrantes jovens que frequentam a escola, por grupo etário	36
Tabela 16 – Proporção de jovens migrantes, que não trabalham nem estudam, por grupo etário	37
Tabela 17 - Percentagem de migrantes do género feminino.....	38
Tabela 18 - Proporção de migrantes jovens que são casados, por grupo etário	39
Tabela 19 - Número de emigrantes portugueses: por tipo de emigração e por género...	40
Tabela 20 - Proporção de graduados nacionais residentes no estrangeiro.....	65
Tabela 21 - Participação de estrangeiros graduados num determinado país	66
Tabela 22 – Taxas de desemprego de curta, longa e muito longa duração, por grupo etário	82
Tabela 23 - Taxas de desemprego de curta, longa e muito longa duração, por género ..	83

Tabela 24 - Taxa de desemprego de curta, longa e muito longa duração, por nível académico	84
Tabela 25 - Intenções de emigração, por género	92
Tabela 26 - Intenções de emigração, por tipo de desemprego	92
Tabela 27 – Companhia escolhida para emigar: total e por género	95
Tabela 28 – IDH de Portugal e dos países escolhidos pelos inquiridos	98
Tabela 29 - Intenções quanto à atividade a desempenhar no estrangeiro: total e por género.....	99

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Taxa de desemprego juvenil na OCDE, 1995-2005	9
Gráfico 2 – Desemprego juvenil (15-24) de longa duração como percentagem do desemprego juvenil total	10
Gráfico 3 – Incidência de salários baixos na Europa, 1995-2001	43
Gráfico 4 – Taxa de sobre-educação, 1995-2005	61
Gráfico 5 - Habilitações académicas dos inquiridos	72
Gráfico 6 - Áreas de formação dos inquiridos	74
Gráfico 7 - Idade dos inquiridos	75
Gráfico 8 - Género dos inquiridos	75
Gráfico 9 – Estado civil dos inquiridos	76
Gráfico 10 – Duração do desemprego dos inquiridos	78
Gráfico 11 – Número de postos de trabalho frequentados pelos inquiridos	79
Gráfico 12 – Número de postos de trabalho, fora da área de formação, frequentados pelos inquiridos	80
Gráfico 13 - Ano de conclusão do grau académico possuído	81
Gráfico 14 – Motivos de ingresso no ensino superior	86
Gráfico 15 – Alternativas ponderadas pelos inquiridos para sair da situação de desemprego	87
Gráfico 16 – Intenções de emigração dos inquiridos	89
Gráfico 17 – Intenções dos prováveis emigrantes quanto ao tipo de emigração	90
Gráfico 18 – Taxa de emigração por área de formação	94
Gráfico 19 – Países de destino escolhidos pelos inquiridos que ponderam emigrar	97
Gráfico 20 – Causas de emigração assinaladas pelos inquiridos	101
Gráfico 21 – Obstáculos à emigração assinalados pelos inquiridos	102

Lista de abreviaturas e siglas

CEE- Comunidade Económica Europeia
DESA- Department of Economic and Social Affairs
EUA- Estados Unidos da América
IDH- Índice de Desenvolvimento Humano
INE- Instituto Nacional de Estatística
MDG-F- Millennium Development Goals Fund
MTS- Ministério do Trabalho e da Solidariedade
OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIM- Organização Internacional para as Migrações
ONI- Organização dos Novos Investidores
ONU- Organização das Nações Unidas
PIB- Produto Interno Bruto
PME's- Pequenas e Médias Empresas
PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SECP- Securities and Exchange Commission of Pakistan
SPSS- Statistical Package for Social Sciences
TIC- Tecnologias da Informação e Comunicação
UE- União Europeia

1. Introdução

Esta dissertação é realizada no âmbito do Mestrado de Economia e Administração de Empresas e visa a conclusão deste ciclo de estudos.

A sua elaboração tem como objetivo principal perceber até que ponto a emigração é apontada pelos jovens graduados do nosso país como uma solução para evitar a permanência no desemprego. Assim, é importante analisar como têm evoluído o desemprego e os fluxos migratórios e tentar perceber como os desempregados portugueses com formação superior encaram a possibilidade de saírem do seu país.

Este tema é muito atual e é interessante na medida em que o desemprego entre os jovens disparou em Portugal nos últimos anos, acabando por atingir numa maior proporção o grupo de pessoas com formação superior. Desta forma, o tema tem sido muito falado pela comunicação social e acabam por ligá-lo ao fluxo de emigrantes que têm saído do nosso país, enfatizando o fato destes emigrantes possuírem habilitações académicas correspondentes ao ensino superior. É por isso interessante perceber se existem ou não muitos jovens a ponderarem a hipótese de emigrar.

Para tentar alcançar o objetivo principal desta dissertação começou-se por estudar vários autores que se debruçaram sobre os temas do desemprego, da emigração e da fuga de cérebros. Assim na revisão da literatura começa-se por abordar o desemprego de uma forma geral, nomeadamente no que diz respeito aos níveis de desemprego na Europa e em Portugal, e em seguida descrevem-se os níveis de desemprego entre os jovens e especifica-se a situação dos jovens graduados que estão desempregados.

No que diz respeito aos fluxos migratórios, analisam-se os níveis e o sentido dos fluxos migratórios. Depois disso tenta-se descrever o perfil das pessoas que emigram, através dos contributos de vários autores que tentam descrever quais as características que se têm alterado entre os migrantes.

De seguida tenta-se perceber o que pode levar as pessoas a emigrar ou impedi-las do fazer, quais as consequências para esses indivíduos e, sobretudo, para os países de origem e de destino e quais são as ações apontadas pelos autores para minimizar os efeitos negativos. No último ponto da revisão da literatura faz-se também esta análise para o caso específico de indivíduos altamente-qualificados, isto depois de definir o fenómeno de fuga de cérebros.

No estudo de caso realizaram-se inquéritos a 100 pessoas desempregadas, na maioria jovens, que foram abordadas junto aos centros de emprego. Estas pessoas possuem pelo menos o grau de bacharelato. O objetivo é concluir através das suas respostas qual a sua situação de desempregado, nomeadamente em termos de duração, e quais as perspetivas dos graduados portugueses quanto ao futuro, especialmente quanto à possibilidade de emigrar para combater a situação de desemprego. Desta forma pode analisar-se se Portugal poderá a vir enfrentar um elevado nível de fuga de cérebros nos próximos anos. Estes fatos são descritos na definição dos objetivos, na descrição da metodologia utilizada, e na definição e caracterização da amostra.

Depois disso, analisam-se as respostas obtidas e confrontam-se os resultados com os resultados dos autores citados na revisão da literatura. Nomeadamente no que diz respeito à situação de desemprego vivida pelos inquiridos, aos países de destino escolhidos, ao género, idade e estado civil dos que pensam emigrar, à intenção de emigração temporária ou permanente, etc.

Por último sugere-se quais das consequências e medidas enunciadas pelos autores se podem verificar/aplicar no caso de Portugal.

2. Revisão da Literatura

2.1. Desemprego: um flagelo para toda a sociedade

2.1.1. Os níveis de desemprego na Europa e em Portugal

A existência de desemprego numa economia é algo natural, existem sempre pessoas que por algum motivo saem de um emprego e partem em busca de outro e por isso há um período de tempo em que estão desempregadas. O problema surge quando o desemprego atinge níveis mais elevados e tem uma duração atípica, ou seja, quando deixa de ser apenas um desemprego friccional.

Infelizmente, o que se verifica na realidade é que o desemprego não se resume ao desemprego friccional e por isso o tema ganha uma importância acrescida. Aliás, no estudo feito por Corredera (2005), observamos que o desemprego assumiu no início deste século uma importância maior que nunca e a partir daí tem sido sempre um tema muito estudado e discutido porque tem atingido valores bastante significativos um pouco por todo o mundo, sendo que neste caso nos interessam essencialmente os valores atingidos na Europa e sobretudo em Portugal.

Corredera (2005) destaca que na Europa Ocidental o desemprego triplicou desde os anos 60 até 2005, ano em que era superior ao dos EUA. Na UE a taxa de desemprego voltou a aumentar desde 2001, devido ao reduzido crescimento económico registado nesse período, e o alargamento de 2004 só veio piorar a situação. Por sua vez, Gonçalves (2005) mostra-nos que em Portugal o desemprego aumentou 77,6% entre 2000 e 2004 refletindo um agravamento rápido e intenso. A tabela 1, por sua vez, mostra-nos que o aumento do número de desempregados se tem continuado a verificado até 2012, com exceção do ano 2008.

Tabela 1 - Número de desempregados em Portugal (unidade: milhar de indivíduos)

Ano	Nº de desempregados
2000	205,5
2001	213,6
2002	270,5
2003	342,3
2004	365,0
2005	422,3
2006	427,8
2007	448,6
2008	427,1
2009	528,6
2010	602,6
2011	706,1
2012	860,1

Adaptação: INE, PORDATA (atualizado em 14/05/2013).

Estes dados vêm confirmar a importância dada ao tema do desemprego.

Outro especto importante quando falamos de desemprego é a sua duração, por isso Gonçalves (2005) acrescenta que o número de pessoas que permanece no desemprego durante um período longo ou muito longo tem vindo a crescer, como podemos ver na tabela 2.

Estes dados não são preocupantes apenas em números absolutos, pois Gonçalves (2005) afirma que as taxas de desemprego de longa duração e de muito longa duração têm aumentado e isso sim é de fato preocupante. Verifica-se ainda que a parcela de desempregados à procura de primeiro emprego tem diminuído ao longo dos anos.

Tabela 2 - Evolução dos indicadores sobre o emprego e o desemprego para Portugal (unidade: milhar de indivíduos)

Indicador	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
População desempregada por tipo de procura de emprego							
Primeiro emprego	44.9	33.6	27.3	34.6	41.1	46.3	49.2
Novo emprego	207.0	192.2	178.2	179	229.4	296.1	315.9
População desempregada por duração da procura do emprego							
Menos de 1 mês	a)	20.9	17.3	19.3	22.4	22.3	21.1
1 a 6 meses	a)	78.5	71.2	78.0	109.9	130.0	116.9
7 a 11 meses	a)	33	28.8	28.9	35.9	59.3	56.8
12 a 24 meses	a)	44.4	39.4	42.7	50.3	70.1	81.0
25 e mais meses	a)	44.8	48	43.2	50.9	59.2	87.9
Até 12 meses	142.3	139.3	120.5	130.0	173.0	211.7	--
13 a 36 meses	64.0	56.6	52.9	54.4	64.5	93.7	--
Mais de 36 meses	41.6	30.9	32.2	25.8	30.2	35.5	--

Notas: a) Sem informação

Adaptação: INE, Inquérito ao emprego. Relatórios anuais do Banco de Portugal de 1998 a 2004. MTS, plano nacional de emprego de 2004. Consultado em Gonçalves (2005).

A s tabela 3 e 4, por sua vez, refletem a duração do desemprego em Portugal e o tipo de desemprego, respetivamente, mas em anos mais recentes.

Apesar de existirem alguns anos em que o número de pessoas desempregadas há um ano ou mais diminui, na generalidade verifica-se que este número aumenta. Para além disso, estes aumentos são muito significativos e por isso a diferença entre 2012 e os primeiros anos do século, no que diz respeito ao número de desempregados de longa ou muito longa duração, é muito grande. O número de indivíduos no desemprego de longa ou muito longa duração é sempre superior ao número de indivíduos no desemprego de curta duração.

Continuam-se portanto a verificar as tendências mencionadas por Gonçalves (2005).

Podemos ainda acrescentar que o aumento do número de pessoas numa situação de desemprego de longa ou muito longa duração se verificam nos dois géneros mas, se

inicialmente os valores são superiores para as mulheres e em 2012 se verifica o contrário, significa que o número de homens desempregados há um ano ou mais cresceu mais que o número de mulheres que passam pelo mesmo.

Tabela 3 - Número de desempregados em Portugal, por duração da procura de emprego e por género (unidade: milhar de indivíduos)

Anos	Duração do desemprego								
	Menos de 1 ano			1 ano ou mais			Outros		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
2000	115,6	48,8	66,8	89,9	40,5	49,4	-	-	-
2001	124,9	53,6	71,3	85,4	36,4	49,0	3,3	1,6	1,7
2002	167,1	76,3	90,7	100,7	43,6	57,0	2,7	1,5	1,4
2003	211,6	104,0	107,7	129,3	56,3	73,0	1,4	0,6	0,7
2004	194,8	94,4	100,5	168,9	78,0	91,0	1,3	0,5	0,7
2005	208,6	99,9	108,9	210,8	97,0	113,9	2,9	1,2	1,3
2006	205,0	91,0	114,0	221,1	102,6	118,5	1,7	1,2	0,6
2007	226,2	98,5	127,5	219,5	96,8	122,8	2,9	1,5	1,5
2008	211,8	94,7	117,1	212,7	98,1	114,5	2,6	1,5	1,1
2009	280,7	147,5	133,2	245,8	112,9	132,9	2,1	0,9	1,3
2010	273,1	129,7	143,4	327,1	156,1	170,9	2,4	1,5	1,0
2011	331,3	172,8	158,4	374,9	193,2	181,7	-	-	-
2012	394,7	206,1	188,1	465,8	247,8	218,0	-	-	-

Adaptação: INE, PORDATA (atualizado em 14/05/2013).

Em relação ao tipo de desemprego, existem sempre mais pessoas à procura de novo emprego do que à procura do 1º emprego e verifica-se que nos últimos anos a parcela de desempregados à procura de 1º emprego tem diminuído. Mais uma vez os dados mostram que as conclusões de Gonçalves (2005) ainda se aplicam nos dias de hoje.

Se fizermos uma análise por género, conclui-se que o número de mulheres desempregadas é sempre superior que o número de homens, independentemente do tipo de desemprego. A exceção surge no ano 2011 e 2012 para a procura de novo emprego, o que demonstra que os homens enfrentam atualmente maiores aumentos que as mulheres, para além disso o diferencial entre o número de mulheres desempregadas e o número de homens desempregados tem vindo a diminuir, principalmente nos últimos 4 anos.

Tabela 4 – Número de desempregados em Portugal, por tipo de desemprego e por género (unidade: milhar de indivíduos)

Anos	Tipo de desemprego					
	À procura do 1º emprego			À procura nova emprego		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
2000	27,3	11,0	16,3	178,2	78,3	99,9
2001	34,6	13,6	21,0	179,0	78,0	101,0
2002	41,1	19,1	22,0	229,4	102,3	127,1
2003	46,3	21,3	25,0	296,1	139,6	156,5
2004	49,2	22,0	27,2	315,9	150,9	164,9
2005	58,7	22,9	35,8	363,5	175,2	188,3
2006	58,8	25,6	33,2	369,0	169,2	199,8
2007	61,5	23,3	38,2	387,1	173,5	213,6
2008	58,4	23,8	34,6	368,7	170,6	198,1
2009	55,3	25,9	29,5	473,3	235,4	237,9
2010	63,5	31,1	32,4	539,0	256,1	282,9
2011	73,8	35,4	38,4	632,3	330,6	301,7
2012	91,4	45,2	46,3	768,7	408,8	359,9

Adaptação: INE, PORDATA (atualizado em 18/02/2013).

O desemprego de longa duração e de muito longa duração verificam-se sobretudo nas zonas rurais onde, segundo Chapman e Smith (1992) (citados por Marks e Fleming, 1998), a duração do desemprego é superior, e como consequência os empregadores passam a duvidar das capacidades dos que permanecem no desemprego durante um longo período de tempo, reduzindo a probabilidade de os virem a contratar.

Scarpetta et al (2010) completam esta ideia defendendo que quem experimenta períodos longos de desemprego terá consequências negativas no futuro, não apenas ao nível da empregabilidade mas também no que diz respeito aos salários e exemplificam ao citar Mroz e Savage (2006), que concluíram que estar 6 meses desempregado com 22 anos pode levar a um salário 8% menor aos 23 anos e 2 % ou 3% aos 30-31 anos do que seria de esperar se não estivesse esse tempo desempregado.

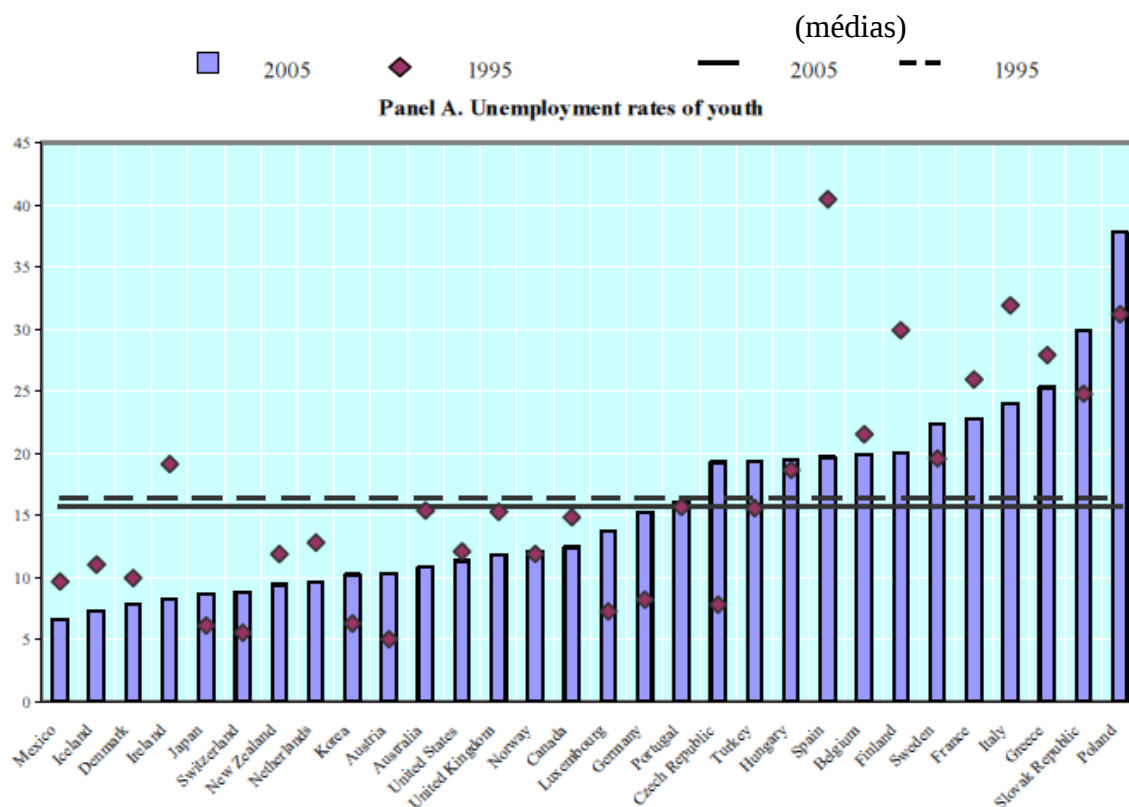
Para além disso, Quintini e Martin (2006) relembram que todo o historial do individuo no mercado laboral vai influenciar a probabilidade deste ter ou não ter um emprego. Como exemplo, podemos referir a crise no Japão mencionada por Scarpetta et al (2010). No Japão durante os anos 90, quem terminou a formação durante a crise foi mais afetado pelo desemprego pois os empregadores quando a economia recuperou preferiam contratar os recém-formados em vez daqueles que já tinham estado desempregados durante o tempo da crise. Scarpetta et al (2010) acreditam que existe um risco disto vir a acontecer nos países da OCDE quando as economias começarem a recuperar.

A verdade é que não é de todo fácil controlar os níveis de desemprego e não é claro como podemos evitá-lo enquanto cidadãos, mas Corredera (2005) defende que uma forma de reduzir o impacto negativo do desemprego na Europa passaria por abolir o modelo de bem-estar europeu através de uma reforma no mercado de trabalho.

2.1.2. O desemprego juvenil

Os números do desemprego são também preocupantes quando se olha ao desemprego juvenil pois em 2000 a média europeia do desemprego jovem era de 18,3% (Gonçalves, 2005). Quintini e Martin (2006) apontam o desemprego entre os jovens (15-24 anos) como um problema sério na OCDE, pois apesar de se verificar uma diminuição na taxa de desemprego juvenil média da OCDE entre 1995 e 2005 para alguns países não significa necessariamente que tivessem havido melhorias, como podemos observar no gráfico 1, e para além disso esta continua a ser bem mais alta que a dos adultos.

Gráfico 1 – Taxa de desemprego juvenil na OCDE, 1995-2005

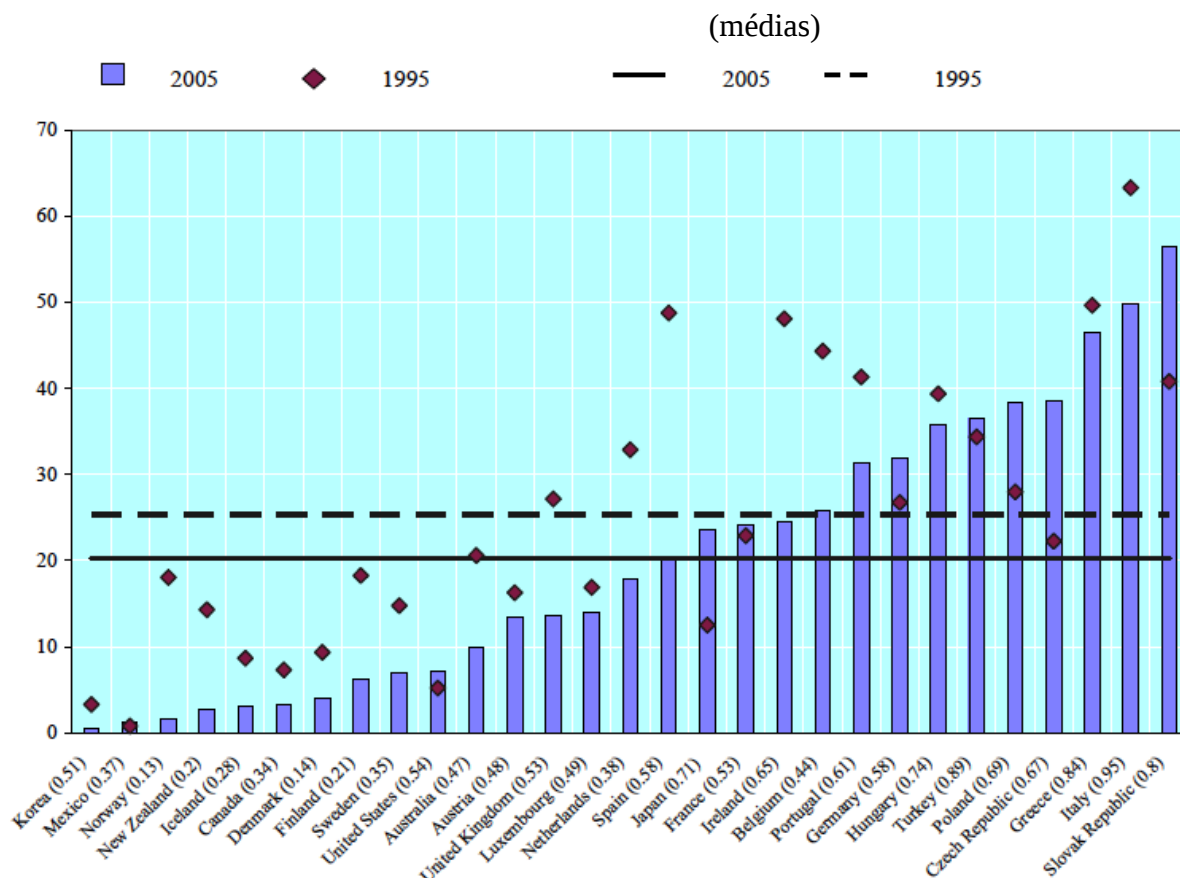


Fonte: OECD database on Labour Force Statistics. Consultado em Martin e Quintini (2006).

Por outro lado, os mesmos autores apontam no mesmo período uma diminuição, em média, do desemprego de longa-duração entre os jovens, que apresenta valores

inferiores que a dos adultos. No gráfico 2 podemos ver que as grandes quedas se registaram na Espanha, na Irlanda e na Bélgica.

Gráfico 2 – Desemprego juvenil (15-24) de longa duração como percentagem do desemprego juvenil total



Notas: Os valores entre parênteses são a razão da incidência de desemprego de longa duração entre os jovens (15-24) e os adultos (25-54) em 2005.

Os dados para a Islândia e Suécia são para 2004 e não 2005.

Fonte: OECD database on Unemployment Duration. Consultado em Martin e Quintini (2006).

Segundo Correda (2005), o desemprego é o reflexo de um sistema económico falhado e os mais afetados por ele são os jovens. Dietmar (2010) vai de encontro a esta ideia no seu estudo referente à Albânia onde concluiu que, sobretudo nas zonas urbanas, os jovens têm o dobro da probabilidade de estarem desempregados em relação aos adultos. Segundo Gonçalves (2005) também na UE a probabilidade de estar desempregado é elevada antes dos 25 anos.

Portugal não é exceção. Na tabela 5 podemos verificar que entre 1998 e 2004 Portugal é um dos países em que se verificou um maior aumento da taxa de desemprego juvenil.

Tabela 5 - Taxa de desemprego juvenil na União Europeia

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Bélgica	22.1	22.7	17.0	17.5	18.5	21.0	19.8
Dinamarca	7.3	8.8	7.0	8.4	7.9	9.9	8.2
Alemanha	15.0	12.7	10.6	12.8	14.2	14.7	15.1
Grécia	30.1	31.9	29.2	28.2	16.8	26.8	26.9
Espanha	31.3	25.8	22.9	21.7	22.3	22.7	22.1
França	25.6	23.4	20.1	19.4	20.0	21.1	22.0
Irlanda	11.3	8.4	6.7	6.7	8.0	8.3	8.3
Itália	29.9	28.7	27.0	24.1	23.1	23.7	23.6
Luxemburgo	6.9	6.9	7.2	7.3	8.3	11.4	12.9
Holanda	7.6	6.8	5.7	4.5	5.0	6.3	8.0
Áustria	6.4	5.4	5.3	5.8	6.7	8.1	9.7
Portugal	10.6	9.1	8.9	9.4	11.6	14.4	15.4
Finlândia	23.5	21.4	21.4	19.8	21.0	21.8	20.7
Suécia	16.1	12.3	10.5	10.9	11.9	13.4	16.3
Reino-Unido	13.1	12.8	12.3	11.9	12.1	12.3	12.1
EU(15 Países)	19.0	17.1	15.3	15.1	15.6	16.3	16.6
EU(25 Países)	19.4	18.4	17.4	17.6	18.1	18.6	18.7

Fonte: Eurostar. Consultado em Gonçalves (2005).

Marks e Fleming (1998) verificaram na Austrália que a idade tem uma relação inversa com o desemprego, o que vai de encontro aos resultados obtidos por Miller (1987), Wooden (1996), Borland (1997) e Chapman e Smith (1992), por eles citados, e vai ainda de encontro aos resultados obtidos por Gonçalves (2005), pois todos concluíram que os jovens mais velhos são mais eficientes e qualificados do que os jovens mais novos o que leva a que os primeiros consigam um emprego com maior facilidade.

Hashem (2011) concorda que os jovens são os mais afetados, mas no caso da Tunísia destacam-se as dificuldades dos jovens que procuram o primeiro emprego e sobretudo das mulheres, que têm dificuldades acrescidas porque neste país os seus direitos são diminutos e por isso são mais discriminadas no mercado de trabalho.

Também Miller (1987), citado por Marks e Fleming (1998), e mais recentemente Gonçalves (2005), mostram que as mulheres estão em desvantagem justificando assim a importância dada à criação de empregos para mulheres na Cimeira de Lisboa.

A tabela 6 ilustra este ponto.

Tabela 6 - Taxa de desemprego em Portugal, por grupo etário e por género

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Taxa de desemprego							
15-24 anos total	10.4	8.8	8.6	9.4	11.6	14.5	15.3
Homem	8.2	7.2	6.2	7.2	9.8	12.4	13.5
Mulher	12.9	10.8	11.6	12.1	13.9	17.0	17.6
25-34 anos total	5.6	4.8	4.1	4.1	5.6	7.5	7.2
Homem	4	3.9	2.7	3.0	4.3	6.4	6.0
Mulher	7.3	5.9	5.7	5.3	7.2	8.8	8.5
35-44 anos total	3.9	3.7	3.2	3.2	45.1	5.5	5.5
Homem	2.8	3.1	2.8	2.4	3.0	4	4.4
Mulher	5.1	4.5	3.6	4.2	5.2	6.4	6.8
>44 anos total	3.0	2.9	2.7	2.6	3.0	3.6	4.5
Homem	3.0	3.1	2.5	2.4	2.9	3.7	4.5
Mulher	3.2	2.5	2.8	2.9	3.1	3.6	4.6

Adaptação: INE, Inquérito ao emprego. Consultado em Gonçalves (2005).

No entanto, Marks e Fleming (1998) ao citarem Wooden (1996), deparam-se com o oposto. Para este autor a taxa de desemprego é menor para as jovens mulheres e para além disso, segundo Chapman e Smith (1992), também citados por Marks e Fleming (1998), os jovens do género masculino estão em desvantagem no que diz respeito à duração do desemprego, contrariando os estudos de Hui (1991) também ele citado por

Marks e Fleming (1998), e a falta de experiência profissional acaba também por ter um maior impacto no caso dos homens.

Estas conclusões dizem respeito a generalidade dos homens e das mulheres mas podem alterar-se com as circunstâncias. Por exemplo, as conclusões são diferentes no que diz respeito a jovens que tenham filhos porque nesse caso, homens e mulheres reagem de forma diferente à condição de serem pais (Marks e Fleming, 1998).

A tabela 7 vem completar estas ideias com dados mais recentes, quer para o desemprego no geral, quer para o caso específico dos jovens.

É possível verificar que desde 2000 a taxa de desemprego tem aumentado todos os anos (excepto em 2008) e em apenas 12 anos o aumento foi muito significativo, pois estamos a falar de um aumento de 11,8 p.p. No entanto, quando olhamos para cada grupo etário separadamente vê-se claramente que os valores para os mais jovens são os mais preocupantes.

Podemos verificar que no período em análise, a taxa de desemprego apenas diminuiu em 2008, e essa diminuição nem sequer se verifica para o grupo de pessoas que têm entre 55 e 64 anos. Para além disso essa diminuição é insignificante face aos aumentos verificados ao longo dos 12 anos.

Gonçalves (2005), Correda (2005) e Dietmar (2010) já alertavam para a situação desfavorável dos jovens, mas Quintini e Martin (2006), apesar de concordarem que a taxa de desemprego é superior nos jovens do que nos adultos na OCDE, concluíram que em média o desemprego entre os jovens na OCDE estaria a diminuir, e pelos dados da tabela 7 isso não se verifica em Portugal, o que nos leva a concluir que Portugal pode ser um dos países que pertence ao grupo das exceções que os autores defendiam existir.

Outro aspeto que podemos observar na tabela 7 é o fato da taxa de desemprego ser menor à medida que aumenta a idade, pois apenas em 2001 existe maior taxa de desemprego entre os indivíduos com 55-64 anos do que entre os que têm 25-54. Mais uma vez os dados vão de encontro aos contributos dos autores, pois tanto Gonçalves (2005) como Marks e Fleming (1998), estes últimos através da citação de outros autores, concluíram que a idade tem uma relação inversa com a probabilidade de estar desempregado.

Tabela 7 - Taxa de desemprego em Portugal: total e por grupo etário

Anos	Grupos Etários			
	<25	25-54	55-64	Total
2000	8,6	3,5	3,2	3,9
2001	9,4	3,5	3,2	4,0
2002	11,6	4,5	3,7	5,0
2003	14,5	5,8	4,3	6,3
2004	15,3	6,1	5,6	6,6
2005	16,1	7,3	6,2	7,6
2006	16,3	7,3	6,3	7,7
2007	16,6	7,8	6,5	8,0
2008	16,5	7,3	6,6	7,6
2009	20,0	9,3	7,7	9,5
2010	22,4	10,7	8,9	10,8
2011	30,1	12,0	10,8	12,7
2012	37,7	14,8	12,8	15,7

Adaptação: INE, PORDATA (atualizado em 17/06/2013).

A tabela 8 vem também completar a informação da tabela 6 com dados mais recentes, mas neste caso a análise é feita à taxa de desemprego por género.

Os dados atuais do nosso país mostram-nos que a taxa de desemprego feminina é sempre superior à taxa de desemprego masculina. Para além disso no caso feminino existe um aumento todos os anos, enquanto que para os homens existem dois anos em que se verifica uma diminuição, apesar desta ser reduzida.

Apesar do cenário ser mais favorável para os homens, existe um fato mais preocupante para estes. Verifica-se que ao longo dos anos, e sobretudo em 2009 e a partir de 2011, as diferenças entre as taxas de desemprego feminina e masculina são cada vez menores, e em 2012 acaba por ser superior no caso dos homens. Isto significa que a situação tem piorado mais entre os homens que entre as mulheres.

Marks e Fleming (1998) citaram autores que concluíram que a taxa de desemprego é menor no caso das mulheres mas os dados vão de encontro às ideias expostas pela

maioria dos autores da revisão da literatura, pois Hashem (2011), Gonçalves (2005) e Miller (1987), este último citado por Marks e Fleming (1998), indicavam que os dados do desemprego são mais desfavoráveis para as mulheres.

Tabela 8 - Taxa de desemprego em Portugal, por género

Anos	Género	
	Masculino	Feminino
2000	3,1	4,9
2001	3,2	5,0
2002	4,1	6,0
2003	5,5	7,2
2004	5,8	7,6
2005	6,7	8,7
2006	6,5	9,0
2007	6,6	9,6
2008	6,5	8,8
2009	8,9	10,2
2010	9,8	11,9
2011	12,4	13,1
2012	15,7	15,6

Adaptação: INE, PORDATA (atualizado em 13/02/2013).

Como foi dito anteriormente, o desemprego tem vindo a ganhar cada vez mais relevância e podemos confirmar isso através de dados mais atuais também para o caso da OCDE. Scarpetta et al (2010) demonstram que a atual crise veio piorar a situação dos jovens em geral, isto porque antes da crise, a taxa de desemprego jovem nos países da OCDE tinha diminuído de 16% em 1995-1997 para 14,4% em 2005-2007, mas entre 2007 e 2009, a taxa de desemprego jovem aumentou chegando aos 19%, nomeadamente em países como a Irlanda e a Espanha que assistiram a aumentos de 18.5 e 24.7 pontos percentuais, respectivamente. Estes acontecimentos apontariam para um desemprego cíclico. No entanto, apesar da retoma económica estar em marcha em vários países, os jovens continuam confrontados com um mau cenário, pois já em 2010 se esperava que o

desemprego continuasse elevado pelo menos até 2012, o que, pelo menos em Portugal, se veio a confirmar.

Se já em tempos estáveis os jovens são mais vulneráveis ao desemprego, então em tempos de crise essa vulnerabilidade ainda se acentua mais. Isto acontece porque os jovens têm uma elevada participação em trabalhos temporários e concentram-se muito em indústrias muito sensíveis aos ciclos económicos (Scarpetta et al, 2010).

Similarmente, Quintini e Martin (2006) tinham alertado que os fatores macroeconómicos também afetam o desemprego e que a sensibilidade é superior no caso dos jovens, para tornar o panorama ainda pior, o efeito é mais rápido durante recessões económicas (aumento da taxa de desemprego) do que nos períodos de recuperação económica (diminuição da taxa de desemprego). Segundo Hashem (2011), o problema do desemprego num determinado país pode ainda ser agravado por crises em países que tenham muitos imigrantes provenientes do primeiro, pois estes regressam ao país de origem e aumentam a taxa de desemprego. Isto verificou-se na Tunísia quando aqueles que tinham emigrado para a Líbia regressaram ao seu país.

Existem outros fatores que podem ajudar a explicar as altas taxas de desemprego juvenil. Quintini e Martin (2006) destacam o abandono escolar, as condições do mercado de trabalho e a falta de adaptação entre as competências dos jovens e as necessidades do mercado laboral. Este último fator realça a importância de superar a falta de adaptação entre competências e necessidades e de reduzir o tempo de transição entre o ensino e o mercado de trabalho, pois até quem tem uma formação superior pode demorar a encontrar um trabalho estável (na Europa demora em média quase dois anos) compensando com empregos temporários ou com um *part-time*.

Para além disso, segundo Gonçalves (2005), os jovens correm um risco acrescido de virem a ser despedidos porque são o primeiro alvo a atingir nas empresas que adotam políticas de redução de mão-de-obra.

Assim o desemprego juvenil tem vindo a agravar-se para todos, mas ao contrário do que se verificava no passado há um destaque pouco comum nos valores da taxa de desemprego atingidos por indivíduos com níveis educacionais superiores, como podemos ver na tabela 9 que nos mostra dados especificamente para o caso português.

Tabela 9 - Taxa de desemprego juvenil (15-24 anos) em Portugal, por nível de escolaridade

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
1º e 2º ciclos	8.3	7.1	8.3	8.0	11.2	13.5	17.6
3º ciclo	10.5	8.9	8.4	9.9	11.4	13.4	13.4
Secundário	12.3	9.3	9.1	9.3	9.8	14.2	13.5
Superior	14.5	11.2	10.0	13.4	17.3	23.8	20.5
Taxa de desemprego juvenil	10.4	8.8	8.6	9.4	11.6	14.5	15.3

Fonte: INE, Inquérito ao emprego e relatórios do Banco de Portugal. Consultado em Gonçalves (2005).

Perante estes fatos, o MDG-F (2007) sugere algumas medidas que ajudariam a resolver o problema do desemprego juvenil no geral e dos graduados em particular. Estas são:

- Investir e intervir em sectores cuja probabilidade de empregar jovens seja elevada, como o sector das tecnologias ou do turismo;
- Desenvolver o empreendedorismo;
- Tomar medidas que levem os jovens a passar de um emprego na economia informal para um emprego na economia formal;
- Incentivar as empresas a contratar jovens, por exemplo através de subsídios, redução dos custos de contratação ou isenção de encargos sociais e
- Desenvolver programas para conseguir uma melhor ligação entre o ensino e o mercado de trabalho.

A ideia de desenvolver diferentes programas que de alguma forma apoiem os jovens já foi posta em prática em alguns países, incluindo Portugal. Por exemplo, na Tunísia foi aplicado um programa com o objetivo de aumentar as oportunidades de emprego, sobretudo para os mais jovens e especialmente para os altamente qualificados, através da criação de empregos decentes (Hashem, 2011). Privat (2010) por sua vez menciona o programa do Perú ligado ao empreendedorismo dos jovens, empreendedorismo esse que muitas vezes é visto como uma boa medida para combater o desemprego jovem, no entanto, Hashem (2011) verificou que na Tunísia as PME's têm uma taxa de sucesso

muito baixa porque partir do princípio que os jovens com formação superior, mas com pouca experiência no mercado de trabalho, conseguem assumir sozinhos a responsabilidade pela sua própria empresa pode não ser muito viável, resultando numa solução apenas de curto-prazo.

Privat (2010) acrescenta que programas como os do Perú influenciam fortemente as políticas e estratégias, analisam a experiência passada em termos de aplicação das remessas, e apoiam outros programas como por exemplo, o desenvolvimento de um serviço de informação para os migrantes e as suas famílias de forma a evitar emigrações ilegais, tráfico de pessoas e exploração no trabalho.

Para além das medidas referidas é também importante remover os obstáculos à contratação de jovens (Quintini e Martin, 2006) e ter sempre presente que, como defende a Young People We Care, o emprego, não só dos jovens mas no geral, deve ser uma prioridade quando se definem novas políticas.

2.1.3. O desemprego em jovens com formação superior

Marks e Fleming (1998) defendem que investir em educação é muito importante no combate ao desemprego uma vez que a probabilidade de desemprego diminui à medida que o individuo tem um nível de educação maior, tendo também um efeito benéfico na duração do desemprego, principalmente se juntamente com a educação existir experiência profissional, casos em que o impacto é superior. Citando Harris (1996), acrescentam ainda que a educação tem maior influência nos jovens do sexo masculino do que nos do sexo feminino.

No entanto, atualmente a situação mudou um pouco para os graduados. Por exemplo, na Tunísia (Hashem, 2011) a taxa de desemprego é superior nos jovens altamente qualificados e estes têm maior probabilidade de estarem desempregados por maiores períodos de tempo. É precisamente esta a questão, que também se tem vindo a verificar no nosso país – aumento da taxa de desemprego entre as pessoas graduadas - que incentivou o desenvolvimento desta dissertação pois ocorre nos dias de hoje um fenómeno que até então nunca se tinha verificado e que passa pelo desemprego em grande escala de pessoas graduadas. Como vimos na tabela 9 desde os anos 2000 que a situação se alterou para as pessoas com elevado nível educacional, mas a tabela 10 permite aprofundar as conclusões e fornece-nos dados mais recentes.

Na tabela 10 podemos verificar que ter um curso superior acaba por compensar pois as taxas de desemprego são sempre inferiores entre os graduados comparativamente aos que possuem o ensino básico ou o ensino secundário. Em relação àqueles que não possuem qualquer nível de escolaridade, a reduzida taxa de desemprego pode dever-se ao fato destes trabalharem em empregos que não são tão afetados pelo desemprego e que exigem poucos conhecimentos. No entanto, nos anos em que a crise mais se acentuou até estes têm maior taxa de desemprego que os que têm formação superior. Para além disso, se olharmos para os dados dos inícios dos anos 2000 e para o ano de 2012 verifica-se que a taxa de desemprego dos graduados foi a que aumentou menos pontos percentuais, apesar de todas aumentarem quase todos os anos. Ainda assim, à medida que aumenta o nível de escolaridade aumenta o número de vezes em que não houve um aumento da taxa de desemprego.

A percentagem de desempregados graduados tem de fato aumentado e apesar de estarem numa situação menos negativa, a taxa de desemprego entre os graduados é de qualquer forma bastante significativa. Apesar dos dados irem de encontro às ideias de Marks e Fleming (1998) e contrariarem os resultados de Hashem (2011), no que diz respeito aos que têm formação superior, o mesmo não se verifica em relação aos que têm o ensino básico ou o ensino secundário concluídos, pois a taxa de desemprego aumenta nos dois casos mas nem sempre ter o secundário é melhor que ter o ensino básico em termos de acesso ao emprego.

Tabela 10 - Taxa de desemprego em Portugal, por nível de escolaridade completo

Anos	Nível de escolaridade			
	Nenhum	Básico	Secundário	Superior
2000	1,7	4,2	4,6	3,1
2001	2,3	4,2	4,5	3,4
2002	2,6	5,2	5,5	4,9
2003	3,3	6,5	6,9	6,0
2004	3,6	7,1	6,9	5,3
2005	4,6	8,0	8,0	6,3
2006	5,6	7,9	8,5	6,3
2007	5,1	8,3	8,2	7,5
2008	6,4	7,8	7,9	6,9
2009	6,8	10,3	9,6	6,4
2010	9,2	11,7	11,3	7,1
2011	11,9	13,7	13,3	9,2
2012	14,9	16,3	17,6	11,9

Adaptação: INE, PORDATA (atualizado em 13/02/2013).

Assim, a dificuldade em entrar no mercado de trabalho tem vindo a ganhar relevância, sobretudo no que diz respeito à passagem do ensino para o mercado laboral no caso de pessoas altamente qualificadas (Alves, 2005). Uma forma de ultrapassar este

problema e de adaptar a mão-de-obra às necessidades do mercado laboral é o sistema de educação utilizado na Áustria, Dinamarca, Alemanha e Suíça, onde os estudantes vão à escola e simultaneamente trabalham, conseguindo um equilíbrio entre teoria e prática. Esta é uma boa forma de entrar no mercado laboral e talvez por isso estes países tenham taxas de desemprego juvenil baixas (Quintini e Martin, 2006). Pelo contrário em países como Espanha e Portugal, mais de metade dos jovens sujeitam-se a empregos temporários, e se em alguns casos estes são o primeiro passo para uma carreira, em muitos deles os jovens permanecem nesta situação durante anos.

Desde os anos 50 até aos anos 70 do século passado, três teorias tentavam explicar como se processava a passagem para o mercado laboral nessa altura.

A teoria das Necessidades de Recursos Humanos defendia que o ensino devia ser gerido em função das necessidades do mercado de trabalho (Teichier e Kehm, 1995, citados por Alves 2005), enquanto que a abordagem da Procura Social de Educação defende que as pessoas devem ter livre acesso ao ensino superior. Estas começaram a ser postas em causa a partir da década de 70 devido à dificuldade em projetar quais as necessidades da economia.

A Teoria do Capital Humano, por sua vez, defende que quanto maior é o nível de instrução de uma pessoa maior é a sua produtividade e por isso esta deve ter um salário igualmente superior. Mas mais uma vez nos anos 70 percebeu-se que era difícil calcular os retornos de cada nível de educação e daí surgem as Teorias do Filtro e do Sinal. Estas teorias defendem que quanto melhores são os resultados académicos de determinada pessoa mais produtiva esta é e por isso os resultados académicos podem ser utilizados pelos empregadores como um fator de seleção, assim as pessoas deixam de ter como objetivo estudar para adquirir conhecimentos mas sim estudar para obter um diploma que funcionará como uma mais-valia no momento de competir no mercado de trabalho (Bulle, 2000, citado por Alves 2005).

Mais recentemente, as Teorias do Ciclo da Vida (Chagas Lopes e Pinto, 2001; Oliveira, 1998), também citados por Alves (2005), vêm acrescentar que para além da formação académica também a experiência profissional era importante para qualificar as pessoas. No entanto a ideia transmitida era de que toda a experiência contribui para aumentar a qualificação dos trabalhadores e na realidade não é assim, pois um indivíduo pode desempenhar funções que não o tornem mais qualificado. Alves (2005), citando

Chabbot e Ramirez (2000), vem ainda complicar as teorias levantando a questão se de fato a educação contribui para uma maior produtividade e para o crescimento económico.

A verdade é que atualmente o diploma continua a contribuir para a satisfação pessoal e profissional. No entanto deixou de servir como um fator de diferenciação, passou a ser um fator comum entre os que procuram emprego e por isso o emprego deixou de estar garantido pelo simples fato de um indivíduo ter uma formação superior (Alves, 2000), ou seja, o diploma é um recurso necessário mas não é o suficiente para conseguir um emprego (Marques, 2003).

O desemprego trás consequências para todos aqueles que o vivem de perto e no caso das pessoas altamente qualificadas não é exceção. Assim Lacković-Grgin et al (1996) destacam as consequências que o desemprego traz para os jovens com formação superior tendo por base o caso específico da Croácia. Os autores mencionam as consequências a nível financeiro/material mas, citando Feather (1989), a ênfase é posta nas consequências a nível psicológico.

Apesar de verificarem que na Croácia não existe uma relação evidente entre a redução da autoestima e da satisfação com a duração do desemprego dos jovens diplomados, na realidade estes autores citam diversos autores (por exemplo Bachman, O'Malley, & Johnston, 1978; Feather e Bond, 1983) que concluíram nos seus estudos que o desemprego pode levar a depressão, diminuição da autoestima, dependência económica, atraso na tomada de responsabilidades, menor capacidade de organização, problemas emocionais, etc.

Estas consequências fazem sentido para Lacković-Grgin et al (1996) e estes autores defendem que os resultados verificados na Croácia podem ter sido diferentes por três motivos: por se tratar de um período de crise, assim os jovens não foram apanhados de surpresa pelo desemprego e não se verificaram estes danos psicológicos; pela amostra ser maioritariamente composta por jovens do sexo feminino, e estas compensam a sua autoestima com outros aspetos da vida como por exemplo o casamento (verificando-se de fato uma relação positiva entre a duração do desemprego com o estado civil de casado); e por serem na maioria jovens que procuram o seu primeiro emprego, o que segundo Kuzmanović (1985), citado por Lacković-Grgin et al (1996), afeta menos a autoestima comparativamente com os desempregados que foram despedidos.

É no entanto natural que estes jovens se sintam dececionados. Estes adiam a inserção profissional e a constituição de família (Marques, 2003) com o objetivo de no futuro serem recompensados mas ao serem confrontados com o desemprego deparam-se com privações financeiras; privações no acesso a determinadas experiências psicológicas, que geralmente se têm no local de emprego; diminuição do contato com pessoas fora da esfera familiar e maior dificuldade em estruturar o seu tempo (Jahoda, 1979, 1981, 1982, 1992; Fryer, 1988; Fryer e Payne, 1986), citados por Paulino et al (2010).

Um fator menos negativo que deriva de um nível de desemprego elevado entre os graduados é o fato de muitos jovens continuarem a sua formação após a licenciatura devido a dificuldade que têm em entrar no mercado de trabalho. Desta forma tentam acumular diplomas académicos com a esperança de se tornarem competitivos no mercado laboral (Alves, 2005). No entanto, na minha opinião, pode também sentir-se o efeito contrário, pois se por um lado o desemprego incentiva a continuação da formação académica por outro a existência de uma elevada taxa de desemprego por um período muito longo, o que está a acontecer em Portugal, pode levar a que os jovens comecem a sentir que tirar uma formação superior tem resultados dececionantes, desencorajando a candidatura ao ensino superior.

Apesar do que se tem verificado, Marks e Fleming (1998) e Quintini (2011) acreditam que uma boa forma de combater o desemprego juvenil passa por adotar políticas que promovam a continuação dos estudos por parte dos jovens, aparentemente esta ideia até poderia ser uma solução viável, pois como já vimos existem estudos que indicam que a taxa de desemprego entre os jovens diminui à medida que estes possuem um maior nível educacional (Scarpetta et al, 2010) e segundo Alves (2005), apesar da situação estar a piorar, os licenciados que se encontram no desemprego 3 a 5 anos após o curso são relativamente poucos (3%).

Entretanto é possível verificar em vários estudos, como por exemplo no caso dos bolsiros de investigação mencionado por Ferreira (2004) e no artigo de Alves (2005), que estudar não é, desde os meados do séc. XX, uma solução que garanta um emprego com boas condições e que corresponda ao seu nível educacional, em muitos dos casos não garante sequer um trabalho independentemente das condições.

Por isso Marques (2003) defende que as pessoas graduadas se querem ser competitivas no mercado laboral devem continuar a desenvolver as suas capacidades enquanto estão desempregadas e devem apostar nos seus projetos e na mobilidade externa, no fundo tem que existir uma nova postura perante esta nova realidade.

2.2. A emigração em Portugal e no mundo

2.2.1. Os movimentos migratórios: destinos e fluxos

Os portugueses começaram a espalhar-se pelo mundo desde muito cedo (séc.XII) e a sua história está coberta de episódios que relatam a emigração de várias famílias de todas as classes sociais. O primeiro destino que os portugueses seguiram foi a Europa, sobretudo Inglaterra e França, mas rapidamente se espalharam por África, seguido de América, Ásia e Oceânia (Fontes, 2012). No séc.XX os fluxos foram essencialmente intercontinentais até aos anos 50 passando a ser, a partir daí e até aos anos 70, predominantemente intraeuropeus e regressando depois as tendências do início do século, como podemos ver na tabela 11 (Baganha, 1994).

Tabela 11 - Emigração portuguesa por destinos, 1950-1988

Ano	Brasil	EUA	Canadá	Total da América	França	Alemanha	Outros europeus	Total
1950	14143	938		21491	319	1	81	21892
1951	28104	676		33341	418	2	254	34015
1952	41548	582		46544	650	4	209	47407
1953	32159	1455		39026	690		246	39962
1954	29943	1918		40234	747	4	205	41190
1955	18486	1328		28690	1336		121	30147
1956	16814	1503	1612	26072	1851	6	167	28096
1957	19931	1628	4158	32150	4640	5	99	36894
1958	19829	1596	1619	29207	6264	2	127	35600
1959	16400	4569	3961	29780	4838	6	130	34754
1960	12451	5679	4985	28513	6434	54	158	35139
1961	16073	3370	2635	27499	10492	277	304	38572
1962	13555	2425	2739	24376	16798	1393	435	43002
1963	11281	2922	3424	22420	29843	2118	837	55218
1964	4929	1601	4770	17232	51668	4771	1905	75576
1965	3051	1852	5197	17557	60267	12197	1467	91488
1966	2607	13357	6795	33266	63611	11250	3868	111995
1967	3271	11516	6615	28584	59597	4070	2461	94712
1968	3512	10841	6833	27014	58741	8435	2037	96227
1969	2537	13111	6502	27383	110614	15406	2269	115672
1970	1669	9726	6529	22659	135667	22915	1964	183205
1971	1200	8839	6983	21962	110820	24273	1418	158473

1972	1158	7574	6845	20122	68692	24946	1785	115545
1973	890	8160	7403	22091	63942	38444	5255	129732
1974	729	9450	11650	25822	37727	13352	3958	80859
1975	1553	8957	5857	19304	23436	8177	1569	52486
1976	837	7499	3585	14762	17919	5913	598	39192
1977	557	6748	2280	14826	13265	4835	750	33676
1978	323	8171	1871	16307	7406	4509	636	28858
1979	215	8181	2805	17532	5987	4400	807	28726
1980	230	4999	2334	15281	5200	4000	692	25173
1981	228	4295	2196	14498	8600	3100	409	26607
1982	187	1889	1484	9420	17900	1900	285	29505
1983	197	2437	823	6242	6300	1500	166	14208
1984	121	2651	764	5747	4600	1400	116	11863
1985	136	2783	791	5842	4000	1600	109	11551
1986	91	2704	983	5024	1800	3100	280	10204
1987	28	2643	3398	7757	400	3100	158	11415
1988	21	2112	5646	8934	600	3600	198	13332

Adaptação: Excepto para a Alemanha e a França, *Boletim Anual da SECP*, 1980-1981 e 1988; para a França, de 1950 a 1979, «Statistiques de l'immigration», ONI (*in* Antunes, 1973, 14, e Stahl *et al*, 1982, 61); para a Alemanha, «Statistisches Bundesamt», viii, B, 182 (*in* Stahl *et al*, 1982, 63); de 1980 a 1988, Sopemi, 1980, 1986, 1988 e 1990. Consultado em Baganha (1994).

A França é um recetor de portugueses desde o séc.XIII. Este era um destino escolhido por muitos estudantes que ambicionavam estudar fora e por pessoas que já na época tinham uma maior formação, como pilotos, escritores, cientistas, etc. A partir de 1950 muitos partiam com o objetivo de fugir à ditadura, por isso nas duas décadas seguintes os fluxos migratórios para França foram históricos. Segundo Baganha (1994) mais de metade dos emigrantes portugueses tinha como destino a França ou a Alemanha entre 1950 e 1988.

Já a Suíça era um destino menos escolhido até aos anos 60, mas desde então passou a ser uma opção mais comum e em 2002 os portugueses já eram a terceira maior comunidade estrangeira a residir no país (Fontes, 2012).

A vizinha Espanha representa o inverso da França, isto é, para além de representar um destino menos escolhido quando comparado com outros países europeus e com os EUA, os emigrantes portugueses que partiam para Espanha têm na sua maioria um nível educacional muito baixo e por isso são vistos como uma reserva de mão-de-obra barata, sendo muitas vezes explorados. Em 1950, aumentou o número de portugueses com

destino à Espanha sobretudo nos caminhos que conduzem à França, mas a partir daí o fluxo tem vindo a diminuir (Fontes, 2012).

No continente africano é de destacar Angola, não por ser um país muito escolhido pelos emigrantes portugueses no passado, mas sobretudo pelo fato de ser um país que, nos anos mais recentes, cativa essencialmente empresários e mão-de-obra altamente qualificada (Fontes, 2012). Marques, citado por Mariano (2010), defende que Angola é um exemplo de uma economia emergente e que nas economias emergentes há um défice de mão-de-obra altamente qualificada, precisando por isso de profissionais em todas as áreas.

Por sua vez, a emigração para o Brasil retirou durante anos mão-de-obra necessária para o desenvolvimento do nosso país. Por exemplo nos séculos XVII e XVIII a população portuguesa quase não aumentou devido aos elevados fluxos migratórios com destino ao Brasil. Em contrapartida as receitas que daqui provinham eram muito importante para o estado português. A emigração de portugueses para o Brasil atingiu o seu máximo entre 1901 e 1930 tornando-se depois mais insignificante até à queda do regime de ditadura. Segundo Baganha (1994), registaram-se em Portugal elevadas taxas de emigração entre 1966 e 1973 devido à ditadura, independentemente do país de destino, e o Brasil não foi exceção. Os EUA eram um destino escolhido pelos portugueses antes do séc.XVI mas só entre 1820 e 1872 se atingiram fluxos muito elevados. Estes fluxos diminuíram a partir de 1929 e até 1950 devido às políticas de emigração restritivas mas mesmo assim os portugueses espalharam-se pelos 50 estados (Fontes, 2012).

Apesar dos elevados fluxos migratórios que abandonavam o nosso país, nunca se proibiu a emigração para destinos específicos, apenas se exercia um controlo administrativo e se exigiam determinados requisitos em algumas situações, como por exemplo a exigência de passaporte (Leite, 1987).

Na tabela 12 podemos observar o número de emigrantes portugueses durante alguns anos do início dos anos 2000, bem como nos últimos dois anos.

Se olharmos apenas para a emigração total podemos concluir que em 12 anos o aumento do número de pessoas que saíram de Portugal foi muito significativo, e se compararmos com os valores totais da tabela 11, que nos fornece dados para quase toda

a segunda metade do séc.XX, podemos observar que apenas em 1966 e nos inícios dos anos 70 se verificaram valores tão elevados como os que temos em 2011 e 2012.

Tabela 12 - Número de emigrantes portugueses: total e por tipo de emigração

Anos	Nº de emigrantes		
	Emigração permanente	Emigração temporária	Emigração total
2000	4.692	16.641	21.333
2001	5.762	14.827	20.589
2002	8.813	18.545	27.358
2003	6.687	20.321	27.008
2011	43.998	56.980	100.978
2012	51.958	69.460	121.418

Adaptação: INE, PORDATA (atualizado em 19/06/2013).

A tabela 12 fornece-nos também informação sobre a emigração permanente e a emigração temporária. Podemos observar que a emigração temporária é sempre superior à emigração permanente, verificando-se inicialmente diferenças muito grandes. Em 2011 e 2012 esta diferença já não é tão significativa, o que vem provar que apesar de em termos absolutos a emigração permanente aumentar menos que a temporária, em termos percentuais a emigração permanente está a aumentar mais que a temporária.

No entanto, é preciso ter em conta que os dados em termos de emigração temporária e permanente são sempre muito suscetíveis de se alterarem, pois quando alguém abandona o seu país pode ter intenção de o fazer de forma temporária mas depois pode adaptar-se tão bem que acaba por ficar de forma permanente, ou vice-versa.

Os movimentos migratórios continuaram a aumentar, não só em Portugal mas sim por todo o mundo. Entre 1994 e 2004 a migração na OCDE aumentou 17 pontos percentuais e apesar de existirem sinais de curto prazo que apontavam para um abrandamento, os sinais de longo prazo indicavam que a migração continuaria a aumentar, sobretudo no que diz respeito às deslocações de países de baixa renda para

países de alta renda. É precisamente esse aumento que se constata no relatório realizado pela OCDE, pelo Banco Mundial e pela OIM em 2004.

Por sua vez, a Young People We Care avança que em 2006 havia mais de 191 milhões de migrantes em todo o mundo e a ONU (2011) lança dados para os meados de 2010 onde o total de migrantes atinge os 214 milhões.

As previsões para o futuro seguem a mesma tendência. Segundo Holzmann (2005), citado por Mckenzie (2007), espera-se que entre 2005 e 2025 a migração de força de trabalho aumente cerca de 19 milhões na China, passando por 211 milhões na África Subsaariana e atingindo os 292 milhões na Ásia Central e Sul de Ásia. Dayton-Johnson et al (2007) acrescentam que o número de imigrantes na europa deve aumentar até 2050, pois espera-se que até lá a população europeia fique muito envelhecida havendo mais oportunidades de emprego para as pessoas vindas do exterior.

A OCDE, a OIM e o Banco Mundial (2004) apontam algumas características dos movimentos migratórios observados no início dos anos 2000. É possível observar que a migração de trabalho temporário é maior entre países vizinhos, o que a ONU (2011) justifica argumentando que os pais preferem mandar os seus filhos para países com culturas idênticas às suas, verificando-se ainda que estatisticamente existem mais deslocamentos de países em desenvolvimento para países desenvolvidos do que entre os países em desenvolvimento. Indo de encontro a esta última conclusão, Tienda et al (2007) estimam que 9% da população que vive em países desenvolvidos são estrangeiros enquanto que esta percentagem nos países em desenvolvimento é apenas de 1,3%.

Tienda et al (2007) destacam também o facto dos países de origem e de destino dos movimentos populacionais se estarem a alterar. Países como a Espanha e Itália que eram maioritariamente fonte de migrantes são atualmente países recetores enquanto que países da América Latina são cada vez mais uma fonte de migrantes. No entanto, o que se verifica é que a maioria dos países enviam e recebem migrantes ao mesmo tempo, por exemplo, a Polónia tem altas taxas de emigração e imigração simultaneamente (Dayton-Johnson et al, 2007).

Segundo Malgesini (1998), citado por Góis e Marques (2007), a questão de ser uma fonte ou um recetor de migrantes é um ponto em que a maioria das teorias falha pois não é possível perceber o porquê dos países serem países de origem ou de destino.

Outra característica para a qual a Young People We Care desperta a nossa atenção é o facto de uma grande parte dos emigrantes abandonarem o seu país sem terem informações sobre o que vão encontrar (salário e condições de trabalho) no país de destino, e muitas vezes sem dinheiro e sem documentos, comprometendo a hipótese de virem a ter sucesso e arriscando-se por vezes ao trabalho semiescravo ou ao tráfico sexual. Muitos apenas conseguem emprego na economia informal, por exemplo na Latina América mais de 90% de novos empregos para os jovens encontram-se na economia informal.

O que se verifica na realidade é que os fluxos migratórios vão alterando ao longo dos tempos, quer no que diz respeito ao número de pessoas que migram, quer às condições em que estes o fazem. Existem também alterações nos países de origem e nos países de destino e é ainda interessante perceber quais as características das pessoas que tomam esta decisão como veremos no próximo ponto.

2.2.2. O perfil dos novos emigrantes

O perfil dos indivíduos que migram tem vindo a alterar-se existindo uma maior diversidade nas características individuais dos que deixam o seu país (Mckennzie, 2007). Por exemplo, Widmaier e Dumont (2011) afirmam que nos países da OCDE os migrantes provêm cada vez mais de países diferentes, são cada vez mais instruídos e para além disso cada vez mais a migração se concentra nos jovens, para além disso tem aumentado entre as mulheres, o que não era tão comum.

De fato, a idade cada vez mais jovem dos migrantes tem tido bastante destaque e segundo os dados esse destaque é bem merecido. Os jovens entre os 15 e 30 anos representam hoje uma grande parte da migração mas isso também já acontecia no passado, por exemplo em Portugal durante o séc.XX o emigrante típico registava uma idade entre os 15 e os 45 anos (Baganha, 1994).

Mais recentemente a Young People We Care mostra no seu *site* que em 2006 mais de 95 milhões de migrantes dizem respeito a migração de jovens (se considerarmos jovens até aos 29 anos) e a ONU (2011) reforça a ideia apontando para a existência de 27 milhões de jovens migrantes em 2010 (considerando jovens de 15 aos 24 anos), sendo que a Europa tem a segunda maior população de jovens migrantes do mundo (7,7 milhões).

Em relação a Portugal, verifica-se na tabela 13, que em todos os grupos etários, independentemente do tipo de emigração, houve um aumento do número de emigrantes, quando comparamos o primeiro ano analisado com o ano de 2012. No entanto, se analisarmos os tipos de emigração separadamente, concluímos que o número de jovens que emigram de forma permanente é sempre superior ao número de adultos se utilizarmos o conceito de jovens até aos 29 anos, enquanto que se usarmos o conceito de jovem até aos 25 verifica-se o contrário. Por outro lado, na emigração temporária, os anos analisados mostram que, independentemente do conceito de jovem utilizado, o número de adultos é sempre superior ao número de jovens que emigram.

O mesmo acontece se analisarmos os grupos etários sem ter em conta o tipo de emigração, isto é, independentemente do conceito de jovem, no total existem mais adultos do que jovens a emigrar nos anos de 2011 e 2012.

Estes dados vêm contradizer as ideias de Baganha (1994), este autor defendia que os jovens até aos 30 anos representavam a grande parte das migrações, mas tem que se ter em conta que este se referia a emigrantes e imigrantes.

Apesar de haver um maior número de adultos do que de jovens a emigrar, não significa que as taxas de emigração entre os jovens não sejam maiores que as taxas de emigração entre os adultos, mas indica-nos que atualmente existe uma maior percentagem de emigrantes portugueses adultos que jovens.

Tabela 13 - Número de emigrantes portugueses: por tipo de emigração e por grupo etário

Anos	Emigrantes por tipo					
	Emigrante Permanente			Emigrante Temporário		
	-25	25-29	+29	-25	25-29	+29
2008	9.232	5.377	5.748	Sem dados	Sem dados	Sem dados
2009	7.663	4.465	4.771	Sem dados	Sem dados	Sem dados
2010	10.777	6.276	6.707	Sem dados	Sem dados	Sem dados
2011	19.996	6.097	17.905	13.151	7.414	36.415
2012	17.784	11.022	23.152	19.237	8.919	41.304

Adaptação: INE, PORDATA (atualizado em 19/06/2013).

A Young People We Care argumenta que estes dados podem ser explicados pelo facto de algumas das causas que incentivam a migração terem um maior impacto nesta faixa etária, como por exemplo a taxa de desemprego nos países desenvolvidos, que como vimos anteriormente é maior entre os jovens. Apesar de defender que os jovens têm maior propensão a migrar este é o único estudo, entre os consultados, que prevê para o futuro uma redução na porção de jovens migrantes no total de migrantes.

Em 2007 o MDG-F (2007) tenta também explicar esta tendência alertando para a existência de um número tendencialmente crescente de jovens no mundo pelo menos até

2027, sobretudo em países em desenvolvimento. Assim este facto pode contribuir para a progressão dos países e para a redução da pobreza (se existir uma transição bem sucedida destes para o mercado de trabalho) mas pode também fazer com que os fluxos migratórios entre os jovens aumentem cada vez mais. Um outro argumento é o conjunto de dados sobre o desemprego que em 2005 já apontavam para 85 milhões de jovens desempregados.

Baláz et al (2004) acrescentam que uma possível explicação pode estar no fato dos jovens utilizarem canais de emigração que os mais velhos não podem ou não tendem a usar, como por exemplo o intercâmbio de estudantes ou os vistos de turismo, para garantir que conseguem entrar na UE.

Como foi referido pela Young People We Care, também Mckenzie (2007) concorda que as pessoas são mais propensas a migrar quando são jovens, por isso já seria de esperar que havendo aumentos no número de pessoas que migram grande parte dessas pessoas sejam jovens. No entanto o autor completa a sua ideia citando a teoria da migração que explica o peso da participação dos jovens na migração com base em três tipos de fatores, sendo que nos primeiros foram incorporadas ideias de Góis e Marques (2007).

Citando Sjaastad (1962) e Todaro (1969), o autor refere os fatores individuais que assentam na ideia de que a migração é um investimento no qual se devem comparar os retornos esperados (ex: o salário conseguido e realização pessoal) com os custos financeiros (ex: custos da mudança, custos de procurar emprego e informação), os custos psicológicos (ex: custo de deixar as pessoas mais próximas) e os custos de oportunidade. Mckenzie (2007) defende que estes fatores influenciam mais os jovens porque geralmente estes estão mais abertos à mudança (menores custos psicológicos), principalmente perante altas taxas de desemprego, e esperam um maior retorno porque normalmente têm um nível de ensino superior relativamente aos migrantes mais velhos.

O segundo tipo de fatores são os familiares. As famílias podem influenciar no sentido de “arrastar” consigo os jovens mas também influenciam quando decidem enviar um elemento jovem da família para o estrangeiro na expectativa de serem ajudados pelas remessas que este enviará.

Os fatores comunitários constituem o terceiro tipo de fatores e estes também afetam mais os jovens migrantes, pois é mais provável que estes se deixem influenciar pela

rede social de migrantes que conhecem do que as pessoas mais velhas. Portes (1976) defende que a rede de relações sociais influencia muito as decisões de carreira, 70% dos migrantes receberam apoio para migrar de pelo menos um familiar e mais de 75% forem encorajados pelos seus colegas de trabalho mais próximos, enquanto Baláz et al (2004) citam Gamburd (2000) e Massey et al (1993) para frisar que esta rede é um recurso valioso que diminui o custo de emigração.

Mckenzie (2007) estuda outras características dos jovens migrantes e conclui que muitos dos jovens que migram para outro país em desenvolvimento vão acompanhados dos seus pais, independentemente da idade. Mas sobretudo aqueles que têm entre 12 e 14 anos, e principalmente no Canadá e no Reino Unido, o que não se verifica em tão grande escala na Costa de Marfim ou na África do Sul como podemos ver na tabela 14.

Tabela 14 – Proporção de jovens migrantes que vivem com os pais, por grupo etário

		Todos migrantes jovens			
		12 – 14	15 - 17	18 - 24	12 - 24
Argentina	Masculino	0.88	0.85	0.60	0.68
	Feminino	0.85	0.83	0.39	0.54
Canadá	Masculino	0.96	0.93	0.70	0.80
	Feminino	0.94	0.91	0.59	0.72
Costa do Marfim	Masculino	0.58	0.26	0.19	0.27
	Feminino	0.48	0.55	0.09	0.16
África do Sul	Masculino	0.74	0.57	0.18	0.28
	Feminino	0.76	0.73	0.24	0.35
Espanha	Masculino	0.79	0.73	0.28	0.41
	Feminino	0.80	0.70	0.25	0.40
Reino Unido	Masculino	0.92	0.76	0.28	0.54
	Feminino	0.94	0.73	0.17	0.44
EUA	Masculino	0.92	0.79	0.37	0.52
	Feminino	0.93	0.83	0.38	0.55

Notas: Os dados para o Reino Unido são para grupos de 12 a 14, de 15 a 19, e de 20 a 24.

Adaptação: Mckenzie (2007).

Uma vez no estrangeiro os jovens entre 12 e 14 anos encontram-se maioritariamente na escola (com exceção da Costa do Marfim onde há uma grande incidência de trabalho infantil), e verifica-se que quanto mais novos são os emigrantes maior é a possibilidade de estarem a estudar, apesar desta ser relativamente grande em todas as idades como vemos na tabela 15 (Mckenzie, 2007).

Tabela 15 - Proporção de migrantes jovens que frequentam a escola, por grupo etário

		Todos migrantes jovens			
		12-14	15 – 17	18 - 24	12 - 24
Canadá	Masculino	1.00	0.84	0.65	0.76
	Feminino	1.00	0.84	0.65	0.76
Costa do Marfim	Masculino	0.42	0.24	0.04	0.11
	Feminino	0.17	0.02	0.02	0.04
Africa do Sul	Masculino	0.87	0.69	0.24	0.35
	Feminino	0.89	0.71	0.30	0.43
Espanha	Masculino	0.96	0.71	0.22	0.40
	Feminino	0.96	0.70	0.26	0.43
Reino Unido	Masculino	1.00	0.80	0.46	0.65
	Feminino	1.00	0.78	0.39	0.59
EUA	Masculino	0.97	0.83	0.30	0.49
	Feminino	0.97	0.89	0.37	0.57

Notas: Os dados para o Reino Unido são para grupos de 12 a 14, de 15 a 19, e de 20 a 24.

Adaptação: Mckenzie (2007).

A tabela 16 mostra-nos que existe uma parte significativa de jovens que não se encontram a trabalhar nem a estudar, apesar da taxa de jovens que não estudam nem trabalham ter diminuído entre 1996 e 2003 esta continua alta em relação à dos adultos (Mckenzie, 2007; Quintini e Martin, 2006). Este é um importante indicador do desempenho do mercado de trabalho e segundo Mckenzie (2007) constitui uma das principais preocupações na formulação de políticas.

Tabela 16 – Proporção de jovens migrantes, que não trabalham nem estudam, por grupo etário

		Todos os jovens migrantes			
		12-14	15-17	18-24	12-24
Argentina	Masculino	0.02	0.16	0.24	0.20
	Feminino	0.05	0.19	0.37	0.30
Canadá	Masculino	n.a	0.10	0.09	0.08
	Feminino	n.a	0.11	0.12	0.10
Costa do Marfim	Masculino	0.32	0.35	0.16	0.20
	Feminino	0.44	0.64	0.57	0.57
África do Sul	Masculino	0.10	0.20	0.31	0.27
	Feminino	0.10	0.25	0.50	0.42
Espanha	Masculino	0.03	0.13	0.20	0.17
	Feminino	0.03	0.19	0.31	0.25
Reino Unido	Masculino	n.a	0.08	0.14	0.10
	Feminino	n.a	0.10	0.27	0.18
EUA	Masculino	n.a	0.09	0.20	0.18
	Feminino	n.a	0.10	0.34	0.30

Notas: Os dados para o Reino Unido são para grupos de 12 a 14, de 15 a 19, e de 20 a 24. Os dados para o Reino Unido só foram pedidos para a partir de 15 anos e no Canadá para a partir de 16.

Adaptação: Mckenzie (2007).

Em relação ao género a Young People We Care indica que, apesar de se ter acreditado durante anos que eram sobretudo os homens em idade laboral que migravam, como acontecia em Portugal no séc.XX (Baganha, 1994), atualmente existem países que reúnem informação sobre mulheres e jovens que migram sozinhos e não apenas como familiares de alguém. As mulheres hoje migram tanto como os homens e segundo o

MDG-F (2007) constituem metade dos migrantes a nível mundial. Mckenzie (2007) verifica que a porção de mulheres entre os jovens migrantes varia desde 39% na África do Sul até 65% na Argentina mas a média dos países por ele analisados aponta para 50%, como podemos comprovar observando a tabela 17. Estes dados vão de encontro à ideia declarada pelo MDG-F (2007).

Tabela 17 - Percentagem de migrantes do género feminino

Imigrantes dos 12 aos 24 anos		
	Fluxo	Stock
Argentina	0.65	0.57
Canadá	0.51	0.49
Costa do Marfim	0.52	0.54
África do Sul	0.39	0.41
Espanha	0.48	0.48
Reino Unido	0.55	0.50
EUA	0.42	0.45

Adaptação: Mckenzie (2007).

Este aumento na migração de mulheres pode dever-se a vários fatores entre eles o fato das famílias tenderem a escolher as filhas em vez dos filhos para emigrar quando decidem mandar um elemento da família para o estrangeiro, pois na maior parte dos países as filhas são mais fáceis de controlar pelos pais (Mckenzie, 2007).

No entanto este autor observou que os homens têm maior probabilidade de estarem a trabalhar em quase todos os países que analisou, exceto no Canadá e no Reino Unido onde as probabilidades são idênticas para os dois géneros, e existe uma maior porção de mulheres que nem estudam nem trabalham, apesar de no caso dos homens também não ser propriamente baixa, como pudemos ver na tabela 16.

Quanto às atividades que exercem eles costumam ter trabalhos que necessitem de força física, como a construção e a agricultura, e elas trabalham essencialmente nas

limpezas, em restaurantes e em balcões de vendas. Normalmente os jovens migrantes trabalham num grupo de profissões mais restrito que os migrantes mais velhos.

No que diz respeito ao estado civil existe uma maior probabilidade de estar casado entre as jovens mulheres migrantes do que por parte dos homens, isso é visível para qualquer um dos países analisados por Mckenzie (2007) e a tabela 18 mostra exatamente isso. Também em Portugal no séc.XX se verificavam que os homens que emigravam eram maioritariamente solteiros (Baganha, 1994).

Tabela 18 - Proporção de migrantes jovens que são casados, por grupo etário

Todos migrantes jovens					
		12 – 14	15 –17	18 -24	12 -24
Argentina	Masculino	0.00	0.00	0.09	0.06
	Feminino	0.00	0.04	0.18	0.13
Canadá	Masculino	N.A	0.01	0.05	0.03
	Feminino	N.A	0.01	0.16	0.10
Costa do Marfim	Masculino	0.02	0.05	0.16	0.13
	Feminino	0.06	0.34	0.75	0.60
África do Sul	Masculino	0.01	0.03	0.16	0.13
	Feminino	0.02	0.10	0.41	0.32
Espanha	Masculino	0.00	0.01	0.10	0.08
	Feminino	0.00	0.04	0.25	0.18
Reino Unido	Masculino	0.00	0.01	0.11	0.06
	Feminino	0.00	0.05	0.26	0.16

Notas: Os dados para o Reino Unido são para grupos de 12 a 14, de 15 a 19, e de 20 a 24. O estado civil nos E.U.A e no Canadá só foi perguntado a maiores de 15 anos.

Adaptação: Mckenzie (2007).

Na tabela 19 podemos analisar dados recentes para Portugal. Verifica-se que os homens emigram mais que as mulheres e que as maiores diferenças são sobretudo na emigração temporária.

Em relação aos aumentos, em termos absolutos, verifica-se que o aumento do número de homens que emigram é sempre superior ao aumento verificado nas mulheres, mas em termos relativos a emigração temporária aumentou mais entre as mulheres.

Ainda em termos absolutos podemos verificar que o número de homens que emigram teve maior aumento na emigração temporária enquanto que as mulheres aumentaram mais na emigração permanente, mas em termos relativos os aumentos foram maiores nos dois géneros para a emigração permanente.

Assim podemos dizer que, em termos absolutos, a teoria de Baganha (1994) continua-se a verificar, pois os homens emigram mais que as mulheres, mas em termos relativos estão-se a verificar maiores aumentos, no total dos dois tipos de emigração, para as mulheres.

Tabela 19 - Número de emigrantes portugueses: por tipo de emigração e por género

Anos	Emigrantes por tipo			
	Emigrantes Permanentes		Emigrantes Temporários	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
2000	2.872	1.820	14.197	2.494
2001	4.231	1.531	11.543	3.284
2002	6.897	1.916	15.456	3.089
2003	3.415	3.272	17.198	3.123
2011	31.329	12.669	39.958	17.022
2013	34.540	17.418	53.453	16.007

Adaptação: INE, PORDATA (atualizado em 19/06/2013).

Helena Rato, citada por Mariano (2010), por sua vez, defende que a emigração temporária é mais comum em emigrantes do sexo masculino a emigração permanente ocorre nos dois sexos com a mesma frequência.

Uma nova característica dos emigrantes é o seu nível educacional pois muitos deles têm uma formação superior enquanto que se olharmos para Portugal no séc.XX a maioria dos emigrantes tinham um nível educacional muito baixo (Baganha, 1994).

As Caraíbas, por exemplo, têm a maior percentagem mundial de migração de trabalho altamente especializado (segundo a Young People We Care) mas o fenómeno tem-se verificado um pouco por todo o mundo e estes dados têm uma importância acrescida pois, segundo Mariano (2010), cada vez mais jovens qualificados optam por emigrar em busca de melhores oportunidades e salários. Alguns emigram ainda durante a formação, o Canadá e o Reino Unido são países onde grande parte dos jovens imigrantes se deslocaram com esse objetivo (Mckenzie, 2007) e muitas das vezes aproveitam para estabelecer residência permanente porque muitos países permitem que depois dos estudos estes tenham lá o seu primeiro emprego, assim são uma fonte de migrantes altamente qualificados que estes países podem utilizar (ONU, 2011), representando uma perda definitiva de profissionais para o país de origem (Góis e Marques, 2007). Dayton-Johnson et al (2007) defendem que estes devem ser encorajados a trabalhar nos países onde concluíram a sua formação devido à facilidade de integração e à facilidade que existe no reconhecimento das suas qualificações. Dar formação a emigrantes é uma forma de atrair mão-de-obra qualificada de outros países.

No relatório da OCDE, da OIM e do Banco Mundial (2004) encontramos uma possível justificação para o aumento no fluxo de migrantes altamente qualificados, pois o crescimento verificado no início deste século no fluxo destes trabalhadores é acompanhado pela elevada liberalização do movimento destes trabalhadores (que cresce mais que a dos trabalhadores no geral). Contudo persistem certas restrições, por exemplo os indivíduos de países que aderiram à União Europeia depois de 2004 não podem trabalhar em toda a UE e desta forma podem perder-se trabalhadores altamente qualificados que têm mais facilidade em se deslocar para outros continentes.

A Young People We Care acredita que enquanto existirem empregos disponíveis em países com melhores condições que seu país de origem, existirão sempre pessoas a migrar.

2.2.3. Obstáculos que dificultam a emigração e causas que a incentivam

Quando se pondera a hipótese de emigrar é necessário ter em conta as vantagens que se procuram encontrar mas também as dificuldades que podem surgir durante e após este processo. Ainda antes da mudança podem surgir obstáculos burocráticos que a podem dificultar ou impedir, estes variam dependendo de qual é o país de origem e qual é o país de destino em causa mas entre eles podemos destacar as restrições contratuais, a requisição de vistos e a certificação do tempo de trabalho (relatório da OCDE, da OIM e do Banco Mundial, 2004). Os vistos são também mencionados por Imran et al (2012) e estes acrescentam o requerimento de certificações e as despesas como obstáculos para emigrar, apontados neste caso específico pelos profissionais da área da saúde.

Um outro obstáculo é o idioma, se a emigração se der enquanto crianças então estas acabam por falar a língua do país de destino fluentemente. Mas se for mais tarde a adaptação à nova língua é mais complicada (ONU, 2011). Podemos também destacar a existência de políticas de migração restritivas, (Zolberg, 1981), citado por Góis e Marques (2007), como por exemplo o caso das restrições levadas a cabo pelo Reino Unido no recrutamento de profissionais da área da saúde de países em desenvolvimento (Dayton-Johnson et al, 2007). Por último, existe ainda a resistência a mudança sentida por muitas das pessoas que têm medo do incerto.

Por outro lado existem fatores que incentivam as pessoas a movimentarem-se de uns países para os outros, no relatório realizado pela OCDE, OIM e pelo Banco Mundial (2004) são apresentados alguns deles e Imran et al (2012) e a Young People We Care também citam alguns. Estes são:

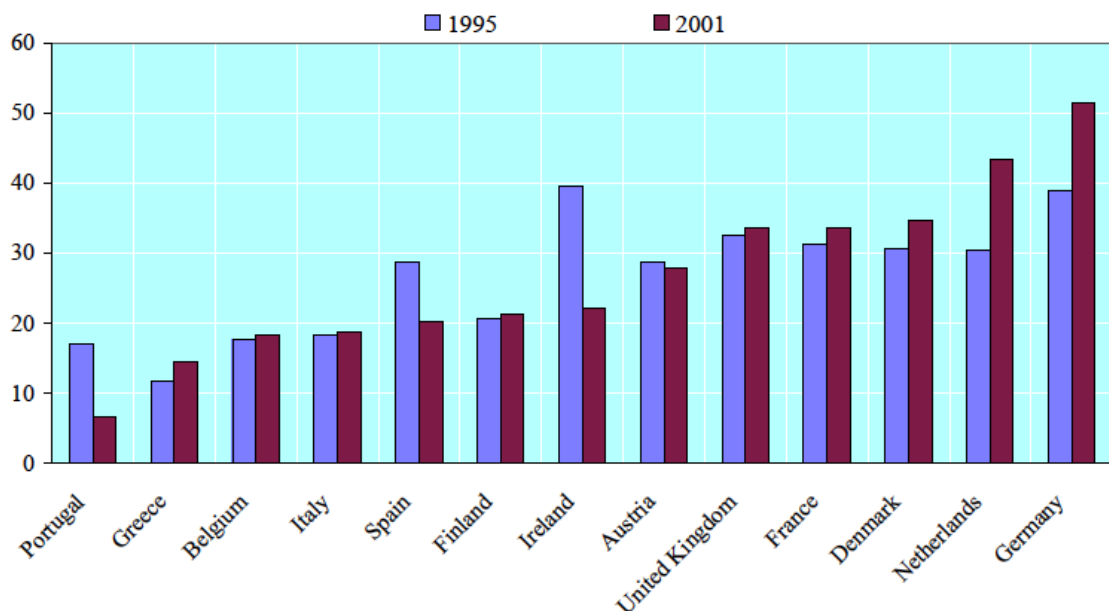
- As crescentes variações na renda *per capita* entre os países;
- A facilidade de comunicação e de transporte;
- A globalização do processo produtivo;
- A convergência dos níveis de ensino;
- A busca de excelência e *status* profissional, pois os profissionais com formação no estrangeiro são vistos como mais qualificados, e a busca de soluções de carreira mais fáceis;
- A busca de prosperidade financeira baseada em motivos económicos, como por exemplo, os baixos salários que recebem no país de origem que

continuam a ser um dos principais motivos e muito comum sobretudo nos jovens (ver gráfico 3);

- A realização emocional e intelectual e a satisfação profissional;
- A agitação civil, a crescente violência e a corrupção no país de origem;
- A existência de familiares no país de destino;
- As condições/mudanças políticas, sociais, económicas e demográficas;
- A insegurança no trabalho e a crescente carga horária que existe no país de origem;
- A fuga a guerras, a perseguições, à pobreza e ao crime;
- A busca de novas oportunidades ou de um melhor sistema de ensino, novas experiências e novos conhecimentos;
- A qualidade de vida e
- O crescente volume de comércio.

Gráfico 3 – Incidência de salários baixos na Europa, 1995-2001

Percentagem de pessoas com 15 a 28 anos que trabalham pelo menos 15h por semana



Notas: Salário baixo corresponde a dois terços dos rendimentos brutos por hora média de pessoas com idades entre 25-54. Os dados para a Finlândia são para 1996 e não para 1995.

Fonte: OECD calculations based on the European Community Household Panel (ECHP), waves 2 to 8 (1995-2001). Consultado em Martin e Quintini (2006).

Baláz et al (2004) relembra ainda a importância das redes de relações que tinham sido mencionadas quando referimos os fatores comunitários, acentuando a sua importância sobretudo no caso da migração permanente, mas afirmando que é difícil perceber em que medida influenciam.

Um dos principais motivos que leva as pessoas a emigrar é o desemprego, pois se os fatores mencionados anteriormente incentivam as pessoas a sair do país, o desemprego grande parte das vezes não funciona apenas como um estímulo mas sim quase como algo que “obriga” as pessoas a emigrar para garantir a sobrevivência.

Em forma de síntese podemos concordar com Góis e Marques (2007), que agrupam as causas de migração em variáveis económicas (caso do desemprego e do nível salarial), sociais (como o acesso à educação, o regime de segurança social, a fuga a perseguições e ao crime), políticas (como por exemplo os benefícios fiscais) e físicas (clima e meio ambiente), e com Baláz et al (2004) que dividem as causas de emigração em incentivos “*push*” e incentivos “*pull*”, onde os primeiros representam os fatores negativos do país de origem que levam a querer sair do país e os segundos são os fatores positivos dos países de destino que levam a querer entrar naquele país, e afirmam que na emigração temporária os incentivos têm a ver com objetivos culturais e de formação no caso da emigração permanente os objetivos são essencialmente económicos.

2.2.4. Vantagens e desvantagens da emigração

O movimento de pessoas, especialmente daquelas que representam força de trabalho, pode ter resultados positivos e negativos, quer para o país de origem, quer para o país de destino, e segundo Dayton-Johnson et al (2007) se não houver capacidade para gerir as alterações provenientes dos movimentos migratórios então pode verificar-se agitação social e instabilidade política. Por outro lado, se houver uma boa gestão, o relatório da OCDE, OIM e do Banco Mundial (2004) mostra que a mobilidade do trabalho pode trazer benefícios em termos de bem-estar e a nível económico, destacando que a liberalização tem benefícios importantes sobretudo para os países em desenvolvimento devido à importância que as remessas têm nestes países.

Algumas das vantagens da migração apresentadas no referido relatório são:

- A transferência de conhecimentos, habilidades e cultura entre os países;
- O envolvimento em novas redes sociais e o acesso a recursos financeiros, que são muito importantes para a realização de negócios, e
- A entrada de remessas, que do lado das vantagens é geralmente o ponto mais destacado.

Segundo este relatório, as remessas são a principal fonte de financiamento global. Entre 1988 e 1999, as transferidas mais que duplicaram e têm vindo sempre a aumentar nas últimas décadas, isto sem ter em conta as remessas que entram através de canais informais, que devem representar um número significativo uma vez que a transferência através dos bancos oficiais é complicada e lenta, e através das empresas privadas é cara.

As remessas são fluxos financeiros menos voláteis e geralmente não são afetadas por crises financeiras internacionais, ajudam na redução da pobreza, pois podem ser utilizadas em investimentos de longo prazo (Tienda et al, 2007) e são ainda importantes para o crescimento e desenvolvimento da economia do país de origem (Dayton-Johnson et al, 2007 citando Katseli et al, 2006).

O problema é que, na realidade, até à data do relatório referido (em que se cita Ratha, 2003) as remessas não estavam a ser investidas de forma produtiva devido à estrutura económica inadequada e quadros institucionais e políticos insuficientes.

No caso de Portugal, as remessas representaram uma parte substancial dos fluxos vindos do exterior (Baganha, 1994), mas o cenário pode alterar-se porque antes a

maioria de emigrantes eram pouco qualificados, que tendem a enviar mais remessas para o país de origem e tendem a ajudar as famílias deixadas para trás (Dayton-Johnson et al, 2007), mas com o aumento do peso dos graduados no total de emigrantes prevê-se que as coisas mudem. No nosso país, tiveram também algumas consequências negativas no desenvolvimento económico devido ao aumento da inflação e à sobrevalorização da taxa de câmbio que estas causaram, mas os efeitos positivos, como o desenvolvimento do sistema bancário e a reestruturação da estrutura produtiva do país, compensaram aqueles aspetos negativos (Baganha, 1994).

O efeito positivo causado pelas remessas tende a suavizar consequências negativas da emigração. No caso da Eslováquia a entrada de remessas em 2004 representava 0,1% do PIB levando a que a perda de produção devido à fuga de cérebros diminuísse de 0,6% do PIB para 0,5%, ignorando efeitos multiplicadores que poderiam levar a diminuições superiores (Baláz et al, 2004).

Devido aos problemas levantados pelas dificuldades em enviar remessas pelos canais formais e pela falta de produtividade dos investimentos feitos com elas, Haas (2006), citado por Dayton-Johnson et al (2007), defende que era importante a existência de sistemas bancários orientados para os migrantes para canalizar as remessas para investimentos produtivos. Por outro lado, refere o conceito de co-desenvolvimento posto em prática na França. Este conceito tem como objetivo incentivar os migrantes a implementarem projetos comerciais ou de desenvolvimento social no seu país de origem e inclui a ajuda aos migrantes para investirem as suas poupanças de forma produtiva. O MDG-F (2007) afirma que se existirem mais canais formais para transferir remessas, reduzindo o custo destas transferências, como defende também Dayton-Johnson et al (2007), e se canalizarmos estas remessas para boas oportunidades de investimento, o impacto destas na economia pode ser muito maior.

As vantagens referidas são mais visíveis nos casos em que os migrantes voltam ao seu país ou mantêm uma grande ligação com ele através, por exemplo, da família.

Dayton-Johnson et al (2007) acrescentam que a migração traz a possibilidade de preencher lacunas que alguns países têm no espectro de competências que necessitam para o crescimento, o que se tem verificado no mercado de trabalho europeu pois a Europa depende cada vez mais dos migrantes para equilibrar a oferta e procura no mercado laboral. Outra das vantagens é a introdução de novas tecnologias.

Por outro lado, o relatório da OCDE, da OIM e do Banco Mundial (2004) referem algumas desvantagens dos movimentos migratórios, tais como:

- A migração ilegal, que representa uma forte concorrência, principalmente para os trabalhadores nacionais menos qualificados, uma vez que os imigrantes ilegais geralmente aceitam trabalhar com piores condições e recebendo um salário menor. Apesar disto acontecer também com imigrantes legais porque, ao citar Werner (1996), conclui-se que as diferenças salariais entre os países levam a que alguns imigrantes trabalhem por um salário inferior ao salário mínimo do trabalhador nacional;
- A existência de externalidades sociais, como por exemplo a falta de respeito laboral e social;
- O abuso e alteração das condições de trabalho e de segurança;
- A dificuldade de integração social;
- As alterações no mercado de trabalho;
- A necessidade de desenvolvimento de novas políticas, nomeadamente políticas de coordenação entre os países, e
- A fuga de cérebros, que se verifica quando os migrantes têm elevadas qualificações. Este é um dos aspectos mais focados por vários autores (como por exemplo Portes, 1976) e o que terá maior atenção no próximo ponto desta dissertação.

O MDG-F (2007) refere ainda uma outra consequência que raramente é referida que é o abandono escolar que se verifica entre os filhos dos imigrantes.

A migração trás alterações demográficas, sociais, culturais e económicas. A Young People We Care afirma que os países mais ricos inverteram completamente a situação demográfica, passaram de altas taxas de natalidade e mortalidade para uma menor taxa de natalidade acompanhada de um aumento significativo na esperança média de vida, indo de encontro às ideias de Tienda et al (2007), que destacam o forte envelhecimento da população verificado nos países industrializados, e de Baganha (1994) que acrescenta que em Portugal durante alguns períodos o crescimento natural terá sido absorvido pela emigração, não só devido à saída das pessoas mas também devido aos nascimentos que deixaram de existir pelo fato de muitos emigrantes saírem do país em idade reprodutora.

Assim, segundo a Young People We Care, existem menos pessoas disponíveis para pagar impostos e quem fica a ganhar são os países de destino que tiram vantagem destes fluxos migratórios.

Tienda et al (2007) acrescentam, citando o Banco Mundial (2006), que enquanto os países recetores aproveitam o benefício de ter uma população mais jovem, que segundo a Young People We Care geralmente é mais produtiva, os países de origem tentam maximizar a utilização das remessas enviadas pelos familiares. Assim todos podem tirar benefícios.

Em suma, se os fluxos migratórios são bons ou maus para os países de origem e de destino depende de vários fatores, nomeadamente do perfil dos migrantes e da situação em que se encontra cada país.

No caso português, Baganha (1994) cita autores (Leeds, 1983) que defendem que a emigração recaiu na mão-de-obra excedentária e que por isso não prejudicou nem beneficiou o crescimento económico, mas por outro lado cita outros (Sousa Ferreira, 1976) que acreditam que a emigração terá efeitos negativos no crescimento porque emigraram pessoas que não constituíam mão-de-obra excedentária. No primeiro caso, não seria prejudicial para o crescimento económico e ainda teria o efeito positivo causado pelas remessas se estas fossem bem aplicadas, enquanto que no segundo caso, o autor defende que os efeitos negativos surgiriam independentemente do volume de remessa e da forma como estas seriam usadas (Baganha, 1994). Embora a literatura apresente a emigração de mão-de-obra não-excedentária, como tendo sempre um impacto negativo na economia, talvez as remessas enviadas possam compensar este efeito em algumas situações.

Segundo Dayton-Johnson et al (2007), quem fica geralmente em vantagem são os próprios migrantes que quase sempre têm maiores ganhos, não necessariamente económicos, se emigrarem do que se permanecerem no país de origem (desde que escolham o destino adequado). Por outro lado, os que ficam no seu país tiram partido da migração dos outros no sentido de terem menos concorrência no mercado laboral. Mas estes autores acreditam também que a migração é um fenómeno que pode contribuir para o progresso económico de todos os países envolvidos desde que sejam adotados programas e políticas apropriadas, e sejam removidos os obstáculos institucionais que atualmente existem.

2.3. A fuga de cérebros

2.3.1. Definição do fenómeno e causas que o incentivam

Segundo o relatório da OCDE, da OIM e do Banco Mundial (2004), e como já tinha sido referido antes, a fuga de cérebros é uma das consequências da migração que mais se destaca uma vez que diz respeito a trabalhadores altamente qualificados e, segundo Becker et al (2003), a migração destes tende a ter um impacto maior que a migração de trabalhadores menos qualificados sobretudo devido à capacidade de pesquisa e de gerar desenvolvimento tecnológico que estes possuem. Para além disso, os autores relembram que o capital humano é um dos principais factores de produção (juntamente com o capital físico e a tecnologia) e por isso é importante analisar as perdas e os ganhos de capital humano que resultam dos fluxos migratórios.

A educação é muito importante para a produtividade e tem-se verificado que cada vez mais as pessoas frequentam o ensino superior. Em Portugal, o número de pessoas a frequentar o ensino superior no final da década de 60 do século passado era mais que o dobro das pessoas que o frequentavam no início dessa década, pois o diploma assegurava a entrada no mercado de trabalho (Trigo, 1982), e o aumento do número de candidatos ao ensino superior continuou até aos finais da década 90 (Marques, 2003).

Hoje, como já foi dito, o diploma não garante a entrada direta no mercado de trabalho. Sabbadini e Azzoni (2006) concluem que o nível de escolaridade é uma das características que tem vindo a alterar no perfil dos migrantes, pois verificou-se um grande aumento na migração de pessoas altamente qualificadas, como vimos anteriormente. Este fato pode sugerir logo à partida que estes não entram automaticamente no mercado de trabalho pelo simples fato de terem um diploma. Exatamente por isso a fuga de cérebro tem vindo a ganhar alguma relevância na literatura, sobretudo a partir de 1950, sendo atualmente estudada no mundo todo.

A fuga de cérebros diz respeito a movimentos de pessoas altamente qualificadas e ganha importância sobretudo no que diz respeito a movimentos de países em desenvolvimento para países desenvolvidos, que são, segundo a maioria dos autores, os mais comuns. Por exemplo, Widmaier e Dumont (2011) afirmam que a maioria dos emigrantes altamente qualificados provém de países emergentes ou em

desenvolvimento e que a emigração de pessoas altamente qualificadas tem vindo a aumentar em países de renda baixa e média- alta.

No entanto, os países desenvolvidos também passam pelo fenómeno e Sabbadini e Azzoni (2006) concluíram no seu estudo regional que mestres e doutores tendem a deixar as localidades com maior IDH. Portes (1976) também contraria a regra concluindo que muitas vezes a fuga de cérebros é superior nos países desenvolvidos.

Este conceito surgiu quando nos anos 60 começaram a existir estudos que incidiam na emigração de pessoas altamente qualificadas (Hillmann e Rudolph, 1996; Watanabe, 1987), citados por Góis e Marques (2007), e se atualmente o enfoque é posto nas deslocações dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos inicialmente a principal preocupação eram os fluxos de emigrantes da Europa para os EUA.

Sabbadini e Azzoni (2006), citando Portes (1976), tentam explicar a razão que leva pessoas graduadas decidirem emigrar através de três grupos de fatores. Naturalmente que as causas de emigração apontadas anteriormente se aplicam também aos altamente qualificados mas neste ponto abordaremos incentivos que na literatura são mencionados apenas no caso de pessoas com nível educacional superior.

Os determinantes primários são compostos pelo grupo de desigualdades que existem entre os países, sejam estas a nível económico, estrutural, cultural ou social, e quanto maiores forem essas desigualdades maior é a fuga de cérebros. Portes (1976) vem acrescentar que isto significa que o fluxo de migração é feito em direção aos países com condições mais favoráveis, que geralmente são os países mais desenvolvidos tecnológica e industrialmente, pois como já foi referido as pessoas ou se deslocam porque encontram condições apelativas no país exterior ou porque fogem a determinadas situações do país de origem, ou seja, devido a incentivos “*pull*” ou “*push*”.

Os secundários dizem respeito ao desequilíbrio que existe entre a oferta e a procura de trabalhadores altamente qualificados no mercado de trabalho do país de origem, que conduzem à escassez de postos de trabalho aumentando a fuga de cérebros. Portes (1976) alerta para o fato deste desequilíbrio existir por vezes em economias relativamente avançadas, pois o que importa é o desenvolvimento uniforme em todos os setores e não o desenvolvimento por si só.

O excesso de oferta verificou-se também em Portugal, isto porque nos anos 60 toda a gente queria ter um diploma (mesmo que não obtivessem novos conhecimentos) para conseguir um trabalho bem remunerado e a partir do 25 de Abril esta massificação ainda se acentuou mais, prejudicando a qualidade do ensino que não estava preparado para tal (Trigo, 1982). Para Borges (2006), esta massificação desvaloriza o diploma levando a que os graduados recebam salários reduzidos e tenham piores condições de trabalho. Segundo Góis e Marques (2007), a partir dos anos 90 outros fatores contribuíram para tal excesso, as empresas passaram a poder recrutar com mais facilidade trabalhadores de outros países e passaram a ter ao seu dispor cada vez mais trabalhadores portugueses com elevados níveis de qualificação e imigrantes altamente qualificados que vinham para Portugal à procura de uma oportunidade.

Trigo (1982) acrescenta que o desequilíbrio deriva também da falta de informação que os estudantes têm no ensino secundário quando têm que fazer escolhas em relação ao curso a seguir no ensino superior, pois uma orientação vocacional que lhes permitisse ter mais informação poderia evitar que as pessoas se formassem em áreas nas quais vão diretas para o desemprego, e Marques (2003) sugere que muitas das vezes a responsabilidade também é das universidades que oferecem cursos para os quais não há correspondência no mercado de trabalho. Por exemplo na Argentina há uma excessiva produção de médicos que se deve sobretudo à liberdade que existe na admissão a este curso nas universidades argentinas (Portes, 1976). Assim, Borges (2006) defende que para evitar desequilíbrios, as universidades deviam orientar a sua oferta de cursos de acordo com as necessidades do mercado em cada ano. Este desequilíbrio para além da fuga de cérebros pode também contribuir para o desperdício de cérebros que como veremos mais à frente está ligado a um processo de desqualificação profissional (Góis e Marques, 2007).

Por último, os determinantes terciários dizem respeito às características individuais, por exemplo, um indivíduo com mais capacidades e com maior facilidade em aceitar a mudança terá maior probabilidade de emigrar.

O autor defende que é o conjunto dos três tipos de fatores que explicam o que leva os indivíduos a emigrar. Por exemplo se as diferenças entre os países levam a emigrar porque não emigra toda a gente para os países com melhores condições? Isso pode ser explicado por exemplo pela predisposição individual que cada um tem para emigrar. No

que diz respeito a estas desigualdades entre os países e às características individuais de cada um o governo pouco pode fazer. Assim as políticas que visam controlar a saída de mão-de-obra qualificada devem ser pensadas maioritariamente com base nos fatores secundários.

Sabbadini e Azzoni (2006) indicam outros motivos que estimulam a fuga de cérebros citando outros autores: na perspectiva de Borjas (1996) a emigração é explicada dentro da Teoria do Capital Humano, onde as pessoas decidem emigrar se este for um investimento cujo valor presente do salário seja favorável. Por outro lado, Winch e Carment (1989) defendem que as razões mais frequentes estão relacionadas com a progressão profissional e não com os salários e Kwok-Leland (1982) conclui que a diferença salarial é uma consequência da fuga de cérebros e não uma causa.

Góis e Marques (2007) acrescentam ainda que segundo Findlay e Stewart (2002) e Lowell (2002), a crescente importância da emigração de pessoal altamente qualificado se deve a fatores como a globalização, a expansão da economia mundial, a competitividade entre países, as diferenças nas políticas adotadas, os desequilíbrios demográficos e a evolução das tecnologias de informação e comunicação. Mariano (2010), por sua vez, cita Margarida Marques para explicar que muitos saem em programas europeus, ou perante uma bolsa de estudo ou de investigação, ou através das empresas multinacionais onde trabalham.

Na realidade, e como já foi dito anteriormente, os emigrantes podem ter intenções de regressar ao país de origem, mas depois de passarem pela experiência a adaptação pode ser tão boa que leva a que a emigração temporária se transforme numa emigração permanente. Neste ponto de vista, e no caso dos emigrantes graduados, a emigração temporária é uma causa de fuga de cérebros. Mas a possibilidade de emigrar temporariamente pode por vezes substituir a emigração permanente, pois as pessoas têm a possibilidade de procurar melhores condições e de voltar mais tarde ao país de origem. Neste caso a emigração temporária é uma causa de circulação de cérebros em vez de fuga de cérebros (Baláz et al, 2004). Por isso o MDG-F (2007) frisa a importância de incentivos que façam regressar os trabalhadores altamente qualificados depois de estes terem saído. Também Ouaked (2002), citado por Baláz et al (2004), concorda com as políticas de retenção mas dá ênfase a estratégias que promovam a migração temporária em vez da permanente.

A crescente facilidade de mobilidade também tende a contribuir para experimentar sair do país, por isso os alargamentos da UE ao reduzirem as barreiras iriam à partida levar a um aumento dos fluxos migratórios. No entanto, Baláz et al (2004), ao citarem Krieger (2004), afirmam que não é claro se os alargamentos levam a um aumento na emigração de pessoal altamente qualificado, ficando a dúvida se o alargamento leva a uma fuga de cérebros, a uma circulação de cérebros ou até a um desperdício de cérebros.

Existem muitos motivos que incentivam as pessoas a migrar mas no caso específico da mão-de-obra altamente qualificada o *status* profissional e as condições de trabalho ganham uma importância acrescida comparativamente com os trabalhadores com menos qualificações. Este fato pode ser um alerta para Portugal, pois no nosso país muitos profissionais não vêm as suas capacidades e o seu trabalho reconhecidos.

Um bom exemplo deste problema é a situação dos bolsheiros de investigação em Portugal relatada por Ferreira (2004). Estes representam uma parte bastante considerável da força de trabalho do sistema científico e tecnológico nacional contribuindo muito para a produção científica, no entanto vivem numa situação de elevada precariedade. Citado por Ferreira (2004), M. Fontes (2004) afirma que os bolsheiros não têm acesso a direitos básicos como subsídios de férias e de desemprego, enfrentando um enquadramento perante a segurança social muito precário, têm baixa qualidade de vida e elevada instabilidade profissional, são mal pagos e não lhes é atribuído o estatuto social adequado ao seu nível de qualificações. Ferreira (2004) acrescenta que muitas das vezes estes não têm o direito sequer de assinar as publicações em que trabalham e não são considerados membros dos centros científicos. Na realidade, não são reconhecidos como trabalhadores e apenas são tratados de forma igual no que diz respeito aos deveres. Estas condições podem leva-los a sair do país e por isso é importante agir antes de perder a sua mão-de-obra e os seus conhecimentos e capacidades.

Tendo isto em conta a UE tem demonstrado interesse em melhorar as condições da comunidade científica, no entanto muitas das intenções anunciadas, por exemplo na Cimeira de Lisboa em 2000, estão ainda longe de ser atingidas e alguns dos documentos produzidos têm objetivos que não são compatíveis com as medidas necessárias para os alcançar. Para Portugal era importante que estas medidas fossem seguidas para que o

sector científico se tornasse atrativo e tivesse melhores condições. O Governo português tentou contribuir para melhorar esta situação alterando o Estatuto do Bolseiro mas as melhorias introduzidas ficaram abaixo das necessárias, tendo algumas agravado mesmo a situação (Ferreira, 2004).

Em Portugal, para além da precarização das condições de trabalho, o desemprego também tem contribuído para a fuga de cérebros, pois cada vez mais é frisada a dificuldade que as pessoas altamente qualificadas têm para entrar no mercado laboral (Portugal, 2004; Alves, 2005), o que em parte se deve ao fato da crise financeira levar a cortes nos cargos da administração pública, uma vez que nas últimas décadas o estado tem funcionado como empregador para uma grande parte dos licenciados (Gonçalves, 2005). Segundo Paulino et al (2010) a percentagem de desempregados graduados tem vindo a aumentar e, citando Portugal (2008), afirma que em 2007 4,5 % dos graduados residentes em Portugal estavam desempregados. Como vimos na tabela 10, a taxa de desemprego dos graduados em Portugal, durante os anos 2000, é de fato preocupante e em 2007 foram atingidos valores bem superiores aos referidos por Portugal (2008).

Entretanto há autores (Portugal, 2004; Alves, 2005) que defendem que o assunto é muito discutido porque o desemprego entre os licenciados é raro e inesperado pelos graduados e porque havendo mais licenciados existe mais gente atenta a esta discussão, mas na verdade a situação não é tão grave como os órgãos sociais a descrevem.

O investimento no ensino superior continua a oferecer melhores condições de trabalho, maior estabilidade do emprego, maior flexibilidade de horários e uma rentabilidade superior. Ou seja, apesar das dificuldades devido à conjuntura económica, um curso superior continua a ter as suas vantagens, que atualmente são maiores nos casos das áreas tecnológicas, no direito e na economia, e a probabilidade de estar desempregado continua a ser menor à medida que aumenta o nível de ensino (Portugal, 2004). No entanto, Trigo (1982) alerta para o fato do desemprego estar também a acentuar-se nas áreas tecnológicas.

Assim, por uma questão de prevenção, os países devem adotar políticas e medidas adequadas à emigração destes jovens. Segundo Hashem (2011) uma das deficiências das medidas tomadas até hoje tem a ver com o facto de se intervir da mesma forma perante alvos diferentes, isto é, não há uma distinção entre jovens altamente qualificados e jovens sem qualificações, e esse aspeto tem que ser alterado.

Por outro lado, Baláz et al (2004) acrescentam que as políticas para lidar com a fuga de cérebros devem ser mais políticas de crescimento económico que políticas de migração, mas um tipo por si só não resolvem a situação.

2.3.2. Consequências da fuga de cérebros

No relatório da OCDE, da OIM e do Banco Mundial (2004) é possível verificar que a fuga de cérebros é uma consequência da migração, mas mostra-nos também que desta resulta um outro conjunto de consequências negativas. Um país que se depare com este problema enfrenta situações de escassez de habilidades, redução da produção, perda de receitas fiscais e ausência de rentabilidade do investimento feito em educação e formação, que acaba por não ter grande retorno uma vez que o ensino superior é em grande parte financiado pelo estado e depois os graduados emigram e não produzem no seu país.

Góis e Marques (2007) destacam esta última consequência e acrescentam ainda que o país de origem acaba também por perder as externalidades positivas que poderiam resultar do investimento mencionado. Os autores sintetizam dizendo que tal como a emigração em geral, a emigração de pessoal altamente qualificado tem consequências económicas, políticas, sociais e culturais, quer a curto prazo, quer a médio e longo.

A ideia defendida na obra de Baganha (1994) de que o resultado da emigração depende do fato de se tratar ou não de mão-de-obra excedentária pode, no meu ponto de vista, aplicar-se à migração de pessoas altamente qualificadas mas neste caso independentemente de se tratar de mão-de-obra excedentária ou não, haverá sempre acréscimo do custo relacionado com o investimento em educação que não terá retorno. No entanto, esse custo existe mesmo que essas pessoas não emigrem, pois se estas se mantiverem no país mas não estiverem a trabalhar, o que acontece atualmente devido as elevadas taxas de desemprego, também não haverá retorno para o investimento feito na sua formação

Estas consequências mencionadas permitem-nos concordar com Blomqvist (1986), citado por Sabbadini e Azzoni (2006), que defende que a fuga de cérebros afeta o bem-estar da população que permanece no país de origem, com Haque e Kim (1995) e Miyagiwa (1991), citados por Góis e Marques (2007), com Baláz et al (2004) e com Becker et al (2003) que destacam essencialmente o efeito negativo no crescimento e desenvolvimento económico e na formação de capital humano (ou nos números relativos de graduados) verificada nestes países, pois segundo a teoria neoclássica do crescimento, o aumento dos rendimentos por trabalhador depende positivamente do

aumento de capital humano (que é uma função exponencial do grau de escolaridade) e por sua vez o crescimento da economia depende do somatório do aumento do rendimento dos trabalhadores.

Assim, uma vez que os países de destino são geralmente os países desenvolvidos e os de origem são principalmente países em desenvolvimento, a fuga de cérebros vai contribuir para acentuar as desigualdades entre estes países, apesar de existirem sempre políticas que levam a que apenas alguns trabalhadores consigam emigrar e por isso as motivações para sair do país acabam por não funcionar como dreno de capital humano (Zolberg, 1981 citado por Góis e Marques, 2007).

Devido ao aumento das desigualdades entre os países, o relatório da OCDE, da OIM e do Banco Mundial (2004) demonstram preocupação principalmente com os sectores que tenham grande impacto no desenvolvimento do país (por exemplo o da saúde) e este desenvolvimento pode ser muito afetado uma vez que as pessoas qualificadas que emigram para países desenvolvidos tendem a “puxar” para junto de si os trabalhadores qualificados que se mantêm nos países em desenvolvimento. Por isso, normalmente são os países mais pobres que sofrem as consequências porque os altamente qualificados tendem a ir para um país industrializado.

Podem existir acordos entre os países nos quais o país de destino se compromete a ajudar o país de origem a melhorar os seus sistemas de educação ou de saúde. Assim podemos dizer que nem sempre a fuga de cérebros é um fenómeno negativo (relatório da OCDE, OIM e do Banco Mundial, 2004) mas quem fica realmente a ganhar são os países de acolhimento. Sabbadini e Azzoni (2006), citando Miyagiwa (1991), indicam ainda que a fuga de cérebros tem efeitos no nível de educação e de renda dos países de destino e estes podem ainda aproveitar efeitos de economias de escala. Portugal nos anos 90 soube tirar partido dos imigrantes altamente qualificados que chegavam sobretudo dos países de Leste, muitos foram docentes nas universidades e vieram preencher lacunas em determinadas áreas (Góis e Marques, 2007).

Talvez por isso os trabalhadores qualificados sejam alvo de vários programas que visam atrai-los para outros países. Isso verifica-se na maioria dos países da OCDE, sobretudo nas áreas da saúde, da educação e das TIC (Widmaier e Dumont, 2011), e particularmente na UE (Góis e Marques, 2007). Estes programas funcionam também como incentivos à emigração mas como nem sempre é fácil atrair o número de

emigrantes necessários os países adotam por vezes legislação específica para este fim (Góis e Marques, 2007). Exemplos disso são a Alemanha e o Reino Unido.

Em Portugal, a tendência não é investir na atração de pessoas altamente qualificadas mas sim reagir à sua entrada no nosso mercado laboral, apesar de no final dos anos 90 se sentir alguma preocupação no desenvolvimento de políticas que atraíssem imigrantes altamente qualificados, tentando-se na altura, sem sucesso, obter um acordo com a China e com a Índia (Góis e Marques, 2007).

Os países de origem podem sofrer as consequências negativas mencionadas anteriormente mas existem autores (Mountford, 1997; Vidal, 1998; Kuhn e McAusland, 2006), citados por Góis e Marques (2007), que defendem que a fuga de cérebros pode ter efeitos positivos na formação do capital humano, no crescimento económico e na produção e consumo de determinados bens nos países de origem. Isto acontece porque ao terem a probabilidade de ganhar um bom salário no exterior se tiverem elevadas qualificações, as pessoas tendem a investir mais em educação no país de origem com a intenção de depois emigrar e ganhar um maior salário no país de destino (*brain effect*). Este efeito só não é anulado se as pessoas que fazem este investimento na educação motivadas por este argumento acabarem por não emigrar, ou seja, o efeito só é positivo se o *brain effect* prevalecer sobre o *drain effect* (o número de pessoas qualificadas no país de origem é maior com a possibilidade de emigração do que numa economia fechada- *beneficial brain drain*).

Um dos aspetos positivos na fuga de cérebros é que esta pode ser transformada em circulação de cérebros e segundo o relatório da OCDE, da OIM e do Banco Mundial (2004) maximizar a circulação de cérebros é muito importante e é um dos principais objetivos da mobilidade do trabalho.

Estes acreditam que a circulação de cérebros pode ser maximizada de várias formas, nomeadamente melhorando a administração de vistos, aumentando os direitos económicos, sociais e políticos dos migrantes e promovendo a participação destes no desenvolvimento do seu país de origem. Isto remete para o facto de em vez de olharmos para a saída dos altamente qualificados como uma fuga de cérebros, podermos vê-la como uma circulação de cérebros, pois quando as pessoas regressarem ao país de origem, se regressarem, trazem consigo novos conhecimentos, novas experiências e

novos contatos na comunidade internacional. Desta forma estes graduados podem ter um papel muito importante no desenvolvimento do seu país de origem.

O fenómeno ganha uma importância acrescida porque Mckenzie (2007) afirma que uma grande parte dos jovens realmente regressam ao seu país e muitos deles voltam entre os 25 e 35 anos (a média é aos 24 no México, 28 na África do Sul e 34 nas Filipinas) o que lhes deixa ainda muito tempo para produzirem no seu país. O tempo que os jovens passam no exterior é em média 5 anos no México, 19 meses na Albânia e 6 anos no Paquistão e segundo Williamson (2000), citado por Baláz et al (2004), a emigração temporária entre os países desenvolvidos representa o dobro da emigração permanente. No entanto Helena Rato, citada por Mariano (2010), alerta para o perigo da emigração permanente estar a aumentar mais que a emigração temporária.

A circulação de cérebros, juntamente com outros benefícios, como por exemplo a entrada de remessas, pode levar ao *brain gain* que antes dos contributos de Ladame (1970), citado por Góis e Marques (2007), não era tido em conta. Por isso, Baláz et al (2004) defendem que é importante incentivar os emigrantes a enviar as suas remessas e facilitar o seu retorno ao país de origem, argumentando que as pessoas regressam quando as oportunidades do país de origem convergem com as do país de destino.

O que se verifica por vezes é que as necessidades do país são muitas e as habilidades são escassas, nesses casos a fuga de cérebros é um problema mesmo que seja temporária e se venha a transformar em circulação de cérebros. Esta situação é bem retratada no *site* da Young People We Care com o caso do Suriname, onde a maioria dos médicos e enfermeiros deixam o país logo que tenham oportunidade de fazê-lo, essencialmente devido a motivos económicos uma vez que são muito mal pagos. Estes, ao saírem do país, deixam o sector da saúde ainda mais fragilizado e por isso os que ficam acabam também por tentar emigrar.

O sector da saúde é um dos mais referenciados em matéria de fuga de cérebros. Imran et al (2012) debruçaram-se sobre o caso dos médicos Paquistaneses e concluíram que mais de 60% têm intenções de continuar a sua formação num país estrangeiro e 55% dos entrevistados numa publicação por estes mencionada preferiam estar noutro país.

Na realidade, cada vez mais há profissionais da área da saúde a deslocarem-se de países em desenvolvimento para países desenvolvidos e isso traz muitos riscos para os

países mais pobres, uma vez que podem vir a não ter recursos para as necessidades da sua população pois muitos desses profissionais nunca voltarão ao seu país. Dos profissionais entrevistados apenas cerca de 14% tem intenção de regressar após terminar a pós-graduação e 10% não têm intenção de regressar nunca, logo o cenário negro para o futuro da área da saúde no Paquistão tende a manter-se (Imran et al, 2012).

Face a problemas deste género, o Reino Unido adotou restrições no recrutamento de profissionais da área da saúde de países em desenvolvimento (Dayton-Johnson et al, 2007) mas segundo Stalker (2002), citado por Baláz et al (2004), apesar destas restrições serem uma boa opção, não são uma prática muito comum, por isso o mesmo defende que a emissão de vistos com datas de retorno pré-definidas seria uma medida mais realista.

O relatório da OCDE, da OIM e do Banco Mundial (2004) refere ainda o fenómeno que dá pelo nome de desperdício de cérebros e que acontece quando os trabalhadores altamente qualificados trabalham em empregos onde não estão a utilizar as suas habilidades, seja porque trabalha num emprego que precisa de menos formação ou porque trabalha num campo que difere do seu campo de formação, e defende que reconhecer as habilidades destes trabalhadores traria vantagens para os países de origem e de destino.

Quintini (2011) acrescenta que é importante para o crescimento económico aproveitar o investimento feito em capital humano, logo é importante que as capacidades obtidas durante o ensino correspondam às capacidades utilizadas no mercado laboral para que não haja um desperdício do investimento feito em educação pelo governo. Mas nem sempre isso acontece, as pessoas que se encontram nesta situação são chamadas de sobre educados e segundo Quintini e Martin (2006) um em cada cinco jovens encontravam-se nesta situação em 2005.

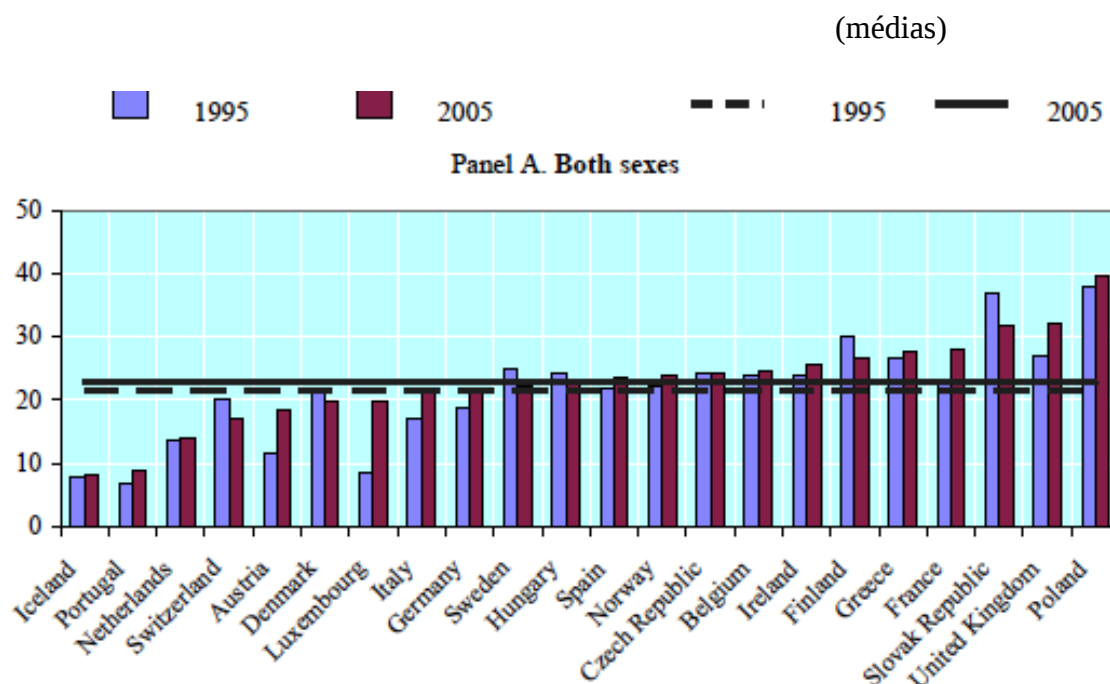
O gráfico 4 permite-nos fazer essa observação para vários países da Europa e tal situação reflete a incapacidade que os mercados de trabalho têm de absorver o crescente número de graduados. Para além disso, este fenómeno acontece também porque os jovens muitas vezes não têm experiencia ou não conseguiram o reconhecimento das suas qualificações no país de destino. Para compensar, trabalham em empregos que exigem menos capacidades do que as que eles possuem. Nestas últimas situações, é aceitável que exista um determinado nível de sobre educados mas se se mantiverem

assim durante muito tempo passa a ser problemático. O que acontece por vezes, segundo Quintini (2011), é que os graduados aceitam trabalhar nestas condições porque preferem esta situação relativamente à situação de desemprego ou então porque querem viver perto da família e não estão dispostos a procurar um emprego noutra zona geográfica.

No entanto, Góis e Marques (2007) acrescentam que mesmo que estes estejam dispostos a sair do país, depois de emigrar, passam muitas vezes por um processo de mobilidade descendente (*deskilling*) porque os seus diplomas não são reconhecidos, ou porque os fluxos migratórios não coincidem com as necessidades do mercado laboral, ou por outros motivos, como por exemplo questões linguísticas, vendo-se “obrigadas” a aceitar um emprego cujas capacidades exigidas são inferiores às que estes possuem.

Gráfico 4 – Taxa de sobre-educação, 1995 - 2005

Percentagem de jovens entre os 15-28 anos que não estão no sistema de educação que se estima estarem sobre educados



Notas: 1995-2004 para o Luxemburgo; 1996-2005 para a Alemanha, Holanda, Noruega e Suíça; 1997-2005 para Finlândia, Hungria, Suécia; 1999-2005 para a Islândia e o Reino Unido; 2001-2005 para a Polónia e 2002-2005 para República Checa e República Eslovaca.

Fonte: OECD Secretariat calculations based on the European Union Labour Force Survey. Consultado em Martin e Quintini (2006).

O risco de vir a ser sub-empregado aumenta à medida que aumenta a duração do desemprego, pois durante este período as capacidades podem tornar-se obsoletas, o que se pode resolver com estratégias de treino, e também tende a aumentar com o fato dos indivíduos trabalharem mediante contratos a prazo (Quintini, 2011).

Já em 2005 a média de trabalhadores sobre educados para os países da OCDE que têm dados disponíveis era de 25,3% (Quintini, 2001) e segundo os dados apresentados por Widmaier e Dumont (2011), 30% dos imigrantes da OCDE são sobre educados enquanto que entre os nativos esta taxa é de 21%. Esta diferença entre as taxa para pessoas nativas e a taxa para imigrantes pode ser explicada pela dificuldade que os segundos têm na adaptação ao novo idioma ou pelo fato das suas qualificações terem sido adquiridas noutro país. Numa visão menos politicamente correta pode-se ainda sugerir que se deve à discriminação (Quintini, 2011).

No caso de Portugal, tem-se verificado uma crescente subutilização dos recursos humanos disponíveis e segundo Cabral-Cardoso et al (2003), citados por Ferreira (2004), esta situação é especialmente alarmante por se tratar de um país que tinha baixas percentagens de trabalhadores com qualificações superiores. Pior do que isso é que Portugal tem acolhido muitos imigrantes nas últimas décadas, sobretudo cada vez mais imigrantes altamente qualificados a partir da adesão à CEE (anos 80), mas em vez de aproveitar estes recursos obtidos de forma gratuita verifica-se que menos de 20% dos imigrantes altamente qualificados têm empregos compatível com a sua formação (Góis e Marques, 2007).

Segundo as conclusões de Góis e Marques (2007), a maioria dos imigrantes qualificados que se encontram em Portugal têm formação em engenharia, docência e economia, por isso estes deveriam ser aproveitados de forma a se refletir o seu contributo no desenvolvimento do país, mas tal não se verifica. Por isso o Governo tentou lançar medidas que solucionassem o problema, mas na realidade o grande problema é a inadequação entre as qualificações oferecidas pelos imigrantes e as qualificações procuradas pelas empresas portuguesas, e isso não é fácil de resolver.

Ferreira (2004) conclui que o fenómeno de desperdício de cérebros aliado ao elevado desemprego verificado entre os trabalhadores altamente qualificados e à precarização das condições de trabalho contribuem para uma maior desvalorização da força de trabalho e pioram as suas condições de trabalho. Assim muitos trabalhadores

altamente qualificados não vêm outra solução se não a emigração para poderem ter uma vida profissional mais estável e por isso podemos dizer que estes fatores contribuem para a fuga de cérebros. Assim o autor defende que, para evitar que os graduados emigrem, se deve dar apoios para a inserção dos pós-graduados nas empresas através de incentivos financeiros, como por exemplo benefícios fiscais, e financiando os custos iniciais. Defende ainda que uma solução possível é incentivar os graduados a criarem as suas próprias empresas, mas devemos relembrar as conclusões de Hashem (2011) quanto ao sucesso da PME's criadas pelos jovens acabados de entrar no mercado de trabalho.

Apesar de todas estas consequências, Ferreira (2004) não nega a importância da mobilidade entre países mas esta não deve ser vista como uma forma de fugir ao desemprego ou à precariedade porque nesse caso os movimentos migratórios têm apenas uma direção e aí sim estamos perante uma fuga de cérebros preocupante. Enquanto isso, no país de origem, os empregadores conseguem recrutar pessoas mais qualificadas pagando salários menores (Marques, 2003).

2.3.3. Fluxos migratórios de indivíduos altamente qualificados

Na Europa a taxa de emigração de pessoas altamente qualificadas ronda os 8,6% (Widmaier e Dumont, 2011) e se expandirmos a análise a um nível mais global podemos dizer que 43,6% dos migrantes têm baixas qualificações, 35% têm habilitações intermediárias e 21,5% são altamente qualificados. Apesar de parecer haver poucos altamente qualificados entre os emigrantes, a taxa de emigração entre os altamente qualificados é maior que a taxa de emigração global para todas as regiões.

Esipova et al (2010), baseando-se em resultados da GALLUP, concluem que se as pessoas se mudassem para países onde gostavam de viver, apesar de não terem intenções de fazê-lo, ia verificar-se em muitos países a existência de um elevado nível de fuga de cérebros. Os EUA, o Canada e os países desenvolvidos da Europa Ocidental e do Sul atraíam mais jovens mas não os mais educados, enquanto que a Espanha e a Alemanha iriam atrair muitos jovens mas também pessoas com alto nível educacional. Por outro lado Portugal e a Bélgica enfrentariam fuga de cérebros, juntamente com a Ásia desenvolvida que perderia também grande parte da sua população altamente qualificada em quase todos os países.

No entanto, Baláz et al (2004) chamam a atenção para a necessidade de distinguir diferentes níveis de intenções de migrar porque, citando Fassman e Hintermann's (1997) demonstram, que se passarmos de uma intenção geral de migrar para uma intenção provável de vir a acontecer a percentagem de pessoas que tencionam migrar passa de 30,3% para 17,7%, e se consideramos uma intenção realista os números diminuem ainda mais chegando a ser apenas de 2,2%.

Uma explicação para a fuga de cérebros verificada em Portugal é dada por Góis e Marques (2007). Segundo estes autores, Portugal é economicamente menos avançado que outros países da OCDE, o que leva alguns trabalhadores altamente qualificados a sair do país e é um país pequeno, o que o torna menos atrativo. Para além disso, existem dificuldades burocráticas que impedem a entrada de recursos humanos qualificados, entre elas a dificuldade que existe no processo de reconhecimento e equivalência dos diplomas.

A Itália também é um país que enfrenta sérios problemas de fuga de cérebros por isso o estudo de Becker et al (2003) é dedicado a este país. Os autores concluíram que

durante os anos 90 a Itália é o único país da UE onde a situação de fuga de cérebros piora, a perda de graduados quadruplicou nessa década enquanto os outros países passavam por uma situação de troca de conhecimentos (*brain exchange*). O pior é que os que emigram são os que estudaram nas melhores universidades italianas e em áreas produtivas, como economia, finanças e engenharia.

Nos anos 90 os graduados italianos que viviam noutros países da UE representavam 2.2% a 2.5% dos graduados italianos que viviam em Itália enquanto que estas percentagens para outros países são muito menores, na França não ultrapassa 1.1%, na Espanha é de 0,8% e na Alemanha está entre os 0,4% e os 0,6%, como nos mostra a tabela 20. Para piorar a tabela 21 permite-nos ver que a Itália é dos países que menos capta mão-de-obra altamente qualificada (Becker et al, 2003).

Tabela 20 - Proporção de graduados nacionais residentes no estrangeiro

	1992	1994	1996	1999
Itália	2.2%	2.2%	2.5%	2.3%
França	0.9%	0.8%	1.0%	1.1%
Alemanha	0.4%	0.5%	0.6%	0.6%
Espanha	0.7%	0.6%	0.7%	0.8%
Reino Unido	1.2%	1.2%	1.2%	0.9%

Fonte: Becker et al (2003).

Tabela 21 - Participação de estrangeiros graduados num determinado país

	1992	1994	1996	1999
Itália	0.5%	0.3%	0.3%	0.3%
França	1.3%	1.5%	1.4%	1.4%
Alemanha	1.3%	1.5%	1.5%	1.4%
Espanha	0.4%	0.5%	0.5%	0.5%
Reino Unido	1.5%	1.5%	1.6%	1.7%

Fonte: Becker et al (2003).

Esta situação na Itália pode em parte ser explicada pelo facto das instituições e as tradições italianas protegerem os que já se encontram empregados e essa proteção acaba por afetar os jovens que tentam entrar no mercado de trabalho pela primeira vez depois de terminarem a sua formação. Assim estes jovens muitas das vezes vêm como única solução para o desemprego a emigração (Becker et al, 2003).

Tal como acontecia em Portugal, a Itália era uma país cuja população tinha em média um baixo nível educacional e por isso a emigração destes jovens altamente qualificados resulta numa perda de capital humano muito significativa. Estes jovens são muito importantes para o desenvolvimento económico porque têm um grande contributo na pesquisa, na inovação, na direção do progresso tecnológico e têm competência essenciais para a gestão da adoção de novas tecnologias (Becker et al, 2003).

Portes (1976), ao contrário de Esipova et al (2010), vem afirmar que os EUA são um grande recetor de imigrantes altamente qualificados pois na década de 60-70 houve um período de cinco anos no qual 3000 pessoas altamente qualificadas abandonaram os seus países na América Latina rumo aos EUA o que segundo Kidd (1967), citado por Portes (1976), levou a América Latina a contribuir com 60 milhões de dólares em trabalhadores formados para o desenvolvimento dos EUA. É por isso que apesar dos EUA alterarem a sua política de abertura aos imigrantes altamente qualificados, estes mantêm as portas abertas para determinados especialistas como médicos ou cientistas.

Dumont et al (2010) e Widmaier e Dumont (2011) acrescentam que a emigração de pessoas altamente qualificadas tem vindo a aumentar sobretudo entre as mulheres, que já apresentam taxas superiores às dos homens, e principalmente nos países pobres. Segundo Marques (2003) este aumento entre as mulheres pode dever-se à crescente feminização do ensino superior, pois uma vez graduadas e face à falta de empregos estas tendem ou a exercer profissões que tradicionalmente são exercidas por homens ou a sair do país de origem.

Mesmo depois de emigrar, por vezes os resultados não são os esperados pois os emigrantes altamente qualificados têm maiores taxas de desemprego que os graduados nativos e isso verificasse também sobretudo quando analisamos o universo feminino, uma vez que as mulheres altamente qualificadas emigrantes têm maiores diferenças na taxa de desemprego em relação às nativas do que quando analisamos os dois sexos em conjunto (Dumont et al, 2010; Widmaier e Dumont, 2011).

Em relação ao futuro é provável que se continue a verificar a existência de altos fluxos migratórios entre os jovens e os altamente qualificados pois segundo Wallace e Haerpfer (2001), citados por Baláz et al (2004), quase 25% dos jovens entre os 18 e os 30 anos estão interessados em emigrar.

3. Expetativas para o futuro: um estudo sobre os portugueses qualificados desempregados

3.1. Objetivos, metodologia e amostra

3.1.1. Objetivos do estudo

O objetivo desta dissertação consiste na realização de um estudo que analise quais as intenções dos graduados portugueses que se encontram no desemprego em relação à possibilidade de emigrar. Mas antes disso, é importante saber quais as expetativas que estes tinham quando ingressaram no ensino superior, qual a sua área de formação e qual o trajeto profissional desde que concluíram o grau académico que possuem, nomeadamente no que diz ao número de empregos em que estes já trabalharam e relativamente ao número de postos de trabalho que não pertenciam à sua área de formação.

É também importante analisar a duração do desemprego e só depois verificar como pensam ultrapassar essa situação. É aqui que entra a questão da emigração, pois importa perceber qual o peso desta solução quando confrontadas com outras, como por exemplo o empreendedorismo ou o sub-emprego.

Mesmo entre os que indicam a emigração como uma possível solução para fugirem ao desemprego, é necessário perceber qual o nível de intenção de emigrar. Como já vimos anteriormente, os resultados variam muito se falarmos de uma intenção geral, de uma intenção provável ou de uma intenção realista.

Temos também como objetivo, perceber quais os fatores que levam alguém a ponderar emigrar ou a eliminar totalmente essa hipótese, e analisar se a maioria o faria de forma permanente ou temporária para concluirmos se predominaria a fuga de cérebros ou a circulação de cérebros.

Faz ainda parte dos objetivos analisar quais seriam os destinos mais escolhidos, qual a companhia que levariam, caso esta exista, e quais os planos que estes têm em relação à atividade que vão desempenhar uma vez no estrangeiro.

Pretende-se ainda analisar algumas destas questões de forma mais desagregada, tirando conclusões por género, grupo etário ou por exemplo em função do tipo de

emigração (permanente/temporária), do tipo de desemprego ou da área em que se formaram.

Esta análise, no seu conjunto, dar-nos-ão uma ideia do que podemos esperar em relação aos fluxos migratórios de pessoas graduadas em Portugal nos próximos anos, tanto em relação aos níveis dos fluxos mas também em relação às características das pessoas que pretendem sair do nosso país.

Desta forma é possível antever consequências e propor ações para evitar fluxos maiores e para minimizar os problemas causados por aqueles que realmente concretizam a sua intenção.

3.1.2. Metodologia utilizada

Para realizar este estudo recorreu-se à aplicação de um inquérito. Estes inquéritos foram realizados à porta dos centros de emprego de Chaves e de Vila Nova de Famalicão, onde se abordaram as pessoas e se solicitou, àquelas que tivessem habilitações académicas correspondentes pelo menos ao bacharelato e que estivessem numa situação de desemprego, que respondessem ao inquérito anexado a esta dissertação (anexo A).

As pessoas eram abordadas à entrada do centro de emprego e, caso fossem desempregados graduados, era-lhes fornecido o inquérito, solicitando-lhes que o entregassem à saída, depois de serem atendidos no centro de emprego. Foi-lhes ainda disponibilizada a possibilidade de esclarecer dúvidas quanto às questões, caso estas surgissem, o que se verificou relativamente ao conceito de sub-empregado. Assim as pessoas poderiam colaborar enquanto aguardavam a sua vez de atendimento no centro de emprego, e desta forma foi fácil conseguir a colaboração das pessoas pois 100% dos inquéritos distribuídos foram devolvidos devidamente preenchidos.

O inquérito foi direcionado para pessoas desempregadas porque as respostas obtidas são mais realistas se as pessoas que constituem a amostra enfrentarem de fato um período de desemprego. Geralmente essas pessoas já refletiram no seu dia-a-dia sobre questões como o que irão fazer para sair do desemprego, e para onde emigrariam se considerarem essa hipótese. Por outro lado pessoas que se encontram a trabalhar podem ter a ilusão de que o melhor é lutar para conseguir um emprego na área e com um bom ordenado, ou seja um cenário menos realista. É também devido a esta necessidade de obter respostas realistas e verdadeiras que, apesar de ser feito pessoalmente, o inquérito garante o anonimato das respostas.

Em relação às habilitações académicas, recolheram-se respostas apenas de pessoas que tivessem pelo menos o grau de bacharelato porque, uma vez que falamos de fuga de cérebros, é necessário para as conclusões pretendidas que as pessoas da amostra sejam graduadas. Como já acontecia na revisão da literatura, segundo o critério da maioria dos autores, iremos considerar que estamos perante um graduado ou perante mão-de-obra (altamente) qualificada sempre que um indivíduo tenha concluído pelo menos um grau académico no ensino superior.

A fuga de cérebros acaba por ter um maior impacto quando os fluxos migratórios dizem respeito a indivíduos mais jovens, por isso, e não propositadamente, acabou por ser conveniente o fato de muitos dos que colaboraram neste inquérito serem ainda muito jovens, como iremos ver na definição da nossa amostra.

O inquérito utilizado foi construído a partir da revisão da literatura. Depois de analisar as conclusões dos autores estudados desenvolveu-se um grupo de questões que permitem alcançar os objetivos descritos no ponto anterior e para além disso permite fazer algumas comparações entre as ideias dos autores e a situação vivida no nosso país atualmente.

Depois de recolhidas as respostas aos inquéritos, os dados foram transferidos para o programa estatístico SPSS e fez-se uma análise descritiva das respostas. Essa análise será descrita nos pontos seguintes.

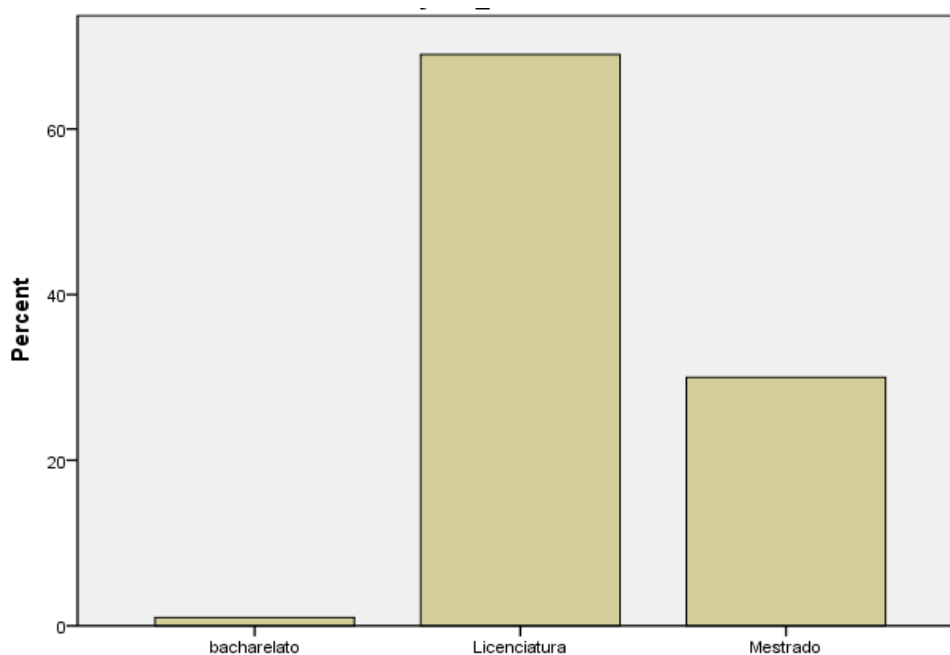
3.1.3. Definição e caracterização da amostra

Na descrição da metodologia utilizada foram referidas algumas características da amostra sobre a qual incidiu o estudo, nomeadamente o fato das pessoas inquiridas serem todas desempregadas e graduadas, mas existem muitos outros aspetos importantes a ter em conta.

A amostra utilizada neste estudo é composta por 100 pessoas desempregadas, que apesar de serem todas graduadas têm diferentes habilitações académicas, quer no que diz respeito ao grau que possuem, quer na área em que se formaram.

Assim, como podemos verificar no gráfico 5, a maioria dos inquiridos têm uma licenciatura (69%), 30% têm o grau de mestre e apenas 1% se ficou pelo bacharelato. Não havendo nenhum inquirido que assinalasse a opção de doutoramento.

Gráfico 5 - Habilitações académicas dos inquiridos



Fonte: Spss.

Em relação à área de formação dos indivíduos abordados, obtivemos uma grande variedade de respostas e por isso, só depois de analisar todas as respostas agrupamos os

cursos que de alguma forma podem estar relacionados, dessa forma surgiram 12 grupos diferentes.

No grupo das engenharias, que representa 6% dos inquiridos, incluímos engenheiros agrónomos, civis, mecânicos e biomédicos. Por sua vez no grupo da economia e das ciências empresariais incluímos pessoas com formação em: gestão, ciências empresariais, economia, finanças, línguas e relações empresariais, contabilidade, administração pública, gestão de recursos humanos, administração, gestão pública e gestão da inovação. Este grupo é aquele que tem maior peso na amostra pois corresponde a 33%.

O terceiro grupo é um pouco mais divergente, incluindo pessoas formadas em ciências da comunicação, comunicação e multimédia, tecnologia dos equipamentos de saúde, *design* digital e *design* e multimédia, este é denominado de comunicação, tecnologias, multimédia e *design* e corresponde a 10% da amostra. Na área de direito incluímos pessoas formadas em direito e solicitação, que representam 5% dos inquiridos, e o grupo de ação social apenas inclui as pessoas com um curso em ação social e também representa 5% da amostra. Também o grupo de veterinária, turismo e arquitetura incluem apenas pessoas formadas nesse próprio curso, e estes representam cada um 2% do total dos inquiridos.

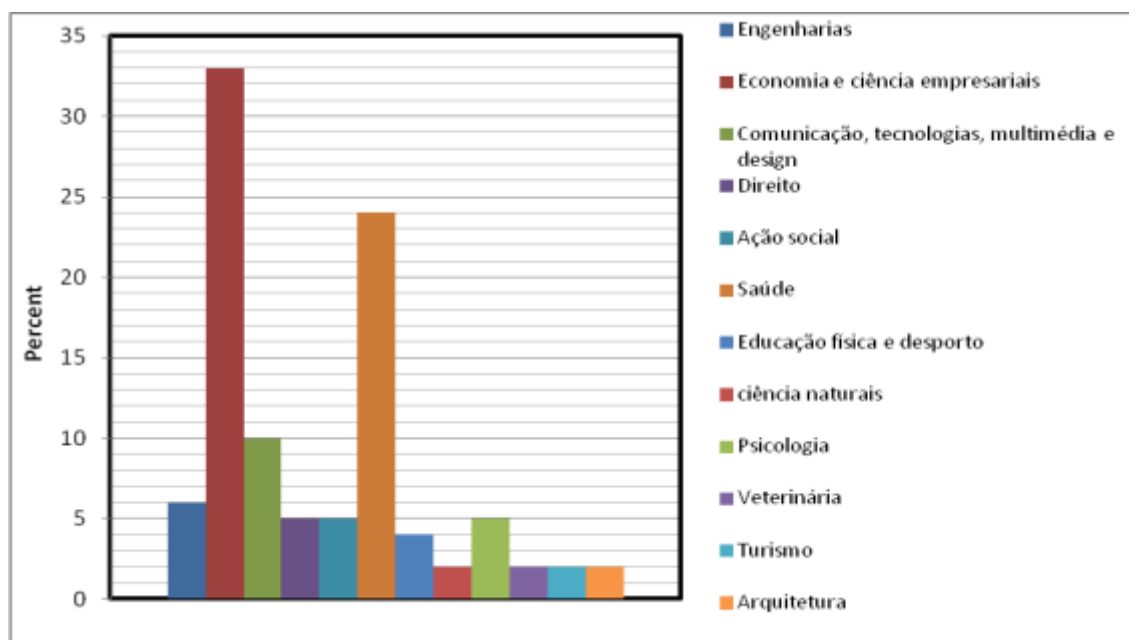
Por sua vez no grupo de saúde incluímos enfermeiros, radioterapeutas, radiologistas, fisioterapeutas e pessoas formadas em análises clínicas, medicina, reabilitação psicomotora e farmácia. Estes representam o segundo maior grupo de graduados, o que se reflete numa percentagem de 24%.

O grupo de educação física e desporto apenas inclui pessoas formadas em educação física ou em desporto e diz respeito a 4% da amostra utilizada. No grupo de psicologia incluem-se formados em psicologia e psicologia forense, e este tem um peso de 5%.

Por último, falta referir o grupo das ciências naturais, este inclui indivíduos formados em biologia e geologia e em astronomia e representa 2% da amostra.

Esta distribuição dos indivíduos inquiridos pelas diferentes áreas de formação é apresentada no gráfico 6, onde podemos analisar os 12 grupos que se formaram a partir das respostas obtidas.

Gráfico 6 - Áreas de formação dos inquiridos



Fonte: Realização própria com base em dados do spss.

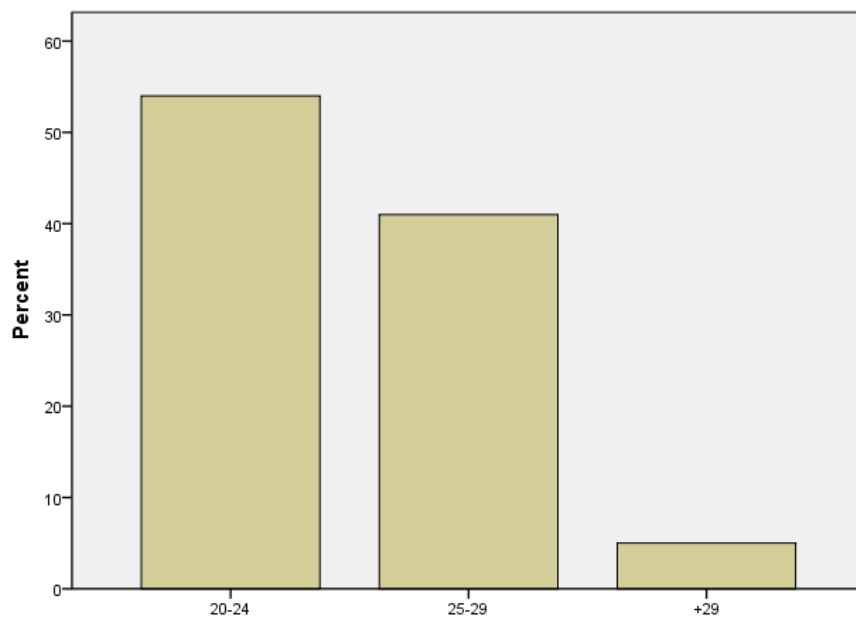
Em relação à idade, a amostra é maioritariamente composta por indivíduos jovens. Esta conclusão mantém-se independentemente de considerarmos jovens apenas os inquiridos que têm até 25 anos, ou se estendermos o conceito àqueles que têm até 29 anos, como acontece em alguns estudos da revisão da literatura, onde nem sempre a definição de jovem é a mesma.

Apesar de se manter uma maioria de jovens, os valores alteram um pouco conforme o conceito que usemos, e algumas conclusões também podem variar, por isso neste estudo vamos considerar o conceito de jovem mais abrangente, ou seja, consideramos que o indivíduo é jovem até aos 29 anos.

Assim verificamos que a maioria (54%) tem entre 20 a 24 anos de idade, 41% dos indivíduos inquiridos têm idades compreendidas entre os 25 e os 29 anos e apenas 5% têm mais de 29 anos. É possível que esta distribuição etária possa ser explicada pelas taxas de desemprego verificadas em 2012 no nosso país para cada grupo etário.

Podemos verificar estes valores no gráfico 7.

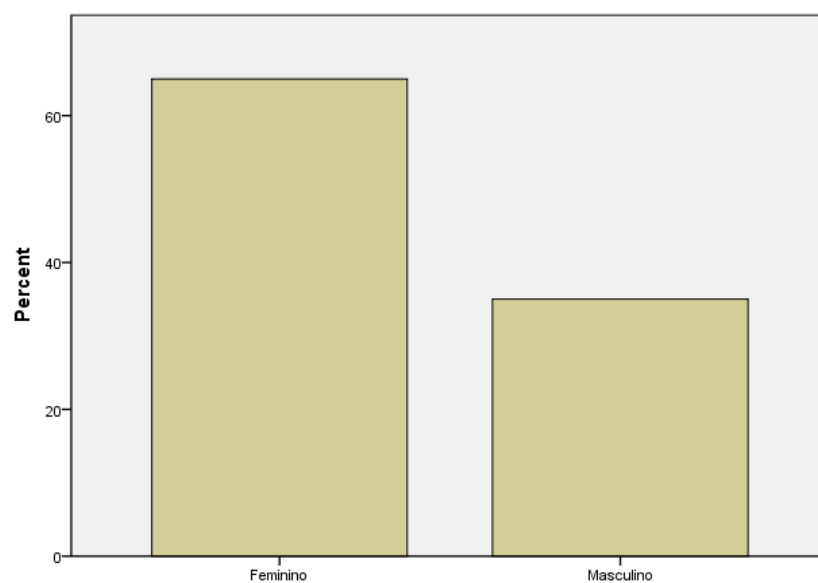
Gráfico 7 - Idade dos inquiridos



Fonte: Spss.

Para além de ser maioritariamente jovem, a amostra também é maioritariamente composta por elementos do género feminino. Formam inquiridos 35 homens (35%) e 65 mulheres (65%), como podemos ver no gráfico 8.

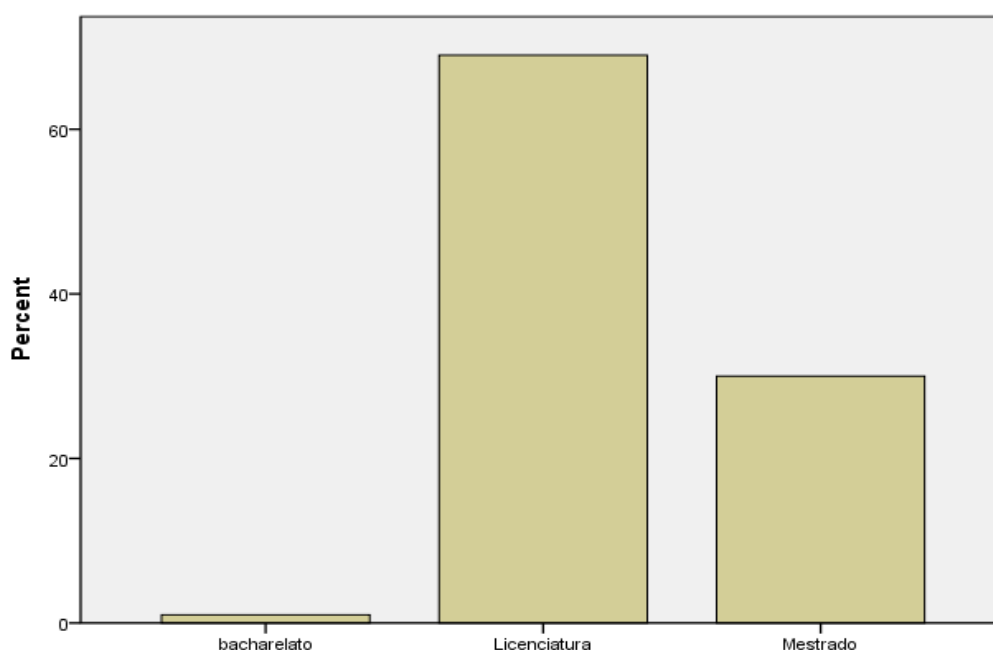
Gráfico 8 - Género dos inquiridos



Fonte: Spss.

Em relação ao estado civil verificou-se que apenas 1% dos inquiridos é divorciado, 19% representam os casados e a grande maioria (80%) é solteiro, sendo que não se inquiriu nenhum viúvo. O gráfico 9 reflete estes dados.

Gráfico 9 – Estado civil dos inquiridos



Fonte: Spss.

Depois da análise de todas estas características, é-nos possível ter uma melhor ideia de como é a nossa amostra. É fundamental conhecer a amostra que se está a analisar para interpretar de forma mais correta os resultados obtidos no programa estatístico, e ao fazer comparações é possível identificar quais as características da amostra que podem estar a influenciar/enviesar um determinado resultado.

3.2. O desemprego e a fuga de cérebros em Portugal

3.2.1. A situação atual dos graduados portugueses

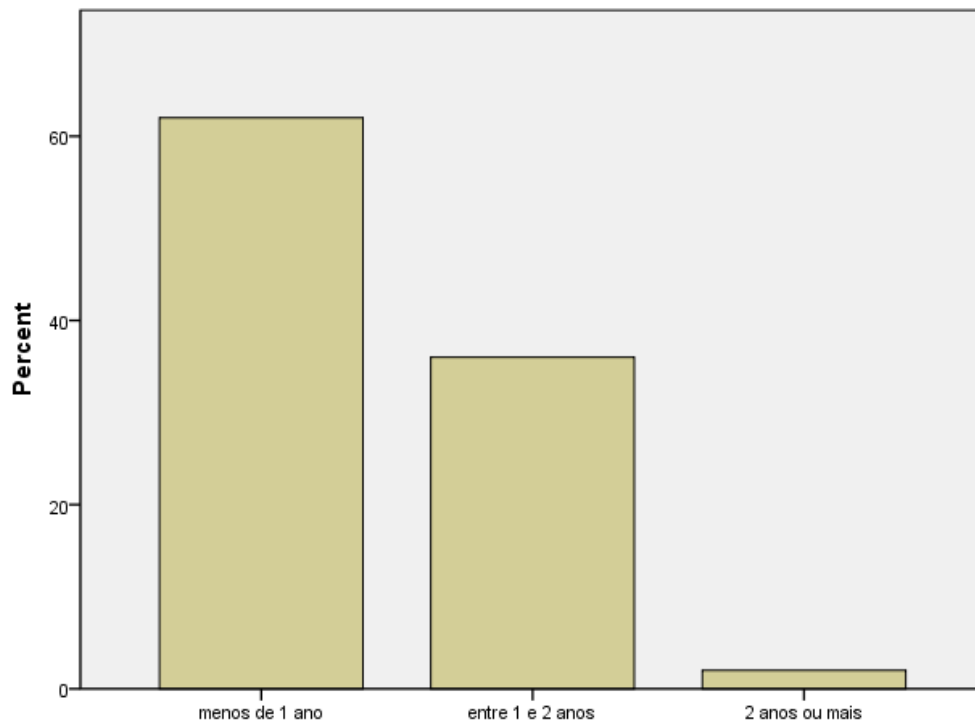
Como já foi no ponto anterior, a amostra é constituída 100% por indivíduos desempregados e graduados. Tal como aconteceu com as habilitações académicas, onde foi necessário fazer uma análise mais detalhada, também em relação ao estado de desempregado existem aspetos a acrescentar.

O primeiro aspeto está relacionado com a duração do desemprego. É normal que indivíduos que estão desempregados por um maior período de tempo aceitem determinadas alternativas com maior facilidade. Por exemplo, Quintini (2011) defendia que a probabilidade de vir a ser sub-empregado aumenta com a duração do desemprego. Por isso quando observamos os resultados devemos ter em conta se os inquiridos da nossa amostra experimentaram grandes períodos de desemprego.

Assim, podemos verificar no gráfico 10 que a maioria (62%) enfrenta uma situação de desemprego de curta duração (menos de um ano), mas existe uma parte significativa (36%) que está numa situação de desemprego de longa duração (1-2 anos) e 2% enfrenta ainda uma situação pior de desemprego de muito longa duração (mais de 2 anos).

Estes dados contrariam as ideias de Gonçalves (1996) e de Marks e Fleming (1998), que defendiam, respetivamente, que as taxas de desemprego de longa e muito longa duração estariam a aumentar e que estas seriam maiores em meios rurais. Sendo Chaves um meio rural esperar-se-iam resultados idênticos. Para além disso verificamos que em Portugal tem aumentado o número de pessoas no desemprego de longa ou muito longa duração. Mas estes resultados podem ser influenciados pelo fato de muitos dos inquiridos terem terminado a sua formação há relativamente pouco tempo, como veremos no gráfico 13, e segundo Quintini e Martin (2006), verificava-se na OCDE uma diminuição, em média, da taxa de desemprego de longa duração.

Gráfico 10 – Duração do desemprego dos inquiridos



Fonte: Spss.

Devemos também ter em conta o número de postos de trabalhos pelo qual passaram as pessoas que constituem a amostra, pois, tal como a duração do desemprego, este fator pode alterar a disponibilidade que as pessoas têm para aceitar determinadas alternativas.

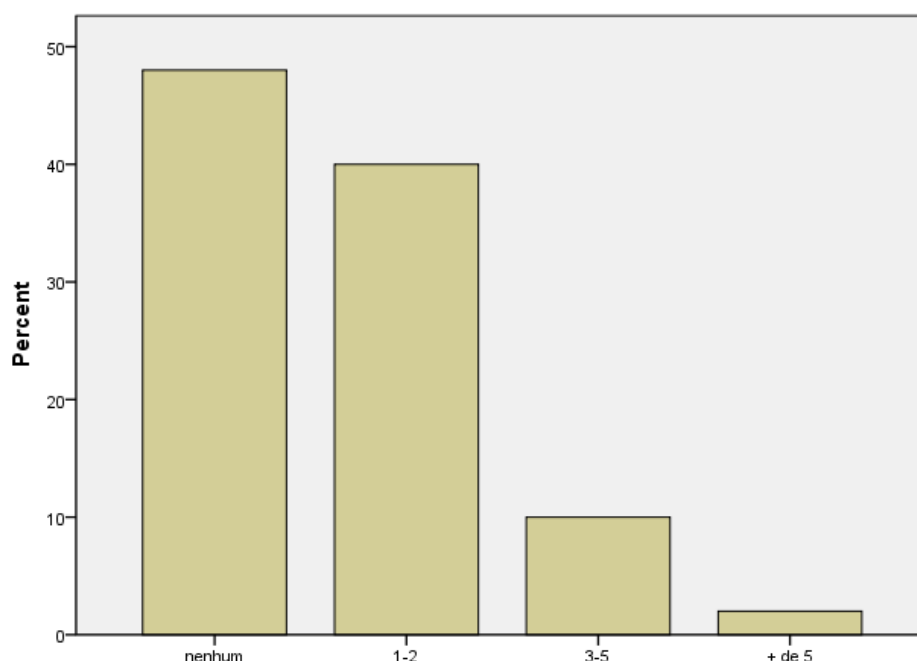
Apesar da maioria enfrentar um desemprego de curta duração, o que seria um indicador positivo, na realidade os dados sobre o número de postos de trabalho podem alterar um pouco o cenário. Na realidade, 48% dos inquiridos ainda não conseguiram entrar no mercado de trabalho, ou seja, apesar de haver muita gente que está há relativamente pouco tempo no desemprego, uma grande parte não têm qualquer experiência no mercado de trabalho. Este aspeto vem demonstrar que a situação se alterou desde os estudos de Gonçalves (1996), uma vez que este concluiu que a parcela de desempregados à procura de primeiro emprego estava a diminuir mas esta é bem significativa. Também a ideia de Hashem (2011), que defende que a situação é pior para os jovens que procuram o primeiro emprego, não é refletida nos nossos resultados.

Para além disso contraria os dados macroeconómicos portugueses analisados anteriormente, que mostram que a parcela de desempregados à procura de 1º emprego

tem diminuído. No entanto verifica-se que em termos absolutos existem mais desempregados à procura de novo emprego, pois outra grande parcela (40%) já têm alguma experiência e já tiveram 1 ou 2 postos de trabalho, apesar de serem ainda bastante jovens, 10% dos inquiridos tiveram 3 a 5 postos de trabalho e apenas 2% estiveram em mais de 5 postos de trabalho diferentes.

É possível verificar estes dados no gráfico 11.

Gráfico 11 – Número de postos de trabalho frequentados pelos inquiridos



Fonte: Spss.

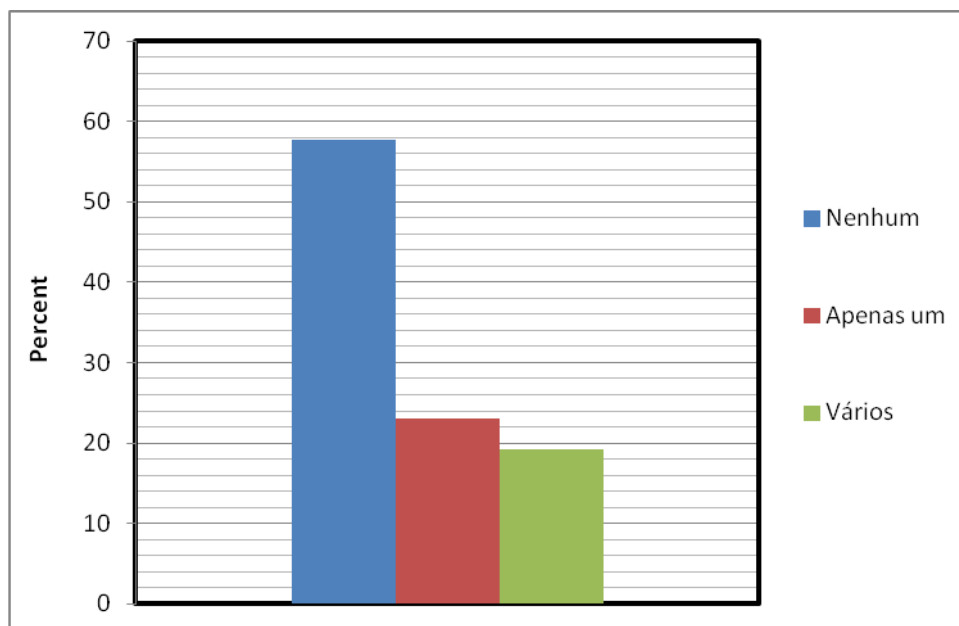
No que diz respeito ao número de postos de trabalho que estes indivíduos tiveram fora da sua área, verifica-se que a maioria (57,7%) dos que já estiveram no mercado de trabalho apenas exerceu cargos relacionados com a sua área de formação. No entanto, as parcelas de indivíduos que já experimentaram um ou vários postos de trabalho fora da área de formação, são bastante significativas uma vez que representam respetivamente 23,1% e 19,2% dos indivíduos que já trabalharam desde que terminaram a formação académica.

O valor elevado destas parcelas vai de encontro ao que é dito na revisão da literatura quanto ao desperdício de cérebros, que apresenta percentagens preocupantes. Estes valores também vão influenciar as respostas dos inquiridos quanto as

possibilidades que ponderam ter em conta num futuro próximo, para tentar resolver a questão do desemprego.

Esta questão pode ser analisada no gráfico 12.

Gráfico 12 – Número de postos de trabalho, fora da área de formação, frequentados pelos inquiridos

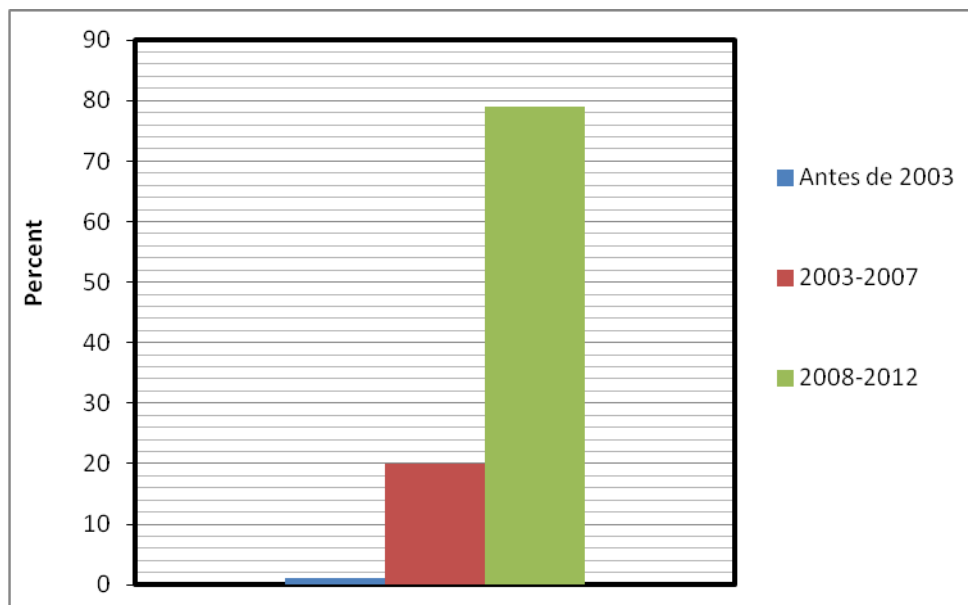


Fonte: Realização própria com base em dados do spss.

O gráfico 13 vem sugerir que o reduzido número de postos de trabalho, nesta amostra, está mais relacionado com o fato dos inquiridos serem na maioria muito jovens e terem terminado a sua formação há relativamente pouco tempo do que com o fato de existir pouca instabilidade no mercado de trabalho.

Na verdade, a possibilidade de ter tido muitos postos de trabalho é logo à partida reduzida, pois 79% dos indivíduos terminou o grau académico que assinalaram entre 2008 e 2012. Dos restantes, apenas 1% terminou antes de 2003 e 20% concluíram o ciclo de estudos entre 2003 e 2007.

Gráfico 13 - Ano de conclusão do grau académico possuído



Fonte: Realização própria com base em dados do spss.

Se por um lado os jovens parecem estar em desvantagem quando falamos em probabilidade de estar desempregado, quer para a generalidade dos autores, quer de acordo com os dados para Portugal nos anos 2000, por outro a duração do desemprego parece ser pior para os mais velhos, pelo menos é isso que tem sido constatado por diversos autores. Segundo Quintini e Martin (2006), verificava-se na OCDE que as taxas de desemprego de longa duração são inferiores entre os jovens do que nos adultos.

Como podemos ver na tabela 22, todos os grupos etários apresentarem maiores taxas de desemprego de curta duração do que de longa e muita longa duração, e em todos os casos a taxa de muita longa duração apresenta os menores valores.

É complicado fazer uma comparação entre os grupos etários porque o grupo dos adultos (com mais de 29 anos) é composto apenas por 2 elementos. Mas se compararmos apenas o grupo dos mais jovens com o grupo com idades compreendidas entre os 25 e os 29 anos, já é possível obter conclusões que vão de encontro à literatura, pois a taxa de desemprego de curta duração é maior entre os mais novos e as de longa e muito longa duração são maiores no grupo de jovens mais velhos.

Tabela 22 – Taxas de desemprego de curta, longa e muito longa duração, por grupo etário

			Idade		
			20-24	25-29	+29
Tempo de desemprego	menos de 1 ano	Count	34	24	4
		% within Idade	63,0%	58,5%	80,0%
	entre 1 e 2 anos	Count	19	16	1
		% within Idade	35,2%	39,0%	20,0%
	2 anos ou mais	Count	1	1	0
		% within Idade	1,9%	2,4%	,0%
Total		Count	54	41	5
		% within Idade	100,0%	100,0%	100,0%

Adaptação: Spss.

Na revisão da literatura a maioria defendia que as mulheres estavam em pior situação quanto aos números do desemprego mas em relação à duração do desemprego havia alguma ambiguidade no que diz respeito à relação existente entre o tempo de desemprego e o género do indivíduo, apesar de em Portugal se estarem a verificar maiores aumentos, em termos absolutos, para os homens no desemprego de longa duração. A tabela 23 mostra-nos que também no que diz respeito à duração do desemprego as mulheres estão em desvantagem, pois são estas que apresentam maiores taxas de desemprego de longa e muito longa duração, apesar da maioria, tal como nos homens, estar a enfrentar um desemprego de curta duração.

Assim, podemos concluir que eram os estudos de Hui (1991), citado por Marks e Fleming (1998), que mais se aproximavam dos nossos resultados.

Tabela 23 - Taxas de desemprego de curta, longa e muito longa duração, por género

			Género	
			Feminino	Masculino
Tempo de desemprego	menos de 1 ano	Count	39	23
		% within Género	60,0%	65,7%
	entre 1 e 2 anos	Count	24	12
		% within Género	36,9%	34,3%
	2 anos ou mais	Count	2	0
		% within Género	3,1%	,0%
Total		Count	65	35
		% within Género	100,0%	100,0%

Adaptação: Spss.

Por sua vez, quanto ao nível de escolaridade, uma vez que os inquiridos são todos graduados, os diferentes níveis de escolaridade são definidos pelo grau académico que os indivíduos possuem. Por isso para tentar perceber a relação que existe entre a duração do desemprego e o nível de escolaridade, fez-se uma análise relativamente aos diferentes graus académicos com a ajuda da tabela 24.

Em relação ao grupo de indivíduos com bacharelato não é possível tirar conclusões, pois apenas um elemento inquirido pertence a esse grupo, o mesmo acontece em relação ao doutoramento porque não foi abordado ninguém nessa situação. Assim, as principais conclusões dizem respeito aos licenciados e aos detentores do grau de mestre.

Apesar dos grupos analisados serem um pouco diferentes dos grupos analisados na revisão da literatura, podemos dizer que também em relação à duração do desemprego se nota que compensa investir em educação. Verifica-se que em ambos os casos a maioria enfrenta um desemprego de curta duração, mas este valor é maior entre os que possuem mestrado, enquanto que as taxas de desemprego de longa e muita longa duração são maiores no caso dos licenciados.

Os resultados vão de encontro às conclusões de Marks e Fleming (1998) e Portugal (2004) e contrariam as de Hashem (2011), levando-nos a concluir que, apesar da situação que os portugueses atravessam, Portugal é um país muito diferente da Tunísia quanto à valorização do diploma.

Tabela 24 - Taxa de desemprego de curta, longa e muito longa duração, por nível académico

Tempo de desemprego	Habilitações académicas		
	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado
Menos de 1 ano Count % within Habilitações académicas	0 0,0%	38 55,1%	24 80,0%
Entre 1 e 2 anos Count % within Habilitações académicas	1 100,0%	29 42,0%	6 20,0%
2 anos ou mais Count % within Habilitações académicas	0 0,0%	2 2,9%	0 0,0%
Total Count % within Habilitações académicas	1 100,0%	69 100,0%	30 100,0%

Adaptação: Spss.

Em relação à duração do desemprego, as conclusões a que chegamos não demonstram um cenário muito pessimista, no entanto devemos sempre ter em conta que a nossa amostra é constituída em grande parte por pessoas que se formaram há pouco tempo. Isto pode por em causa os resultados e nada garante que estes não vão permanecer no desemprego durante um período de tempo maior, pois Scarpetta et al

(2010) apuraram que a retoma económica dos países não tem tido muitos reflexos na taxa de desemprego, que continuam altas. Para além disso é preciso relembrar o caso do Japão, relatado por este autor, onde os licenciados que iam saindo das faculdades nos anos de recuperação conseguiam mais facilmente um emprego que aqueles que se tinham formado no decorrer da crise.

Assim, se os jovens da nossa amostra se mantiverem desempregados durante mais algum tempo, vão ter no futuro uma menor probabilidade de se empregarem e de conseguirem bons salários, tal como defendiam os autores citados por Marks e Fleming (1998) e Scarpetta et al (2010). Para dificultar a situação relembremos que muitos dos inquiridos não têm ainda experiência profissional, o que também afeta a empregabilidade (Marks e Fleming, 1998).

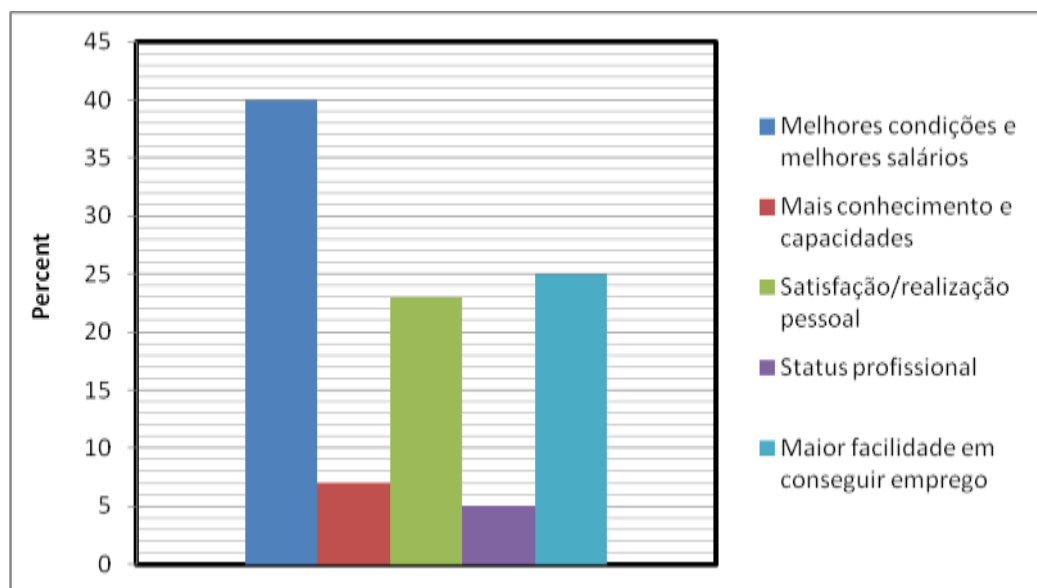
Toda esta situação traz consequências para os desempregados, consequências que em alguns casos são muito graves e perduram durante muito tempo. O estudo de Lacković-Grgin et al (1996) alertava-nos para essas consequências quer a nível financeiro, quer a nível psicológico. Assim podemos dizer que temos em Portugal uma grande parte de jovens que continuam a depender de terceiros para sobreviver e que se confrontam diariamente com muitas privações. Isso pode levar a depressões e problemas emocionais, para além de reduzir as capacidades do indivíduo, sobretudo no que diz respeito à capacidade de organização.

Se por um lado a nossa amostra tem as mesmas características da amostra utilizada pelos autores no caso da Croácia (maioria de mulheres, maioria procura primeiro emprego e enfrentam uma situação de crise), o que pode levar a resultados menos negativos como aconteceu nesse país, por outro lado, os resultados do nosso estudo mostram que existia uma grande expectativa de conseguir uma melhor vida profissional através da obtenção do diploma.

O gráfico 14 mostra-nos que a grande maioria ingressou no ensino superior com a intenção de obter melhores condições de trabalho e melhores salários (40%) ou na expectativa de desta forma conseguir um emprego com maior facilidade (25%). 23% dos inquiridos indicam ter estudado por uma questão de realização pessoal e apenas 7% e 5%, respetivamente, apontam como motivo de ingresso a obtenção de conhecimentos ou a questão do *status* profissional. Estes valores mostram que a maioria tinha como objetivo um cenário que não está a concretizar-se e existe uma grande parte que, quando

ingressaram no ensino superior, ainda pensam que o diploma é uma garantia de emprego. Ao se confrontarem com esta realidade aumenta a probabilidade destes sofrerem as consequências psicológicas referidas anteriormente.

Gráfico 14 – Motivos de ingresso no ensino superior



Fonte: Realização própria com base em dados do spss.

Por todos estes motivos é necessário tomar medidas para combater o desemprego. Como foi dito na revisão da literatura, podem criar-se programas de ajuda ao emprego dos graduados, incentivar as empresas a contrata-los, investir em setores estratégicos que minimizem este problema ou tentar adequar o ensino à situação do país, pois relembremos que os países que usam o modelo de ensino citado por Quintini e Martin (2006) têm reduzido taxas de desemprego entre os jovens. Para além da reforma no sistema de ensino, é também aconselhável uma reforma no mercado laboral.

Perante este quadro os próprios jovens são levados a pensar em alternativas para fugirem ao desemprego.

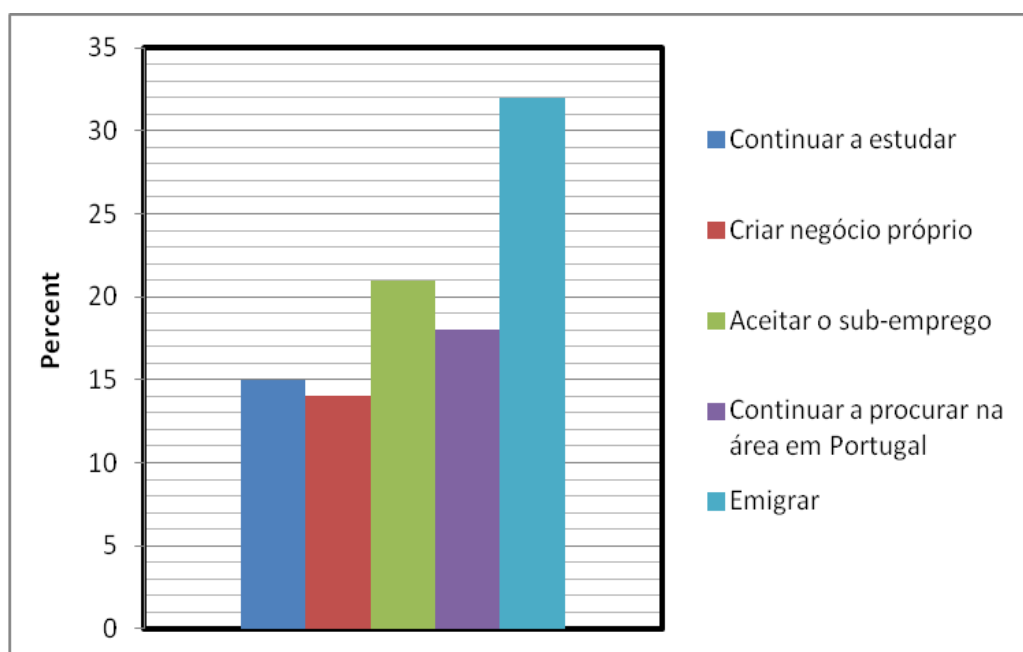
O gráfico 15 mostra-nos o que pensam fazer os inquiridos para sair desta situação. Em relação à continuidade dos estudos, 15% assinalaram essa opção, o que vem fortalecer a ideia de Alves (2005) de que esta situação pode levar alguns desempregados a investir em educação. 14% pondera a hipótese de criar o seu próprio negócio mas,

visto que muitos não têm qualquer experiência no mercado de trabalho, corre-se o risco de acontecer o mesmo que Hashem (2011) verificou na Tunísia, ou seja, a solução pode ser viável no curto prazo, mas no longo prazo existe o risco da falta de experiência dos indivíduos se traduzir em maus resultados, e assim os indivíduos poem fim ao seu negócio e regressam à situação de desemprego.

Um dado um pouco surpreendente é o fato de 18% ainda acreditar que o melhor é continuar a procurar um emprego na sua área de formação em Portugal, mas este fato pode ser justificado pelo fato da maioria estar desempregado ainda há pouco tempo.

Verifica-se também um risco de desperdício de cérebros, pois 21% dos inquiridos pondera aceitar trabalhar como sub-empregado, mas a principal conclusão que se pode retirar é que existe um perigo eminente de fuga de cérebros pois a opção de emigrar foi claramente a mais assinalada (32%), o que sugere que cada vez mais os jovens qualificados optam por emigrar, como defendia Mariano (2010). É esta a questão crucial sobre a qual nos debruçaremos no próximo ponto desta dissertação.

Gráfico 15 – Alternativas ponderadas pelos inquiridos para sair da situação de desemprego



Fonte: Realização própria com base em dados do spss.

3.2.2. A emigração como fuga ao desemprego

Na revisão da literatura pudemos concluir que os movimentos migratórios aumentam em todo o mundo, nuns países aumentam mais o número de imigrantes enquanto que noutros aumenta maioritariamente o número de emigrantes, mas na verdade todos os autores defendem que os movimentos migratórios continuarão a aumentar, apesar dos países poderem ser num período um país sobretudo de destino e num outro período ser maioritariamente um país de origem de migrantes.

No nosso caso interessa-nos saber as intenções de emigração dos jovens graduados portugueses. Como nos referimos apenas a pessoas graduadas as conclusões podem ser um pouco diferentes das conclusões que se tiram quando se fala de emigração em geral, e para além disso é preciso ter em conta que os dados traduzem intenções de emigrar e não emigrações efetivas. A intensidade da intenção de emigrar pode alterar as conclusões.

Para começar, no gráfico 16 podemos observar as intenções dos inquiridos quanto à possibilidade de emigrar. Se já no gráfico 15 concluímos que existe uma grande probabilidade de, nos próximos anos, Portugal passar por um período de fuga de cérebros, estes novos dados não conduzem a conclusões mais animadoras.

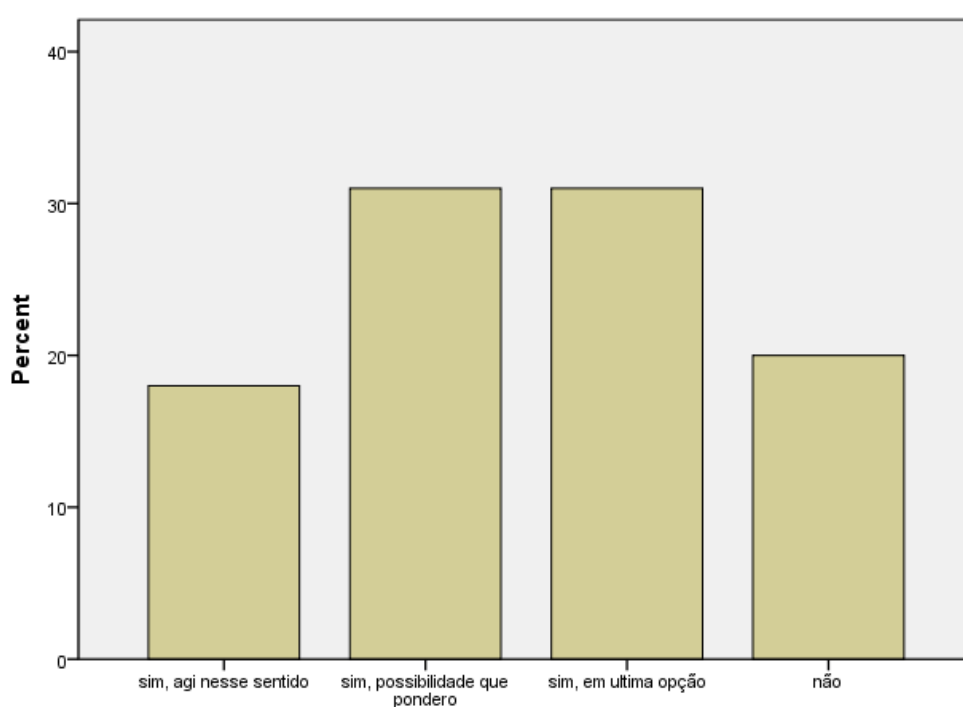
Na análise do gráfico 16 podemos ver que 18% dos inquiridos agiram no sentido de saírem do país, ou seja demonstram uma intenção realista de emigrar, e apesar de 18% já ser um número significativo quando falamos na probabilidade de perder mão-de-obra altamente qualificada, os valores agravam-se quando passamos para uma intenção provável ou uma intenção geral de emigrar. 49% (18% + 31%) demonstram uma intenção provável de emigrar e quando passamos para uma intenção geral o valor atinge os 80% (49% + 31%). Podemos afirmar que 80% dos inquiridos já pensaram sair do país, e na minha opinião, quanto mais tempo se prolongar a situação mais se vai intensificar a intenção de emigrar de alguns indivíduos.

Estes resultados podem indicar que de fato existem cada vez mais migrantes instruídos, como defendem Widmaier e Dumont (2011) que apontavam para uma taxa de emigração superior entre os graduados comparativamente à taxa de emigração global, mesmo que entre os emigrantes existam menos pessoas graduadas que pessoas com níveis educacionais baixos ou intermédios. E, por outro lado, mostram as

mudanças observadas relativamente às décadas de 1980 e 1990, em que, segundo Baganha (1994) a maioria dos emigrantes portugueses tinham um nível de educação baixo.

Assim, Portugal enfrenta atualmente o perigo de existirem altos níveis de fuga de cérebros nos próximos tempos, tal como previa Esipova et al (2010) nos seus estudos, e, como defende Becker et al (2003), a emigração de pessoas altamente qualificadas tem maior impacto que a emigração de pessoas menos qualificadas. Mas, como vimos na revisão da literatura, nem sempre que alguém graduado sai do país resulta em fuga de cérebros, se estes voltarem a Portugal, e principalmente se voltarem ainda jovens, a fuga de cérebros transforma-se em circulação de cérebros.

Gráfico 16 – Intenções de emigração dos inquiridos



Fonte: Spss.

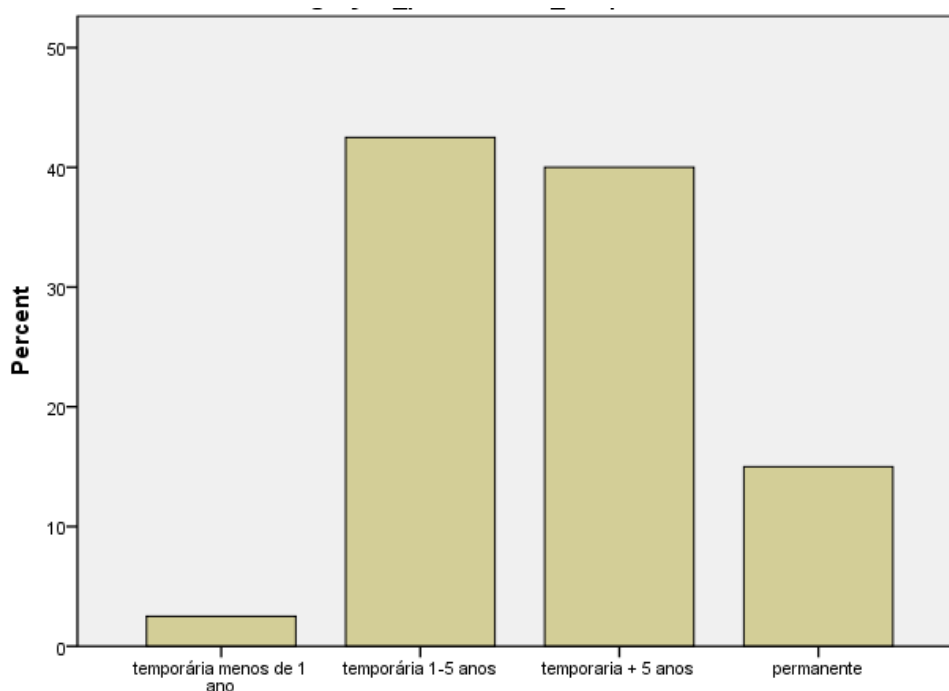
Perante este fato, importa saber por quanto tempo pensam emigrar os jovens que já ponderaram a hipótese de sair do país. É precisamente isso que o gráfico 17 ilustra.

Apesar de haver um perigo de fuga de cérebros, os dados quanto ao tipo de emigração mostram que 85% dos que pensam emigrar têm também a intenção de voltar, sendo que 2,5% pensam estar fora menos de 1 ano, 42,5% pensam emigrar por um

período de 1 a 5 anos e 40% tencionam estar no estrangeiro mais de 5 anos. Existe por isso uma grande probabilidade de haver circulação de cérebros e Portugal pode até beneficiar dos conhecimentos que estes emigrantes trazem consigo depois desta experiência. Estes resultados vão de encontro às conclusões de Mckenzie (2007), que defendia que grande parte dos emigrantes regressa ao país de origem e que muitos regressam numa idade ainda muito jovem. Também nos dados macroeconómicos sobre Portugal se verifica que a emigração temporária é superior, apesar de em termos percentuais estar a crescer mais a emigração permanente.

É necessário lembrar, mais uma vez, que estas intenções podem mudar. As pessoas podem adaptar-se e passarem a querer ficar no estrangeiro permanentemente, funcionando a emigração temporária como uma causa de fuga de cérebros, como defende Baláz et al (2004). Este autor, no entanto, também relembra que a possibilidade de emigrar temporariamente pode substituir a ideia de emigração permanente, pois a pessoa pode emigrar sem ter que o fazer para sempre, e nestes casos a emigração temporária é uma causa da circulação de cérebros.

Gráfico 17 – Intenções dos prováveis emigrantes quanto ao tipo de emigração



Fonte: Spss.

No que diz respeito ao género, verifica-se que entre os homens existe maior probabilidade de sair do país, o que vai de encontro aos números apontados para o caso português durante os anos 2000, apesar de estar a aumentar a emigração entre mulheres. No entanto existe uma maior percentagem de homens a afirmar que só emigram em última opção, o que faz com que se consideramos uma intenção provável de emigrar, esta seja maior entre as mulheres. Numa intenção realista os valores voltam a ser superiores no caso dos homens.

As diferenças entre género não são no entanto muito grandes, pois a percentagem que pondera emigrar é significativa nos dois casos. Por isso não podemos dizer que Dumont et al (2010) e Widmaier e Dumont (2011) estejam errados ao dizer que as mulheres graduadas registam maiores aumentos nas taxas de emigração, apesar de, ao contrário da sua teoria, a taxa de emigração entre as mulheres não ser maior que entre os homens, o que pode ser explicado por Portugal não ser um país pobre, que segundo a sua teoria é onde mais se verifica a situação por eles defendida. Também as ideias de Mckenzie (2007) e do MDG-F (2007) estão distanciadas dos nossos resultados, pois neste estudo a emigração não é igual entre as mulheres e entre os homens, no entanto é necessário ter presente que estes autores não se referiam a mão-de-obra qualificada.

Todos estes resultados são ilustrados na tabela 25.

Tabela 25 - Intenções de emigração, por género

			Género	
			Feminino	Masculino
Possibilidade de emigrar	sim, agi nesse sentido	Count	10	8
		% within Género	15,4%	22,9%
	sim, possibilidade que pondero	Count	24	7
		% within Género	36,9%	20,0%
	sim, em última opção	Count	17	14
		% within Género	26,2%	40,0%
	não	Count	14	6
		% within Género	21,5%	17,1%
Total	Count	65	35	
	% within Género	100,0%	100,0%	

Adaptação: Spss.

Em relação ao tipo de desemprego, verifica-se na tabela 26 que, independentemente do individuo procurar o seu primeiro emprego ou andar a procura de um novo emprego, a probabilidade de vir a emigrar é sempre grande (79,17% e 80,77% respetivamente), por isso o tipo de desemprego é um aspeto que não influencia os resultados.

Tabela 26 - Intenções de emigração, por tipo de desemprego

	Tipo de desemprego		
	À procura do 1º emprego	À procura de novo emprego	Total
Sim	38 (79,17%)	42 (80,77%)	80 (80%)
Não	10 (20,83%)	10 (19,23%)	20 (20%)
Total	48 (48%)	52 (52%)	100 (100%)

Fonte: Realização própria com base em dados do spss.

Em relação às áreas de formação dos indivíduos que ponderam sair de Portugal, tentou-se obter uma taxa de emigração de pessoas altamente qualificadas para cada um dos grupos que formamos com os cursos dos inquiridos.

Assim, podemos ver no gráfico 18 a taxa obtida para cada grupo.

Os resultados que nos chamam logo a atenção são as taxas obtidas para os grupos de educação física e desporto, de psicologia, de veterinária e de turismo, onde a percentagem que pondera emigrar é de 100%. No entanto, é óbvio que não existe o risco de Portugal perder todos os graduados desta área, o que acontece é que a amostra, quando dividida pelos grupos de cursos, é muito reduzida, e os casos mais extremos são precisamente os grupos em que obtivemos estas taxas de 100%, juntamente com os de arquitetura, ciências naturais, ação social e direito, que curiosamente, e com exceção do direito, são os grupos que apresentam menores taxas, sendo estas de 50%, para os dois primeiros e de 40% para o grupo de ação social.

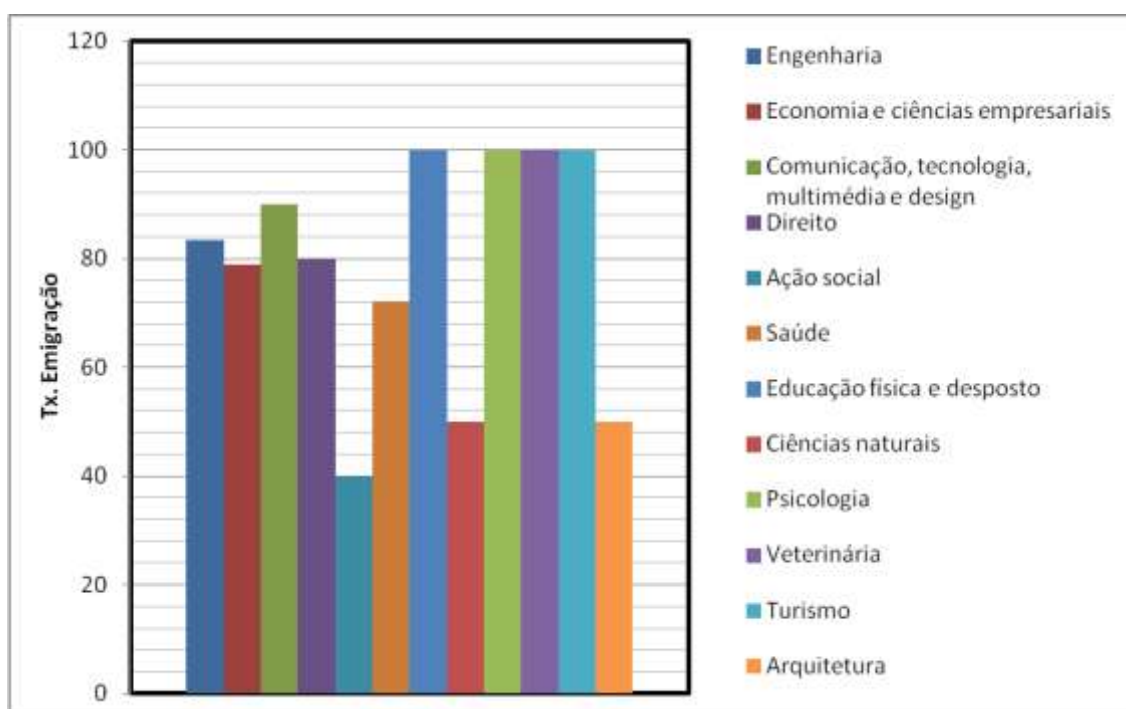
Em relação ao direito, a taxa de emigração é de 80%, nas engenharias é de 83,3% e no grupo de comunicação, tecnologias, multimédia e *design* é de 90%. O grupo da saúde e o grupo da economia e ciências empresariais, são grupos onde recaíram mais elementos da amostra e por isso é possível que os resultados sejam mais próximos dos reais, se bem que as taxas obtidas são provavelmente maiores que as reais. Nestes casos as taxas obtidas foram, respetivamente, 79,2% e 78,8%.

Os contributos de Widmaier e Dumont (2011) e de Góis e Marques (2007) indicam que, a área da saúde e o grupo de comunicação, tecnologias, multimédia e *design*, podem ser influenciadas pelo fato dos profissionais de saúde e dos formados nas TIC serem alvo de programas que visa atraí-los para outros países, sobretudo na UE. O grupo que inclui as tecnologias sofre ainda a agravante do desemprego estar a aumentar nesta área, segundo o contributo de Portugal (2004), e a área da saúde é das áreas em que se verifica maior fuga de cérebros em muitos países, nomeadamente no Paquistão e no Suriname.

As áreas de engenharia e economia podem estar numa posição mais favorável e não correr o risco de haver escassez de recurso, isto porque, segundo Góis e Marques (2007), estas são áreas nas quais Portugal recebe muitos graduados provenientes do exterior, mas essa situação também já pode ter alterado desde os estudos do autor. Por sua vez, Portugal (2004) defende que a economia, o direito e as tecnologias são áreas

que em Portugal não correm muito risco de fuga de cérebros porque são áreas que estão em vantagem no nosso país no que diz respeito a empregabilidade, apesar do aumento do desemprego na área das tecnologias. Mas os nossos resultados mostram que os graduados nestas áreas mostram o desejo de sair do país, não esquecendo que estes grupos não são os menos representativos.

Gráfico 18 – Taxa de emigração por área de formação



Fonte: Realização própria com base em dados do spss.

Quanto à forma como emigram, verifica-se que a maioria (43,8%) dos inquiridos que ponderam a hipótese de emigrar afirma que o fariam sozinhos. Existe também uma grande probabilidade de o virem a fazer com o cônjuge ou namorado(a) (26,3%), enquanto que a saída com familiares, que era muito comum entre os emigrantes, representa 15% das respostas, bem como a emigração na companhia de amigos. Estes dados não vão de encontro à ideia de Mckenzie (2007) que afirmava que muitos dos jovens emigram acompanhados pelos pais.

Se fizermos uma análise por género vemos que tanto os homens como mulheres pensam maioritariamente emigrar sozinhos, mas a percentagem é superior no caso dos homens. Assim podemos dizer que os dados da Young People We Care são compatíveis com os nossos resultados, pois de fato já existem muitas mulheres que emigram sozinhas e não apenas como companhia de alguém.

Podemos também observar que as mulheres têm um maior compromisso com a vida familiar, pois tanto a opção de emigrar com a família como a de emigrar com o cônjuge, foram mais assinaladas pelas mulheres. No caso dos homens, emigrar em família é até a opção menos assinalada, enquanto que no caso das mulheres é menos provável que estas o façam com amigos.

Podemos retirar estas conclusões através da observação da tabela 27.

Tabela 27 - Intenções de emigração, por tipo de desemprego

			Género		Total
			Feminino	Masculino	
Companhia para emigrar	sozinho	Count	22	13	35
		% within Género	43,1%	44,8%	43,8%
	familiares	Count	8	4	12
		% within Género	15,7%	13,8%	15,0%
	amigos	Count	7	5	12
		% within Género	13,7%	17,2%	15,0%
	cônjuge	Count	14	7	21
		% within Género	27,5%	24,1%	26,3%
	Total	Count	51	29	80
		% within Género	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Spss.

Um aspeto muito importante quando falamos de emigração é tentar perceber quais são os países de destino dos emigrantes.

Dos 80 indivíduos que não descartam a hipótese de vir a emigrar, 20% elegem a França como destino possível, que sempre captou os emigrantes portugueses mais

qualificados, e outros tantos elegem a Suíça como país de destino preferível. Por outro lado 16,3% optariam pela Inglaterra e 7,5% pela Alemanha. Outros países da UE, como a Irlanda, Espanha, Dinamarca e Luxemburgo, reúnem no conjunto 13,8% das preferências e outros países da Europa, não pertencentes à UE, como Andorra e Holanda, são apontados por 3,8% dos inquiridos que ponderam emigrar.

No que diz respeito a outros continentes são apontados como possíveis destinos o Brasil (10%) e os EUA (1,3%), na América, e Angola (7,5%) em África.

Estes dados remetem para fluxos essencialmente intraeuropeus, tal como entre os anos 50 e 70 do séc.XX (Baganha, 1994), o que pode ser explicado pelo fato de ser mais fácil viajar dentro da Europa, pois noutros caso como o Brasil e Angola são necessários certos requisitos. Dentro da Europa os países mais escolhidos pelos elementos da amostra são precisamente aqueles que Fontes (2012) mais destaca no seu estudo, com exceção da Espanha que não é um país muito escolhido. Fora do continente europeu Fontes (s/data) também cita precisamente o Brasil e a Angola, sobretudo quando se fala em mão-de-obra qualificada.

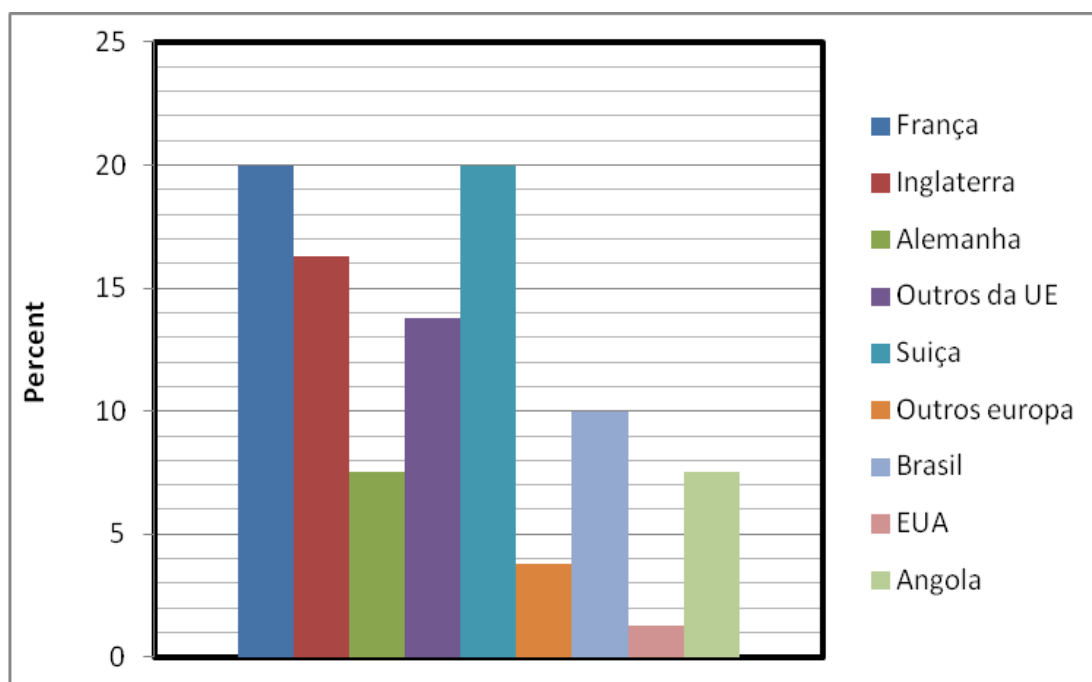
Estas escolhas são normais se tivermos em conta que a OCDE, a OIM e o Banco Mundial (2004), concluíram que as emigrações temporárias se verificavam sobretudo entre países vizinhos, e sendo a nossa amostra constituída maioritariamente por pessoas que pensam emigrar de forma temporária, é normal que países como a França e a Suíça sejam escolhidos em tão grande percentagem. A relação histórica que existe entre Portugal e estes países, sobretudo a França, também pode influenciar estes valores, pois na zona norte do país, onde foram realizados os inquéritos, quase toda a gente conhece pessoas ou tem familiares emigrados nestes países.

Apesar da maioria dos fluxos migratórios se verificarem de países em desenvolvimento para países desenvolvidos, ou de países de baixa renda para países de alta renda, como defendem a OCDE, a OIM e o Banco Mundial (2004), e mesmo quando falamos de pessoas graduadas, como defende Widmaier e Dumont (2011), Portugal é considerado um país desenvolvido e por isso não se insere neste quadro. Resta-nos por isso comparar o IDH dos países de destino escolhidos com o IDH de Portugal para obter algumas conclusões sobre o nível de desenvolvimento dos países de destino, pois Sabbadini e Azzoni (2006) defendem que a fuga de cérebros também ocorre nos países desenvolvidos e Portes (1976) acrescenta que por vezes o fenómeno

ainda é mais acentuado nestes países porque estes também têm desequilíbrios entre a oferta e procura de mão-de-obra.

O gráfico 19 traduz os resultados obtidos em relação à questão dos países de destino escolhidos pelos elementos da nossa amostra.

Gráfico 19 – Países de destino escolhidos pelos inquiridos que ponderam emigrar



Fonte: Realização própria com base em dados do spss.

A tabela 28, por sua vez, mostra-nos o IDH de Portugal e dos países que os elementos da amostra escolheram como países de destino. Apesar de Portugal ser um país desenvolvido, com um IDH muito elevado, verificou-se que os países escolhidos pelos inquiridos têm na maioria um IDH ainda superior. Daqui se reforça a conclusão de que a fuga de cérebros também acontece em países desenvolvidos.

Exceção são o Brasil e sobretudo Angola, que tem um IDH bem mais baixo e é o único que não se enquadra na classificação de elevado ou muito elevado. Em relação a Angola, vimos no estudo de Mariano (2010) que se trata de uma economia emergente que precisa captar mão-de-obra qualificada, e muito provavelmente o Brasil é também um país muito escolhido porque se enquadra numa situação idêntica. Conclui-se que todos os contributos dos autores têm algum fundamento, pois a maioria tem como

destino países mais desenvolvidos mas também ocorrem emigrações para países menos desenvolvidos que o país de origem.

Verifica-se também que dos 13 países escolhidos, 5 pertencem ao grupo dos 10 mais desenvolvidos do mundo. No entanto, dos 3 países mais escolhidos, apenas a Suíça se encontra nas primeiras 10 posições.

Tabela 28 – IDH de Portugal e dos países escolhidos pelos inquiridos

País	IDH	Posição Mundial
E.U.A	0,937	3º
Países Baixos	0,921	4º
Alemanha	0,920	5º
Irlanda	0,916	7º
Suíça	0,913	9º
Dinamarca	0,901	15º
França	0,893	20º
Espanha	0,885	23º
Luxemburgo	0,875	26º
Reino Unido	0,875	26º
Andorra	0,846	33º
Portugal	0,816	43º
Brasil	0,730	85º
Angola	0,508	148º

Adaptação: Relatório do Desenvolvimento Humano 2013, PNUD.

Quanto aos planos sobre que atividades estes emigrantes desenvolverão no estrangeiro, tentamos tirar conclusões sobre se estes vão continuar a estudar ou se vão trabalhar na sua área de formação ou fora dela.

Na tabela 29, verifica-se que apenas 1,3% pensa continuar a estudar quando emigrar, contrariando Mckenzie (2007), por isso neste caso não faz muito sentido a ideia de que iniciativas como o Erasmus funcionam como uma porta de saída de jovens

graduados. Existe no entanto, uma vontade significativa de trabalhar na sua área de formação quando chegarem ao país de destino. 63,8% dos inquiridos que ponderam emigrar acredita que ao fazê-lo conseguirão um emprego na área de formação. Por outro lado, o risco de sub-emprego está também presente pois 35% está disposto a trabalhar em empregos fora da sua área. Este fato aliado a maior probabilidade que os imigrantes (Widemaier e Dumont, 2011) e os jovens (Quintini e Martin, 2006) têm de serem sobre educados, mostra que muitos dos emigrantes acabam mesmo por não conseguirem trabalhar na área em que se formaram. Para além disso conclui-se que os próprios países de acolhimento muitas vezes não aproveitam a mão-de-obra que lhe chega de fora, ao contrário do que fez Portugal nos anos 90 mas que, infelizmente, já não se verifica no nosso país, segundo Góis e Marques (2007).

Quando olhamos para os géneros separadamente, verifica-se que os homens estão mais disponíveis para trabalhar fora da área, e talvez por isso estes tenham maior probabilidade de conseguirem um trabalho no estrangeiro, como defende Mckenzie (2007). É no entanto necessário relembrar que muitos acabam por emigrar sem ter um plano definido, e por isso têm longos períodos de espera no qual nem trabalham nem estudam.

Tabela 29 - Intenções quanto à atividade a desempenhar no estrangeiro: total e por género

			Género		Total
			Feminino	Masculino	
Atividade no estrangeiro	continuar a estudar	Count	1	0	1
		% within Género	2,0%	,0%	1,3%
	trabalhar na área	Count	34	17	51
		% within Género	66,7%	58,6%	63,8%
	trabalhar fora da área	Count	16	12	28
		% within Género	31,4%	41,4%	35,0%
Total	Count	51	29	80	
	% within Género	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Spss.

Por último, resta-nos tentar perceber o que leva as pessoas a quererem emigrar, bem como quais são os motivos apontados por aqueles que não ponderam essa possibilidade, nem como último recurso.

No gráfico 20 veremos qual a percentagem de inquiridos, de entre aqueles que ponderam vir a emigrar, que assinala cada uma das alternativas indicadas como possíveis causas de emigração.

Uma das alternativas que os inquiridos podiam seleccionar, como incentivo à saída do país, eram as condições políticas e sociais, no entanto, quando confrontados com outras alternativas, todos acharam esta questão pouco relevante, pois ninguém a apontou como uma causa de emigração e por isso não consta no gráfico.

Das restantes alternativas, podemos concluir que a maior liberalização e globalização existente nos dias de hoje não influencia muito as decisões daqueles que pensam sair do país, pois apenas 2,5% a consideram uma causa de emigração. A participação em programas de recrutamento e o investimento em formação/educação são também pouco significativas, pois apenas 3,8% e 5%, respetivamente, apontam estas causas como um incentivo a saírem do país, o que também vai de encontro à reduzida percentagem de inquiridos que pretende estudar quando estiver no estrangeiro.

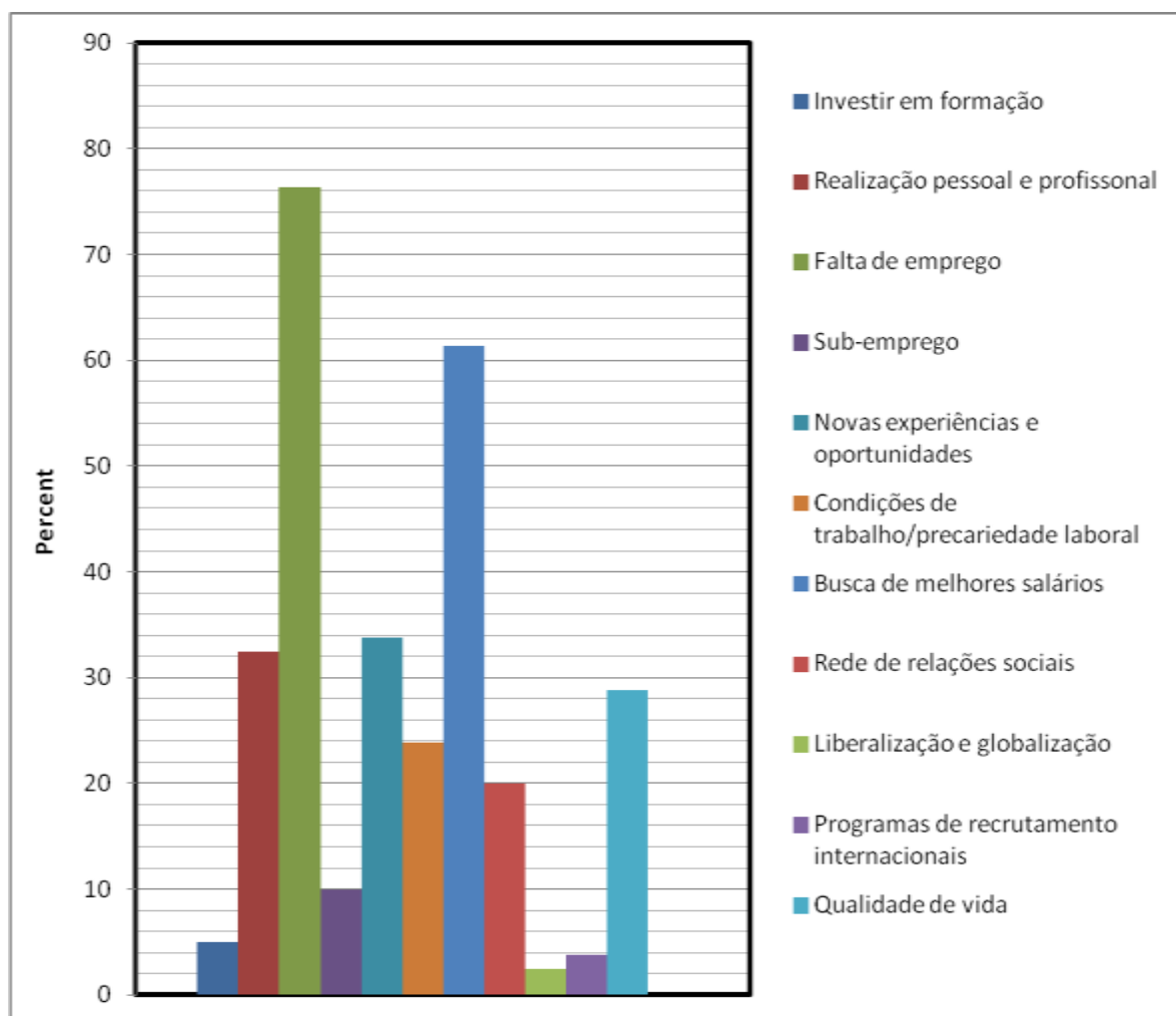
O fato de alguns inquiridos passarem por uma situação de sub-emprego é em 10% dos casos motivo para pensar emigrar. A rede de relações sociais e as condições de trabalho e precariedade laboral representam percentagens que já têm uma maior relevância, sendo estas de 20% e 23,8% respetivamente.

Entre as cinco causas mais assinaladas pelos inquiridos está a procura de uma melhor qualidade de vida (28,8%), a busca de realização pessoal e profissional (32,5%) e a busca de novas experiencias e oportunidades (33,8%). Estas causas são assinaladas por uma parte significativa da amostra, no entanto são valores que estão ainda muito distantes das principais causas de emigração apontadas pelos inquiridos. As opções mais escolhidas foram sem dúvida a procura de melhores salários e a falta de emprego em Portugal, estas representam, respetivamente, percentagens de 61,3% e 76,3%.

As razões económicas têm um peso tão grande na decisão de emigrar da nossa amostra que, segundo as ideias de Baláz et al (2004), seriam de esperar valores superiores para a emigração permanente, por isso podemos dizer que neste caso as

conclusões não coincidem com os estudos daqueles autores. Para além disso, podemos também concluir que são os incentivos “*push*” que mais motivam a emigração.

Gráfico 20 – Causas de emigração assinaladas pelos inquiridos



Fonte: Realização própria com base em dados do spss.

Em relação às causas que impedem os inquiridos de emigrar faremos uma análise semelhante, no entanto a estas apenas responderam os indivíduos que não ponderam a hipótese de sair do país.

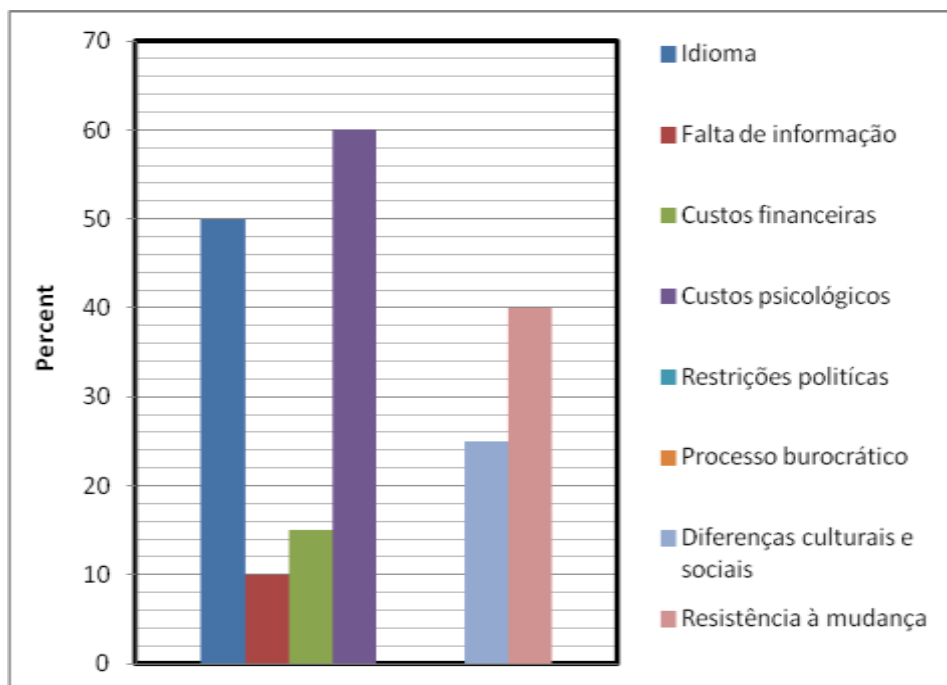
Tal como aconteceu no caso anterior, algumas alternativas não foram assinaladas por nenhum inquirido, essas foram: as restrições políticas, o que é normal porque cada vez são menos significativas, e a dificuldade do processo burocrático da mudança de país.

De entre as que foram assinaladas, o gráfico 21 mostra-nos que a falta de informação sobre o processo e os países foi a alternativa que obteve menor percentagem (10%), o que indica que esta questão não é na maioria dos casos um obstáculo à emigração, seguida pelos custos financeiros que a mudança acarreta que também só foi assinalada por 15% dos indivíduos. Por sua vez as diferenças culturais e sociais foram assinaladas em 25% dos casos.

Por último, podemos concluir que para estes indivíduos os principais obstáculos dizem respeito ao idioma (50%) e a questões psicológicas, pois a resistência à mudança foi apontada por 40% e os custos psicológicos por 60% dos inquiridos.

Verifica-se então que enquanto as causas de emigração são maioritariamente económicas, os obstáculos estão mais relacionados com questões pessoais, o que não seria de esperar porque, segundo a revisão da literatura, os custos psicológicos são menores nos jovens.

Gráfico 21 – Obstáculos à emigração assinalados pelos inquiridos



Fonte: Realização própria com base em dados de spss.

Os resultados obtidos ao longo desta análise demonstram que são necessárias políticas dirigidas para evitar a fuga de cérebros que corremos o risco de enfrentar.

Como vimos na revisão da literatura, a saída de pessoas do país não tem apenas consequências negativas. Nomeadamente, Portugal poderá beneficiar da entrada de remessas, no entanto é preciso ter em conta que geralmente as pessoas graduadas enviam menos remessas que os pouco qualificados (Dayton-Johnson et al, 2007), e para além disso é necessário que haja uma boa utilização daquelas que entrarem.

No entanto, nos países de origem, são sobretudo as consequências negativas que mais se verificam e que merecem maior atenção.

Portugal enfrenta atualmente problemas de natalidade. Sendo a nossa amostra muito jovem, os nossos resultados podem indicar que nos próximos anos é possível que o problema se agrave, porque os jovens que emigrarem têm grande probabilidade de virem a ter os seus filhos no estrangeiro. Esta probabilidade é ainda maior porque em Portugal a emigração de mulheres tem vindo a aumentar e pode voltar-se à época em que a emigração absorvia o crescimento natural da economia.

Este agravamento nas taxas de natalidade, e em conjunto com o aumento da esperança média de vida, vai levar a uma inversão da situação demográfica cada vez mais acentuada, acelerando o envelhecimento da população.

Se durante muitos anos a emigração absorveu o crescimento natural em Portugal (Baganha, 1994), agora é necessário agir para não se repetir a situação.

Uma forma de reagir é atuar nas causas que as pessoas mais apontam como motivo de emigração, assim, Portugal deve tomar medidas quanto ao desemprego e rever a política de salários, pois ao contrário do que defendia Sabbadini e Azzoni (2006), o nosso estudo revelou que a diferença salarial é uma causa de emigração e não uma consequência.

Outro problema, quer do desemprego, quer da emigração, é a perda de receitas fiscais. Ao abandonarem o país as pessoas ficam anos sem pagar impostos em Portugal, e mais uma vez a situação agrava-se porque os emigrantes são jovens e graduados, que normalmente deviam ter maiores salários e consequentemente pagariam mais impostos.

Na tentativa de evitar a fuga de cérebros seria aconselhável repensar o sistema de ensino, pois para além de haver evidência que outros sistemas de ensino resultam em baixas taxas de desemprego, existem também evidências claras que mostram que o

sistema português atual empurra os graduados para o desemprego antes destes conseguirem ter qualquer experiencia no mercado laboral. É preciso agir para minimizar as diferenças entre a procura e oferta de trabalho. Por outro lado deve também pensar-se numa reforma do mercado laboral.

Para minimizar as consequências da saída dos graduados, deve-se ainda tomar medidas para fixar os graduados provenientes de outros países que vêm para Portugal, e coloca-los em funções onde se tire proveito da sua formação, devem também ser tomadas medidas para atrai-los de forma a compensar a saída dos nossos graduados. Mas o ideal seria conseguir condições para evitar que os graduados portugueses decidissem emigrar, propondo-lhe alternativas, mesmo que essas implicassem trabalhar em algo novo, que não estivesse relacionado com a sua área de formação, pois no estrangeiro a probabilidade de ser sub-empregado também é significativa e se lhe oferecêssemos oportunidades de novas formações e os encaminhássemos para outros caminhos, estes podiam preferir esta alternativa em vez de emigrar.

Claro que a saída destes vai contribuir para que o desequilíbrio entre a oferta e a procura diminua, e para além disso penso que ao haver menos oferta de mão-de-obra qualificada os salários oferecidos serão superiores, ao contrario do que defendia Marques (2003), mas esse é um benefício ilusório que a longo prazo tem consequências negativas, pois perder mão-de-obra produtiva na qual se investiu é preocupante para o desenvolvimento do país e pode resultar em escassez de habilidades e redução da produção.

Apesar de normalmente os emigrantes ficarem a ganhar com a saída do país, estes podem também enfrentar problemas de sub-emprego, exploração, trafico sexual ou até desemprego no país de destino. Para além disso existem sempre os custos psicológicos associados a uma mudança desta dimensão, que marcam profundamente os indivíduos. Quando estes voltam ao país de origem, se voltarem, muitas vezes já não se identificam com a cultura e acabam por não pertencer verdadeiramente nem a um país nem ao outro.

Todos os problemas mencionados podem ser minimizados ou seleccionados se as pessoas decidirem voltar para Portugal, com elas podem trazer a família e novos conhecimentos e habilidades, mas o grande aumento relativo que se tem verificado na emigração permanente ameaça esta possibilidade.

4. Conclusão

Esta dissertação foi elaborada com o principal objetivo de, perante a situação de desemprego atual dos graduados portugueses, tentar perceber se o nosso país corre o risco de enfrentar o fenómeno de fuga de cérebros durante os próximos anos. Para tal realizaram-se 100 inquéritos a pessoas graduadas que se encontrassem numa situação de desemprego. Esses inquéritos eram formados por questões construídas depois de analisados os contributos de diversos autores na revisão da literatura, para desta forma se poderem confrontar os resultados.

Durante elaboração desta dissertação percebeu-se que o desemprego não é apenas um problema dos dias de hoje, e que muito menos é um problema exclusivamente português.

Todos os autores e dados macroeconómicos analisados apontam para aumentos nos níveis de desemprego, seja na OCDE, na UE ou no caso específico de Portugal. A situação veio degradar-se ainda mais com a crise económica que atravessamos atualmente, sobretudo para os jovens.

Existe também uma coerência nos resultados no que diz respeito a taxa de desemprego juvenil. Os autores citados na revisão de literatura defendem que os jovens são os mais atingidos pelo desemprego e que existe uma relação inversa entre a idade e as taxas de desemprego. Portugal não é exceção e foi possível comprovar com a nossa amostra que a maioria dos desempregados que encontramos era ainda muito jovem.

Normalmente a situação piora quando se trata de jovens à procura do primeiro emprego. Apesar de tudo, a parcela de desempregados à procura do primeiro emprego tem vindo a diminuir, embora no nosso estudo não se reflita muito porque uma grande parte dos desempregados procuravam o seu primeiro emprego. Ainda assim, verificou-se que os que procuram um novo emprego estão em maioria, tal como sugerem os dados macroeconómicos portugueses para o ano 2012.

Quanto à duração do desemprego, verifica-se na revisão da literatura, uma tendência para o aumento da taxa de desemprego de longa ou muito longa duração, sobretudo em zonas rurais. Apesar de tudo, um aspeto menos negativo é que as taxas de desemprego de longa ou muito longa duração são menores no caso dos jovens, que normalmente teriam mais dificuldades em lidar com as consequências futuras por ainda

não terem experiência. Com efeito, verificou-se que quem enfrenta longos períodos de desemprego tem mais dificuldade em conseguir um emprego e mais dificuldade em conseguir um bom salário.

O fato dos jovens terem menores taxas de desemprego de longa duração pode explicar o resultado obtido no nosso estudo, pois concluiu-se que a maioria vivia uma situação de desemprego de curta duração, apesar da taxa de longa duração também ser relativamente significativa. Também no nosso estudo se verifica que os jovens estão em vantagem, pois a taxa de desemprego de curta duração é maior entre os mais novos e as de longa e muito longa duração são maiores no grupo de jovens mais velhos.

A maioria aponta ainda que as mulheres estão em desvantagem no mercado laboral, no que diz respeito às taxas de desemprego. Apesar de haver teorias diferentes quanto à duração do desemprego, os resultados obtidos para a nossa amostra foram de encontro às ideias daqueles que defendem que também na duração do desemprego as mulheres estão em desvantagem.

Para além disso existem várias evidências de que a situação se tem vindo a equilibrar porque os agravamentos na taxa de desemprego têm sido maiores entre os homens, diminuindo o diferencial. Em Portugal verifica-se até uma taxa de desemprego superior nos homens em 2012.

Outra conclusão relativamente ao desemprego prende-se com o nível educacional dos desempregados. Atualmente tem-se verificado um agravamento do desemprego entre as pessoas graduadas, apesar da maioria dos autores defenderem que continua a compensar ter um curso superior, quer em relação aos níveis de desemprego, quer em relação à sua duração e às condições de trabalho. Também no caso dos graduados por nós inquiridos se verifica uma menor taxa de desemprego de longa duração entre os que têm o grau de mestre, comparativamente aos licenciados, apesar de nos dois casos a taxa de desemprego de curta duração ser superior à de longa duração.

Para além disso verifica-se que as altas taxas de desemprego entre os graduados contribuem para que os jovens prolonguem os seus estudos. Embora haja razões para acreditar que com o continuar da situação se criará a ideia de que não compensa investir em educação.

Não é fácil combater esta situação, apesar de Portugal estar a tentar, nomeadamente através de incentivos a empresas que contratem jovens, inclusive graduados, os

resultados nem sempre são alcançados e o desemprego não é, de fato, uma variável fácil de controlar. É por isso necessário pensar noutras medidas, nomeadamente numa reforma do sistema de ensino e do mercado de trabalho.

No meu ponto de vista devia-se começar pelas escolas, os alunos deveriam ter acesso a “mais e melhor” informação sobre os vários cursos do ensino superior e em simultâneo deveriam ser-lhes propostos outros caminhos diferentes em áreas profissionais. É verdade que Portugal tem vindo a investir em curso de formação profissional, no entanto muitas vezes os estágios não são sequer apropriados ao curso que se pretende e por isso não se verificam os bons resultados que existem com os sistemas de ensino usados em países como a Suíça ou Alemanha. Para que um sistema deste género funcione é necessária também uma reforma do mercado de trabalho, as empresas têm que contribuir para formar e ensinar, com tal têm que estar preparadas para isso a nível de recursos humanos.

Outra das medidas por mim defendidas está um pouco relacionada com a Teoria das Necessidades de Recursos Humanos, isto é, para mim uma forma de equilibrar a procura e oferta de mão-de-obra qualificada passaria pela reorganização da oferta de curso no ensino superior. Na minha opinião o número de vagas de acesso ao ensino superior em cada curso, deveriam refletir as necessidades do mercado de trabalho. Obviamente que concordo que não é fácil prever as necessidades do mercado, mas pelo menos poderia evitar-se a entrada abusiva de novos alunos em curso que estão saturados há mais de uma década, e que por isso sabemos que existe mão-de-obra excedentária nessas áreas durante um bom período de tempo.

Também é importante remover os obstáculos à contratação de jovens e investir em setores estratégicos que deem emprego a jovens e nomeadamente a pessoas graduadas.

É preciso tomar medidas rapidamente porque as consequências do desemprego são inúmeras e quer os indivíduos desempregados, que vêm a sua vida afetada financeira e psicologicamente, esta última sobretudo quando tiraram uma formação superior com a expectativa de conseguir melhores salários e melhores condições de emprego, que é o que a maioria dos inquiridos do nosso estudo esperavam, quer a economia são profundamente marcados por este flagelo.

É precisamente perante a situação de desemprego que muitos decidem emigrar, pelo menos esta, juntamente com a procura de melhores salários, foi a razão mais apontada

para abandonar o país pelos inquiridos do nosso estudo. Ao mesmo tempo que a emigração foi a alternativa mais assinalada como forma de sair da situação de desemprego. Podemos então concluir que os incentivos à emigração são maioritariamente económicos e trata-se de incentivos “*push*”. Por sua vez, a resistência à mudança e os custos psicológicos são os motivos que mais desincentivam a emigração.

Os fluxos de migração têm aumentado em todo o mundo e provavelmente continuarão a aumentar, sobretudo de países em desenvolvimento para países desenvolvidos, inclusive no caso dos graduados. Portugal não a exceção pois já não se registavam valores tão altos para o número de emigrantes como os atuais desde os anos 70. E se em toda a sua história os portugueses tiverem diferentes destinos, os resultados do nosso estudo apontam que quase todos os inquiridos escolheriam países mais desenvolvidos que Portugal, nomeadamente a França, que sempre foi vista como um captador de mão-de-obra qualificada, e a Suíça.

Através do nosso estudo conclui-se que existem muitos graduados a ponderar sair do país, por isso Portugal enfrenta um risco elevado de passar pelo fenómeno de fuga de cérebros de uma forma intensa nos próximos anos. No entanto, a grande maioria pretende voltar passados alguns anos e este é um dos fatos positivos de toda esta situação, pois assim, Portugal poderá tirar vantagem da circulação de cérebros. Estes resultados vão de encontro à ideia de que se tem verificado um aumento nas taxas de emigração dos mais qualificados, mas que grande parte dos emigrantes regressa ao país de origem, como se conclui através do contributo de diversos autores e dos dados sobre a emigração em Portugal nos últimos anos.

A revisão da literatura permite-nos ainda concluir que os homens emigram mais de forma temporária, enquanto que a emigração permanente se verifica nos dois géneros em iguais proporções.

No entanto, existe o problema da emigração permanente estar a aumentar mais que a temporária, e há sempre o risco da emigração temporária se tornar em emigração permanente, daí ser importante promover a emigração temporária em vez da permanente. Uma solução sugerida na revisão da literatura é a criação de vistos com data de retorno pré-definida.

Segundo o contributo dos vários autores, os fluxos migratórios concentram-se cada vez mais nos mais jovens, e sendo a nossa amostra constituída maioritariamente por jovens, o que pode ser explicado pelos dados macroeconómicos para o desemprego por grupo etário, era de esperar que houvesse maior propensão a emigrar.

Em relação ao género que mais emigra, verificou-se no nosso estudo que, no caso dos graduados, a probabilidade de emigrar é superior no caso dos homens. As diferenças entre género não são no entanto muito grandes, pois a percentagem que pondera emigrar é significativa nos dois casos. Neste caso, os nossos resultados não vão de encontro à maioria dos resultados obtidos pelos autores da revisão da literatura, pois estes defendem que a taxa de emigração é maior entre as mulheres ou em alguns casos igual para os dois géneros, mas coincidem com os dados para a economia portuguesa durante os anos 2000. É no entanto necessário ter em conta que estes autores e estes dados não se referiam apenas a pessoas com nível educacional superior, apesar de também se defender que a emigração de pessoas altamente qualificadas está a aumentar sobretudo nas mulheres.

Observou-se também no nosso estudo que em todas as áreas de formação havia uma grande percentagem de indivíduos interessados em emigrar, contrariando a ideia de que a economia, o direito e as tecnologias são áreas em que não há grande risco de haver fuga de cérebros.

Em relação à companhia que as pessoas escolhem para emigrar verifica-se que a maioria o faria sozinho, existindo também uma grande probabilidade de o virem a fazer com o cônjuge ou namorado, sendo que no primeiro caso é mais comum entre os homens e o segundo entre as mulheres, apesar destas também pretenderem emigrar maioritariamente sozinhas. Aqui verifica-se uma alteração clara das tendências, pois os jovens já emigram sem os pais e as mulheres já emigram sem ser para fazer companhia a alguém.

O nosso estudo mostra-nos que muito poucos pensam estudar no estrangeiro contrariando a ideia de que bolsas de estudo são uma forma de se captar mão-de-obra qualificada em grande escala, e de que muitos vão para a escola quando emigram. Apesar da maioria tencionar trabalhar na sua área de formação quando chegar ao estrangeiro, existe uma parte significativa que pensa trabalhar como sub-empregado, apontando para uma alta percentagem de desperdício de cérebros, o que já se verifica

quando analisamos quantos postos de trabalho estes tinham tido fora da sua área de formação. Esta probabilidade é, segundo a literatura, maior no caso dos homens e talvez por isso estes consigam emprego no estrangeiro com mais facilidade.

Podemos ainda concluir que a intenção de emigrar é elevada quer entre os que procuram o seu primeiro emprego, quer entre os que procuram um novo emprego.

Tal como acontecia para o desemprego, a emigração tem consequências para os indivíduos, mas tem também consequências para os países de origem e para os países de destino.

Em primeiro lugar a emigração aumenta o risco de escravatura, tráfico sexual e de trabalhar na economia informal. Para além disso, a emigração acarreta custos psicológicos iniciais elevados e mesmo no estrangeiro pode-se passar por situações de desemprego e de sub-emprego, uma vez que as taxas de desemprego dos altamente qualificados e a probabilidade de sub-emprego são maiores entre os migrantes que entre os nativos. No entanto, normalmente os indivíduos que emigram acabam por conseguir concretizar os objetivos pessoais e profissionais com maior facilidade.

Quanto aos países de destino, estes têm maioritariamente vantagens porque têm acesso a capital humano que não tiveram que formar, e os indivíduos com maior formação tendem a ser mais produtivos, mas no entanto sofrem algumas perturbações sociais e políticas.

A pior situação, e a que mais nos interessa no âmbito deste estudo, tem a ver com as consequências para o país de origem. Assim Portugal enfrenta imensos desafios. Para além da questão da fuga de cérebros, existem as perdas de produtividade e os desequilíbrios demográficos que daí resultam e a perda de receitas fiscais que advêm destes desequilíbrios. Para além disso, enfrenta o desafio de conseguir atrair as remessas e saber utiliza-las, para melhorar o bem-estar e o crescimento económico. Pois quando se trata de mão-de-obra qualificada existe menos probabilidade que as remessas sejam enviadas para o nosso país.

Em relação à fuga de cérebros é difícil tomar medidas que evitem que esta se verifique por isso a ação deve ser exercida sobre as causas que as pessoas indicam como motivo que as leva a emigrar. Assim, neste caso, o mais urgente é tomar medidas quanto ao desemprego, tal como já foi sugerido, pois também os contributos dos autores indicavam que no que toca aos fatores que levam os graduados a emigrar, o estado

apenas poderia atuar no desequilíbrio entre oferta e procura do mercado laboral (fatores secundários).

No decorrer da elaboração da dissertação encontraram-se algumas limitações. A primeira delas está relacionada com a ambiguidade que existe em relação a alguns conceitos utilizados. Como pudemos ver o conceito de jovem varia do autor para autor, e também o conceito de mão-de-obra qualificada está pouco claro em alguns estudos.

O segundo problema está relacionado com a amostra. Em algumas questões obtiveram-se resultados pouco realistas, nomeadamente quando se fragmentou a amostra por grupos de área de formação. O fato da amostra ser pouco diversificada em termos geográficos pode também ter enviesado algumas conclusões, como por exemplo a questão dos países de destino escolhidos.

Apesar destas limitações, na maioria das análises foi possível chegar a uma conclusão, e na maioria das vezes essa conclusão ia de encontro aos contributos dos autores e aos dados macroeconómicos portugueses.

Em termos de dados verificou-se que em alguns aspetos os dados são ainda pouco desagregados, nomeadamente quando se pretendem dados por nível de escolaridade, uma vez que a maioria das desagregações é feitaa em termos de género e grupo etário.

Também o fato de haver migrações clandestinas afeta os contributos dos autores, e o fato de uma grande parte dos dados sobre a emigração portuguesa ser fornecida em dados absolutos também dificulta a análise, pois como vimos anteriormente o valor das flutuações é por vezes melhor indicador que os valores em absoluto.

Em relação ao futuro prevê-se que os fluxos migratórios continuem a aumentar entre os jovens e os altamente qualificados, pois como foi dito na revisão da literatura, há uma grande parcela de jovens a querer emigrar, e o nosso estudo aponta exatamente para isso. No entanto, existe sempre a esperança que estes regressem ao país de destino e dessa forma a fuga de cérebros traria até a vantagem da troca de conhecimento. Assim, penso que em termos de pesquisa futura seria interessante analisar o fluxo de emigrantes que regressam ao país d origem. Analisar em que condições, com quem voltam, o que pretendem fazer uma vez instalados de novo no país de origem voltam e que implicações isso teriam todos esses aspetos na economia e no seu crescimento/desenvolvimento.

Referências

Alves, M. G. (2005), “Como se Entrelaçam a Educação e o Emprego? Contributo da Investigação Sobre Licenciados, Mestres e Doutores”, *Interacções*, Nº1, pp.179-201;

Baganha, M. I. B. (1994), “As Correntes Emigratórias Portuguesas no Século XX e o seu Impacto na Economia Nacional”, *Análise Social*, Vol. XXIX, Nº128, pp. 959-980;

Baláz, V., A. M. Williams e D. Kollár (2004), “Temporary versus Permanent Youth Brain Drain: Economic Implications”, *International Migration*, Vol.42, Nº4, Blackwell Publishing Ltd;

Becker, S. O., A. Ichino e G. Peri (2003), “How Large is the “Brain Drain” from Italy?”, Center for Economic Studies ifo Group Munich Working Paper Nº839;

Borges, A. (2006), “Educação e Mercado de Trabalho: Elementos para Discutir o Desemprego e a Precarização dos Trabalhadores Escolarizados”, *Revista de Gestão: Ação Salvador*, Vol. 9, Nº1, pp.85-102;

Corredera, J. E. G. (2005),” Regional Labor Markets, Unemployment and Inequality in Europe”, <http://www.lib.utexas.edu/etd/d/2005/garcilazoj11585/garcilazoj11585.pdf>, acedido em 10 de dezembro de 2011;

Dayton-Johnson, J., L. T. Katseli, G. Maniatis, R. Münz e D. Papademetriou (2007), “Gaining from Migration: Towards a New Mobility System”, OECD Development Centre, http://www.migrationpolicy.org/pubs/Gaining_from_Migration.pdf, acedido em 20 de abril de 2012;

Dietmar, A. (2010), “Youth Migration: Reaping the Benefits and Mitigating the Risks”, MDG-F mid- term evaluation: Youth and Employment and Migration-Albania, http://www.mdgfund.org/sites/default/files/Albania-YEM-Mid-Term%20Evaluation_sp%20UPDATED.pdf, acedido em 24 de março de 2012;

Dumont, J-C., G. Spielvogel e S. Widmaier (2010), “International Migrants in Developed, Emerging and Developing Countries: An Extended Profile”, OECD Social, Employment and Migration Working Papers N°114;

Esipova, N., A. Pugliese, R. Srinivasan e J. Ray (2010), “Developed Nations Attract Young vs. Educated Migrants”, <http://www.gallup.com/poll/144287/developed-nations-attract-young-educated-migrants.aspx#2>, acedido em 15 de abril de 2012;

Ferreira, J. (2004), ”Bolsiros de Investigação: Problemas e Perspectivas”, http://www.bolsiros.org/pdfs/ABIC_no_simposio_federacao_mundial_trabalhadores_cientificos.pdf, acedido em 20 de abril de 2012;

Fontes, C. (2012), “Comunidades Portuguesas no Mundo”, <http://imigrantes.no.sapo.pt/page6Cont.html>, acedido em 9 de maio de 2012;

Góis, P. e J. C. Marques (2007), “ Estudo Prospectivo Sobre Imigrantes Qualificados em Portugal”, *Observatório da Imigração*, http://www.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=1Br8RGnSpiIC&oi=fnd&pg=PA9&dq=Estudo+Prospectivo+Sobre+Imigrantes+Qualificados+em+Portugal&ots=j_ryqdO623&sig=M6, acedido em 20 de abril de 2012;

Gonçalves, C. M. (2005), “Evoluções Recentes do Desemprego em Portugal”, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3723.pdf>, acedido em 20 de maio de 2012;

Hashem, M. H. (2011), “Engaging Tunisian Youth to Achieve the MDGs”, MDG-F Mid-term Evaluation: Youth, Employment and Migration, <http://www.mdgfund.org/sites/default/files/Tunisia%20-%20YEM%20-%20Mid-term%20Evaluation%20Report.pdf> , acedido em 9 de abril de 2012;

Imran, N., Z. Azeem, I. I. Haider e M. R. Bhatti (2012), “Brain Drain: A Harsh Reality. International Migration of Pakistani Medical Graduates”, Vol.26, Nº01, pp. 67-72, JPMI publishing;

INE, PORDATA:
<http://www.pordata.pt/Subtema/Portugal/Populacao+Desempregada-9>, acedido em 20 de agosto de 2013;

Lacković-Grgin, K., M. Deković, B. Milosavljević, I. Cvek-Sorić e G. Opačić, (1996), “Social Support and Self-esteem in Unemployed University Graduates”, *Adolescence*, Vol.31, Nº123, Libra Publishers;

Leite, J. C. (1987), “Emigração Portuguesa: a Lei e os Números (1855-1914) ”, *Análise Social*, Vol.XXIII, Nº97, pp.463-480;

Mariano, F. (2010), “Emigração Portuguesa está mais Qualificada”, *Jornal de Notícias* http://www.jn.pt/Domingo/Interior.aspx?content_id=1586730&page=-1, acedido em 10 de maio de 2012;

Marks, G. N. e N. Fleming (1998), “Factors influencing Youth Unemployment in Australia: 1980-1994”, *Longitudinal surveys of Australian youth*, research report Nº7, ACER Publishing;

Marques, A. P. (2003), ”Mercados Profissionais e (Di)Visões Identitárias de Jovens Engenheiros”, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/271.pdf>, acedido em 20 de maio de 2012;

Mckenzie, D. J. (2007), “A Profile of the World’s Young Developing Country Migrants”, IZA Discussion paper N°2948;

MDG-F (2007): Thematic Window Terms of Reference-Youth, Employment and Migration, <http://www.mdgfund.org/sites/default/files/MDGFTOR-Youth-Employment-24-Aug-2007.pdf> , acedido em 22 de março de 2012;

OCDE, OIM e Banco Mundial (2004), “Trade and Migration: Building Bridges for Global Labour Mobility”, http://www.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=z-bS1ZmaV6gC&oi=fnd&pg=PA7&ots=Xp3r2BLccz&sig=E7RTO1JF4pkzVLpxLz4cT_aruc4&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false, acedido em 10 de dezembro de 2011;

ONU (2011), “International Migration in a Globalizing World: The Role of Youth”, Technical Paper N° 2001/1, <http://www.un.org/esa/population/publications/technicalpapers/TP2011-1.pdf>, acedido em 12 de abril de 2012;

Paulino, A. R. S., J. L. Coimbra e C.M. Gonçalves (2010), “Diplomados do Ensino Superior na Transição Para o Trabalho: Vivências e Significados”, *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, Vol. 11, N°2, pp. 177-188;

Portes, A. (1976), “Determinants of the Brain Drain”, *Internacional Migration Review*, Vol.10, N°4, pp.489-508, Published by The Center for Migration Studies of New York, Inc.;

Portugal, P. (2004), “Mitos e Factos Sobre o Mercado de Trabalho Português: A Trágica Fortuna dos Licenciados”, *Boletim Económico do Banco de Portugal*, http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Publicaes%20de%20Investigao/AB200403_p.pdf, acedido em 11 de maio de 2012;

Privat, C. (2010), “Promoción del Empleo y las MYPE de Jóvenes y Gestion de la Migración Laboral Juvenil”, F-ODM Evaluacion intermedia: Juventud, Empleo y Migración, <http://www.mdgfund.org/sites/default/files/Peru-YEM-Mid-Term-Evaluation%20Report-Final-sp%20UPDATED.pdf>, acedido em 9 de abril de 2012;

Quintini, G. (2011), “Right for the Job: Over-Qualified or Under-Skilled?”, OECD Social, Employment and Migration Working Papers, N°120, OECD Publishing;

Quintini, G. e S. Martin (2006), “Starting Well or Losing their Way? The Position of Youth in the Labour Market in OECD Countries”, OCED Social, Employment and Migration Working Papers N°39;

Relatório do Desenvolvimento Humano (2013), “ A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado”, Publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, <http://hdr.undp.org/en/media/HDR2013%20Report%20Portuguese.pdf>, acedido em 15 de setembro de 2013;

Sabbadini, R. e C. R. Azzoni (2006), “ Migração Interestadual de Pessoal Altamente Educado: Evidências Sobre a Fuga de Cérebros”, <http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A026.pdf>, acedido em 20 de abril de 2012;

Salt, J. (1997), “International Movements of the Highly Skilled”, OECD Social, Employment and Migration Working Papers, N°3, OECD Publishing;

Scarpetta, S., A. Sonnet e T. Manfredi (2010), “Rising Youth Unemployment During The Crisis: How to Prevent Negative Long-term Consequences on a Generation?”, OECD Social, Employment and Migration Working Papers, N°106, OECD Publishing;

Tienda, M., L. Taylor e J. Maughan (2007), “New Frontiers, Uncertain Futures: Migrant Youth and Children of Migrants in a Globalized World”, http://crcw.princeton.edu/migration/files/new_frontiers_uncertain_futures.pdf,

acedido em 20 de abril de 2012;

Trigo, S. (1982), “O Desemprego Diplomado”, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7861.pdf>, acedido em 18 de maio de 2012;

Widmaier, S. e J-C. Dumont (2011), “Are Recent Immigrants Different? A New Profile of Immigrants OECD based on DIOC 2005/06”, OECD Social, Employment and Migration Working Papers N°126, Directorate for Employment, Labour and Social Affairs, OECD Publishing;

Young People We Care, <http://www.ypwc.org/home/programs/youth-in-migration-a-development.html>, acedido em 22 de março de 2012.

Anexos

Anexo A: Inquérito

Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Mestrado em Economia e Administração de Empresas

- O presente inquérito é feito no âmbito de uma dissertação de mestrado na qual se pretende analisar o desemprego de pessoas com formação superior e de que forma este pode afetar os fluxos migratórios. Solicitamos a sua colaboração, para que possamos chegar a conclusões, a qual agradecemos desde já.

Inquérito:

1- Género

☐ Feminino

☐ Masculino

2- Idade

☐ 20-24

☐ 25-29

☐ >29

3- Estado Civil

☐ Solteiro(a)

☐ Casado(a)

☐ Divorciado(a)

☐ Viúvo(a)

4- Grau Académico

☐ Bacharelato

☐ Licenciatura

☐ Mestrado

☐ Doutoramento

5- Qual a sua área de formação? _____

6- Em que ano concluiu o grau académico assinalado?

- ☐ Antes de 2003 ☐ Entre 2003 e 2007 ☐ Entre 2008 e 2012

7- Qual o principal motivo que o(a) incentivou a ingressar o ensino superior?

- ☐ Melhores condições de trabalho e melhores salários.
☐ Aquisição de conhecimentos/capacidades.
☐ Satisfação/realização pessoal.
☐ *Status* profissional.
☐ Maior facilidade em conseguir emprego.

8- Desde que concluiu o grau académico referido quantos postos de trabalho teve?
(caso a sua resposta seja “nenhum” siga para a questão 10)

- ☐ Nenhum ☐ 1 a 2 ☐ 3 a 5 ☐ Mais de 5

9- Algum desses postos de trabalho se inseria fora da sua área de formação?

- ☐ Não ☐ Sim, mas apenas um deles ☐ Sim, vários

10- Indique há quanto tempo se encontra desempregado.

- ☐ Menos de 1 ano ☐ Entre 1 a 2 anos ☐ 2 anos ou mais

11- Perante a situação de desemprego qual considera a melhor solução?

- ☐ Continuar a estudar.
☐ Criar o seu próprio negócio.
☐ Aceitar ser “sobre-educado”/”subempregado”.
☐ Continuar a procurar emprego na área de formação em Portugal.
☐ Emigrar.

12- Considera a possibilidade de emigrar?

- ☐ Sim, já agi nesse sentido.
- ☐ Sim, é uma possibilidade que pondero.
- ☐ Sim, mas só em última opção.
- ☐ Não.

- Se a sua resposta à questão 12 foi “não” deve responder à questão 13 e terminar aí a sua participação neste inquérito. Se a sua resposta à questão 12 corresponde a uma das outras alternativas deve avançar para a questão 14 e prosseguir até à última questão.

13- Quais os principais motivos que o(a) desincentivam a optar pela emigração?
(Assinale no máximo 2)

- ☐ Idioma.
- ☐ Falta de informação sobre o processo e os possíveis países de destino.
- ☐ Elevados custos financeiros da mudança.
- ☐ Elevados custos psicológicos.
- ☐ Restrições políticas.
- ☐ Difícil processo burocrático.
- ☐ Diferenças culturais e sociais.
- ☐ Elevada resistência à mudança.

14- Indique qual o país que escolheria caso a intenção de emigrar se concretizasse.

País: _____

15- Se a possibilidade de emigrar se concretizar, é sua intenção fazê-lo de forma permanente ou temporária? _____. Se for temporária qual o período de duração pretendido?

- ☐ < 1 Ano ☐ 1 – 5 Anos ☐ > 5 Anos

16- Quais os principais motivos que o (a) levam a ponderar emigrar? (Assinale no máximo 3)

- ☐ Investir em formação num sistema de ensino diferente/melhor.
- ☐ Realização pessoal e profissional.
- ☐ Falta de emprego em Portugal.
- ☐ Situações de trabalho como subempregado.
- ☐ Busca de novas experiências e oportunidades.
- ☐ Condições de trabalho/precariedade laboral.
- ☐ Busca de melhores salários.
- ☐ Rede de relações sociais (familiares, cônjuges, colegas de trabalho...).
- ☐ Maior liberalização e globalização.
- ☐ Participação em programas de recrutamento internacionais.
- ☐ Melhorar a qualidade de vida.
- ☐ Condições políticas e sociais.

17- Em que condição tenciona emigrar se essa possibilidade se vier a concretizar?

- ☐ Sozinho.
- ☐ Com familiares.
- ☐ Com amigos.
- ☐ Com o cônjuge.

18- Quando pondera a possibilidade de emigrar o que tenciona fazer quando se encontrar no estrangeiro?

- ☐ Continuar a estudar.
- ☐ Trabalhar na minha área de formação.
- ☐ Trabalhar fora da área de formação.

O inquérito está terminado, agradecemos a sua colaboração.